



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

CHRISTIANE CECÍLIA RIZZATTO ALFREDO

**TRABALHO E SUBJETIVIDADE:
UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA INDÚSTRIA
AUTOMOBILÍSTICA BRASILEIRA.**

Londrina
2006

CHRISTIANE CECÍLIA RIZZATTO ALFREDO

**TRABALHO E SUBJETIVIDADE:
UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA INDÚSTRIA
AUTOMOBILÍSTICA BRASILEIRA.**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Flávio Bertero

Londrina
2006

CHRISTIANE CECÍLIA RIZZATTO ALFREDO

**TRABALHO E SUBJETIVIDADE:
UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA INDÚSTRIA
AUTOMOBILÍSTICA BRASILEIRA.**

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. José Flávio Bertero
Departamento de Ciências Sociais
CCH – UEL/ Londrina.

Prof. Dr. Arioaldo de Oliveira Santos
Departamento de Ciências Sociais
CCH – UEL/ Londrina.

Profa. Dr. Felipe Luís Gomes e Silva
Departamento de Administração Pública
Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/
Araraquara.

Londrina, 23 de agosto de 2006.

*Aos meus pais, Maria e José, pelo eterno sentimento
de cumplicidade e amor que nos une,*

*Ao meu marido, Sílvio, pelo apoio, confiança e
carinho que tornam a minha vida mais doce,*

*Ao professor e amigo, José Flávio Bertero, não só
pela orientação, como também pelo respeito e atenção,*

*Aos meus amigos queridos, Luciane, Sílvio, Marie e
Fernanda, pelo incentivo, auxílio e credibilidade nos
momentos mais difíceis.*

AGRADECIMENTOS

A **Universidade Estadual de Londrina**, especialmente ao **Centro de Ciências Sociais**, por possibilitarem a realização da presente pesquisa.

Aos meus pais, **Maria e José**, meus primeiros educadores, os quais sempre me apoiaram tanto no desenvolvimento pessoal como no profissional.

Ao meu marido, **Sílvio**, por compartilhar comigo as alegrias e dificuldades cotidianas, não apenas profissionais como pessoais.

Aos meus amigos, os psicólogos: **Luciane Ogata, Sylvio Schreiner e Ana Carolina Moisés (Marie)**, que contribuíram nessa pesquisa com discussões acerca do tema “subjetividade”. Agradeço também, **Tatiana Peres Vanzella, Fernanda Félix, Fábria e Jaqueline Eleutério**, pelo auxílio referente à distribuição do presente texto.

Agradecimentos especiais ao **Prof. Dr. José Flávio Bertero**, que faz do ato de ensinar uma arte em decorrência do carinho, determinação e profissionalismo dispendido aos seus alunos. Obrigada professor, pelo apoio, orientações, confiança e, acima de tudo, pela amizade tecida ao longo desses anos de convivência.

Aos professores convidados para compor a banca examinadora, **Dr. Arioaldo de Oliveira Santos e Dr. Felipe Luiz Gomes e Silva** pela disponibilidade e contribuições à pesquisa.

Agradeço, também, aos demais **professores da grade curricular do curso de mestrado em Ciências Sociais da UEL**, por compartilharem conosco, alunos, momentos de reflexões tão primordiais, não só para execução dessa pesquisa, como também por nos passar elementos, os quais facilitam a compreensão acerca do mundo e da sociedade. Agradecimentos especiais à professora **Dra. Simone Wolff** pelas inúmeras contribuições referentes ao tema, ao longo do curso de mestrado em Ciências Sociais.

As secretárias da seção de Pós-graduação de Ciências Sociais da UEL, **Lúcia** e **Rosane**, pela disponibilidade e atenção com que nos recebe.

Aos colegas de classe, **Cibélia**, **Alberto**, **Catarina**, **Nilda** e **Giane**, pela relação de amizade e comprometimento tecida ao longo do curso.

A **Jaqueline**, **Fabício**, **Isabel** e **Lázaro**, pelo acolhimento em terras tão distantes, com o verdadeiro sentimento de amizade.

A **Mônica**, pela cumplicidade e **David Acüna**, pelos debates acerca do tema, os quais colaboraram com a realização deste trabalho.

Alturas de Machu Picchu (POEMA XII). Pablo Neruda, tradução de Jose Jeronymo Riveira

Sobe a nascer comigo, irmão
E tua mão estende-me da funda
zona de tua dor disseminada.
Não voltarás do fundo dos rochedos.
Não voltarás do tempo subterrâneo.
Não voltará tua voz endurecida.
Não voltarão teus olhos perfurados.
Vem me fitar da profundez da terra,
lavrador, tecedor, pastor calado:
domador de guanacos tutelares:
pedreiro por andaimes desafiado:
aguadeiro de lágrimas andinas:
joalheiro dos dedos machucados:
agricultor tremendo na semente:
oleiro em tua argila derramado:
trazei ao cálix desta nova vida
as vossas velhas dores enterradas.
Mostrai-me vosso sangue e vosso corte,
dizei-me: aqui fui castigado,
porque a jóia não rebrilhou, ou a terra
não entregou a tempo a pedra ou o grão:
assinalai-me a terra em que caístes
e o madeiro em que vos crucificaram,
acendei-me as antigas pederneiras,
as velhas lâmpadas, os látigos gravados
por séculos e séculos nas chagas
e os machados de brilho ensangüentado.
Venho falar por vossa boca morta.
Na vastidão da terra juntai todos
os silenciosos lábios derramados
e do fundo falai-me toda esta longa noite
como se eu estivesse ancorado convosco,
contai-me tudo, cadeia a cadeia,
contai elo por elo, e passo a passo,
afiai os facões que conservastes,
ponde-os em meu peito e em minha mão,
como um rio de raios amarelos,
como um rio de tigres enterrados,
e deixai-me chorar, horas, dias, anos,
idades cegas, séc'los estelares.
Dai-me o silêncio, e a água, e a esperança.
Dai-me o combate, dai-me o aço e os vulcões.
Trazei a mim os corpos como ímãs.
Acudi minha boca e minhas veias.
Falai pelo meu verbo e por meu sangue.

ALFREDO, Christiane Cecilia Rizzatto. **Trabalho e subjetividade**: uma análise das condições de trabalho na indústria automobilística brasileira. 2006. 131f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2006.

RESUMO

O capitalismo busca a autovalorização do capital através da produção. Para tanto, o capital cria e recria condições favoráveis para valorizar-se e isso atribui particularidades à sociedade capitalista contemporânea, influenciando, portanto, a categoria trabalho. Com o objetivo de analisar as condições de trabalho impostas ao operário pelo capital atualmente, utilizamos como objeto de estudo a indústria automobilística brasileira. Este setor industrial foi precursor no emprego das técnicas gerenciais de produção: antes tayloristas, depois fordistas e agora toyotistas. O intento das práticas toyotistas é enxugar a produção, ou seja, fabricar mais produtos usando menos força de trabalho. Para isso, a indústria automobilística utiliza a tecnologia microeletrônica a fim de automatizar a produção, promovendo, dessa forma, a supressão de alguns postos de trabalho e a intensificação das tarefas realizadas pelos operários. A produção, então, é reestruturada através do emprego da tecnologia e isso acarreta conseqüências à classe trabalhadora, pois desqualifica o trabalho operário. Essa reestruturação é viabilizada, também, pela flexibilização da produção e das leis trabalhistas regulamentadas pelo Estado burguês, o qual atualmente utiliza os ideais liberais. Uma das características do neoliberalismo é a formação de um exército de reserva, o qual funciona como quadro ameaçador aos trabalhadores, os quais, por medo do desemprego adotam um comportamento proativo dentro da empresa. Este cenário colabora para a perda da consciência do operário, pois ele se torna predicado do capital por depender deste para obter seus meios de subsistência, além de seu trabalho tornar-se nivelado pela máquina. Dessa forma, suas relações sociais, seu tempo e suas necessidades já não se submetem ao seu controle. O trabalhador passa, então, a ser controlado pelo capital, o qual corrompe o ato de trabalhar do operário, tornando-o abstrato, pois é esse trabalho que garante a valorização do capital. Os valores burgueses são propagados, então, com a finalidade de manter os operários desprovidos de sua consciência de classe, para que possam continuar valorizando o capital. Ou seja, a perda da consciência acerca da sua atividade é primordial para perpetuação do capitalismo. Assim, somente com a ruptura do atual modo de produção será possível conceber o trabalho operário como atividade desalienada.

Palavras Chave: Trabalho. Subjetividade. Capitalismo e relações sociais.

ALFREDO, Christiane Cecilia Rizzatto. **Trabalho e subjetividade**: uma análise das condições de trabalho na indústria automobilística brasileira. 2006. 131f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2006.

ABSTRACT

Capitalism (direct, therefore, by capital) is to search for valuation itself (capital) with the production. For that, capital to creates and (re)creates good conditions for valuate itself, and this gives some details for a capitalist society contemporary, which: a) the neoliberal politics, that provides – with other things – unemployment and the deregulation of workers' legislation; b) computerization of this production, whose it productive transformations collaborate for the levelling of the laboring work; 3) productive reorganization, where the companies look for to dry the picture of employees through the intensification of human work, in wich the machine it collaborates together with administratives thecniques. These measures shake all rights conquered for the diligent class tie the present moment, therefore they become the ability and the details of human work unnecessary, beyond coercing the worker to submit the prerrogatives of the capital, through the threat of the unemployment which becomes perceivable result of the 'reserve's army', formed for a group of workers, that had lost the job due to an increase of the machinery or the productives changes. This scene collaborates for the loss of the individuality of the worker, therefore: 1 – it becomes preached of the capital, a time that depends on the capital to buy its ways of subsistence, they sell, for this, their gallows of work; 2 – in the measure where his work becomes homogeneous, because his virtuosity is transferred for the machine, of this form, his social relations, his time and his necessities already more to its control are not submitted. The worker passes, then, to be controlled for the capital, wich corrupts all the moments at wich the man would have to make history when works, therefore such act, instead of collaborating for the transformation of the worker and of nature worked for his finishes for take himself at the alienation, standardizing the subjectivity of the worker so that this collaborates with the validation of the capital. In this direction is that are propagated borgeois values, which they place capitalism as a natural and permanent way, and not a historical moment. This research, so, looks for to make a criticizes reflection concerning the relation between the subjetivity of the diligent contemporary and the capitalist production, pointing a line of direction with respect to the rupture of this picture.

Keywords: Worker. Subjetividad. Capitalism e socials relations.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.2 JUSTIFICATIVA	15
1.3 OBJETIVOS	16
1.4 HIPÓTESES	17
1.5 METODOLOGIA	18
2 CENÁRIO PRODUTIVO CONTEMPORÂNEO: ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO IMPOSTAS PELO CAPITALISMO	20
2.1 A RELAÇÃO ENTRE O HOMEM ALIENADO E O TRABALHO HOMOGÊNEO	21
2.2 AS INFLUÊNCIAS DAS DIVISÕES TÉCNICAS DO TRABALHO NO PROCESSO DE REIFICAÇÃO DO TRABALHO VIVO	41
2.2.3. Rompendo a ideologia	53
2.3 O IMPACTO DO NEOLIBERALISMO AO TRABALHADOR	54
3 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA FÁBRICA AUTOMOBILÍSTICA BRASILEIRA	66
3.1 AS TÉCNICAS PRODUTIVAS CONTEMPORÂNEAS EMPREGADAS NA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA BRASILEIRA	69
3.2 O IMPACTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA BRASILEIRA NO TRABALHO OPERÁRIO	77
3.3 O REVERSO DA MOEDA: EFEITOS DO NÃO-TRABALHO SOBRE O INDIVÍDUO	105
3.3.1 A questão do desemprego	107
3.3.2 A questão do sub-emprego	110
3.3.3 A questão dos Aposentados	113
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	124

1 INTRODUÇÃO

“Se a flor a flor entrega o alto gérmen
e a rocha mantém a flor disseminada
no seu batido traje de diamante e areia,
o homem amassa a pétala de luz que recolhe
nos determinados mananciais marinhos
e verruma o metal palpitante em suas mãos.
E logo, entre a roupa e a fumaça, sobre a mesa fundida,
como uma embaralhada quantidade, fica a alma”.
(Pablo Neruda, Alturas de Machu Picchu).

Para analisar a categoria trabalho na sociedade capitalista é preciso ir além dos limites da esfera do mercado que são veiculados pelo capital através de seu discurso ideológico. Discurso o qual camufla a exploração do proletariado por parte do capital.

Assim sendo, é preciso analisar o trabalho em sua gênese, ou seja, na esfera da produção, pois somente deste modo pode-se alcançar a magnitude da coerção imposta pelo capitalismo aos trabalhadores.

A esfera da produção no capitalismo compreende a utilização da mercadoria força de trabalho, como recurso que promove a valorização do capital. Para aumentar a retirada de mais-valia do trabalho vivo, o capitalista emprega os meios de produção, e utiliza, desta forma, a tecnologia como meio que lhe permite aumentar, ainda mais, a exploração do trabalho vivo.

O trabalho humano, portanto, é fundamental à sustentação do sistema capitalista. E assim, o capital vem imprimindo a sua lógica a este ato. Em decorrência desta constatação, observamos mudanças estruturais produtivas ao longo do tempo.

Tais mudanças, acreditamos, são defesas do capital às crises geradas por ele próprio, as quais são requisitos deste sistema, bem como, tentativas de otimizar seu próprio processo de acumulação.

Ora, o processo de acumulação do capital é o objetivo do capital, desde a derrocada do Feudalismo, e faz-se presente, também, nos dias atuais. Por conseguinte, não é possível pensar em Pós-capitalismo, Era Pós-moderna ou Pós-

industrial, quando na verdade, o objetivo do modo de produção atual continua sendo o mesmo.

Nesta pesquisa, concentramos o foco de nossa análise nas mudanças produtivas contemporâneas – no período entre a década de oitenta até os dias atuais – e nas conseqüências que elas provocam à classe operária inserida na fábrica automobilística brasileira.

Estas mudanças compreendem a reestruturação produtiva, a qual, a partir dos anos noventa, combina a informatização e automatização do trabalho com a importação de técnicas gerenciais para organização da produção.

A reestruturação produtiva brasileira atual abarca um arsenal tecnológico concentrado nas máquinas microeletrônicas, as quais revolucionam a produção à medida que controlam o tempo, o movimento e o comportamento do proletário, submetendo-o a uma dinâmica determinada pela máquina. Para tanto, faz-se necessária uma organização referente à utilização das novas tecnologias: processo que compreende a importação de técnicas gerenciais produtivas japonesas.

Esta prerrogativa tem um impacto direto sobre o perfil do trabalhador contemporâneo, pois sua atividade torna-se nivelada pela tecnologia microeletrônica empregada nas máquinas, para deleite do capital, uma vez que é este trabalho homogêneo, ou seja, abstrato que gera valor.

O ato de trabalhar, por isso, muitas vezes é encarado como um sacrifício humano, e acaba sendo desqualificado, já que a máquina é a virtuosa neste processo, pois tem o domínio da produção.

Como domínio produtivo da máquina, entendemos a capacidade desta em conservar em seu poder a ciência produtiva, utilizando os operários, apenas, como seu apêndice. E assim sendo, as especificidades da tecnologia microeletrônica requerem um determinado perfil de trabalhador.

Deste modo, analisando a tendência atual de organização toyotista do trabalho na indústria automobilística brasileira, observamos a preferência por um trabalhador-colaborador, o qual tenha desenvolvido um comportamento proativo, o que é justificado pela criação dos círculos de controle de qualidade, incorporação do sindicato-casa pelo toyotismo, entre outras características que acabam retirando o poder da classe operária.

Esta retirada de poder do proletariado pode ser justificada pelo aumento da desqualificação do trabalho operário, garantido pela especialização da maquinaria, além da intensificação do discurso ideológico burguês, através de práticas como a poliquificação, que é transmitida pelos capitalistas como enriquecimento de tarefas, ou seja, um benefício atribuído ao trabalhador, quando na verdade é um recurso que garante o aumento da extração da mais-valia.

Para visualização deste cenário produtivo que se descortina, concentramos o foco da nossa análise na indústria automobilística brasileira. Setor que desde os anos cinquenta representa o progresso industrial para o nosso país, por duas razões:

A primeira razão refere-se ao peso econômico deste setor na indústria brasileira e a segunda razão à possibilidade de realizar, com certo aprofundamento, a análise das mudanças tecnológicas e organizacionais modernas, já que o histórico produtivo da indústria automobilística “fez com que as transformações tecnológicas e organizacionais fossem ali sentidas em toda a sua profundidade e intensidade”.(CASTRO, 1995, p.12).

Ora, as divisões técnicas do trabalho referentes ao taylorismo, fordismo e toyotismo foram empregadas de maneira pioneira e intensiva nas indústrias automobilísticas. No Brasil, o cotidiano produtivo da fábrica deste setor industrial é marcado pela importação destes modelos, conforme assinalado anteriormente, através do deslocamento das experiências bem sucedidas no exterior.

Os exemplos mais recentes desta constatação são as implementações nas filiais automobilísticas brasileiras de técnicas organizacionais produtivas como o condomínio estrutural e o consórcio modular.

Nestas técnicas organizacionais é possível observar o aumento da precarização das condições de trabalho, pois a utilização de força de trabalho terceirizada, dos contratos de trabalho temporários e dos níveis de desemprego cresceram. A formação deste quadro é derivada do emprego das novas tecnologias, as quais prezam pela automação microeletrônica do setor, podendo, deste modo substituir alguns postos de trabalho e também intensificar a tarefa do operário.

Então, as práticas – tanto organizacionais quanto produtivas - da indústria automobilística moderna acabam por desterritorializar o operário na medida em que aumentam a autonomia da máquina e fragmentam o operariado dentro da

fábrica, visto que existem diferentes grupos de trabalhadores dentro de uma empresa com diferentes condições de trabalho, em decorrência da flexibilização das leis trabalhistas.

Desta maneira, a unidade da classe operária, não só é prejudicada pela diferenciação do quadro de funcionários dentro da empresa, como também pela instabilidade deste quadro empregatício.

Sennett (2000) mostra o sofrimento da classe proletária a respeito da instabilidade do seu emprego, e acredita que tal prática culmina na corrosão do caráter dos proletários, pois além de perderem a autonomia relativa à sua atividade produtiva (tornando-se tão homogêneos quanto o trabalho que desempenham) perdem, também, a autonomia acerca de suas próprias vidas.

Esta perda de autonomia é decorrente, não só, mas também, do processo de flexibilização das leis de trabalhistas proporcionado pelo Estado, pois, não são raros os casos em que estes trabalhadores se deparam com a necessidade de mudarem de região devido à finalização de contratos de trabalho temporários.

Neste cenário, o proletário passa a não se reconhecer mais como sujeito, como genitor, amigo e filho... Já que, a sociedade não lhe atribui tempo nem elementos que lhe permitam, não apenas refletir, como também, sentir como ser humano. Logo, ele vai perdendo o controle da produção e o direcionamento da própria vida, passando a ser controlado pelo capital.

Ou seja, a individualidade dos seres humanos vai sendo sucateada por práticas próprias da indústria, na medida em que seus operários vão se tornando engrenagens das máquinas supervisionadas por eles mesmos, e, por conseguinte, sendo postos cada vez mais a serviço do capital.

O operário torna-se sujeitado ao capital e, assim, os momentos em que este deveria fazer história acabam comprometidos. A história passa a ser feita desprovida de consciência, visto que o operário se encontra estranho a si, aos outros homens e à natureza.

Ora, o ato de produzir no capitalismo é compreendido pelo operário somente como um meio que lhe permite a satisfação de suas necessidades, através da compra de mercadorias que lhe garantam a sua subsistência, bem como a de seu clã.

Para isto o trabalhador troca no mercado, por salário, a mercadoria que lhe resta: a força de trabalho (relação que camufla a exploração e a

expropriação da subjetividade operária, quando analisada nesta esfera superficial da realidade). Pois, a classe proletária está presa ao capital, uma vez que os meios de subsistência são propriedade privada e pertencem ao capitalista; então, caso os proletários pretendam adquirir seus meios de subsistência, precisarão entrar num acordo com a classe capitalista.

Portanto, não é o operário quem compra os meios de subsistência, mas sim, os meios de subsistência que compram o operário, a fim de incorporá-los ao processo produtivo. (MARX, 1983).

Ou seja, a sobrevivência humana no capitalismo é intermediada pelo capital, através da troca. Deste modo, os homens (proletários e capitalistas) dirigem-se ao mercado com seus objetivos mesquinhos e indiferentes uns aos outros, já que a dependência apenas é financeira. E conseqüentemente, olham os outros homens e a natureza de maneira mercadológica, como facilitadores de suas necessidades.

Neste sistema, também, a satisfação das necessidades humanas está comprometida pelo capital pelo fato de realizar-se por meio da compra mercadorias, as quais além de serem adquiridas através do mercado, são formas de oposição do capital. É essa relação de compra que garante o giro do capital e sua valorização. Por isso, as necessidades nem sempre são próprias do consumidor e sim do capital que as recria continuamente.

Para garantir a permanência deste ciclo, o capital incute necessidades à vida privada do consumidor, a fim de estimular o consumo. Por isso, conforme afirma Adorno (1978), a indústria em geral, e a cultural em particular especulam sobre o estado de consciência e inconsciência de milhões de pessoas, as quais se dirigem.

Porém, este estado de alienação não é derivado do ato de trabalho em si. E a maneira como este ato é conduzido no presente momento histórico que o torna o alienante para o operário. Ou seja, o trabalho não é naturalmente alienante, visto que, mesmo no capitalismo há trabalhos que não alienam o trabalhador, pelo contrário, o humanizam.

De outra parte, mesmo quando alienado, o trabalho não deixa de ser práxis, pelo fato desta categoria não perder seu caráter transformador e criador, pois sem trabalho não há valor de uso, valor e mais-valia. No entanto, a atividade de trabalhador no atual modo de produção fica sujeitada ao capital, o qual subordina o trabalho e lhe imprime a sua lógica.

Ainda assim, isto tudo culmina, segundo Marcuse (1978) no empobrecimento do indivíduo, e este empobrecimento “recai no empobrecimento do seu mundo interior”. (SILVEIRA; DORAY, 1989, p. 49).

Acreditamos que esta pobreza do mundo interior promova a falta de consciência histórica da classe proletária, o que compromete a subjetividade destes trabalhadores cuja consciência é captada não só pela racionalidade capitalista como pela industrial cultural, que tende modificá-la.

Em consequência disto, eles passam a não ter desejos e vontades próprias, visto que tudo isto já foi disseminado pela cultura capitalista dominante a qual segundo Adorno (1978), opina, dá conselhos, informação política, porém, futilmente e, sobretudo, de forma conformista.

Nesta pesquisa analisamos o cenário produtivo atual na indústria automobilística brasileira e as consequências das suas práticas à classe proletária. Consequências que ultrapassam os níveis material e físico, pois se estendem para nível subjetivo.

1.2 JUSTIFICATIVA

O objetivo da presente pesquisa é efetuar uma reflexão acerca do processo produtivo contemporâneo e das consequências que o mesmo acarreta ao trabalhador, tendo por base a indústria automobilística no Brasil. Para tanto, elegemos como fio condutor à categoria trabalho, dado sua importância no referido processo.

O capital mascara seu intento dificultando a compreensão do processo de trabalho, o que é agravado pela intransparência própria da sociedade burguesa e pela manipulação ideológica a que se vê submetida. O modo pelo qual essa produção se realiza acarreta um estado de alienação, que afeta a consciência do trabalhador.

Isto corrompe a sua individualidade, à medida que as condições de produção acabam por desvalorizar as habilidades humanas em favor do acúmulo de capital, desqualificando, simplificando e uniformizando o trabalho, e assim aprofundando o seu caráter abstrato.

Em conseqüência o trabalhador passa a desenvolver uma atividade abstrata que não lhe promove um retorno satisfatório: nem emocional e nem financeiro. Pois, o que importa é a redução do tempo socialmente necessário, com vistas a ampliar a extração de trabalho excedente, sob a forma de mais valia relativa.

A este trabalhador, a qualidade do seu trabalho é irrelevante, visto que não importa se ele fabrica armas ou livros, e sim, o salário que ganha, pois é o dinheiro que garante a sua subsistência, uma vez que não há outra espécie de vínculo pessoal no capitalismo.

Porém, nem todos trabalhadores estão conscientes dessa problemática incutida pelo capital, e assim colaboram com este sistema, perpetuando um modo de produção que os explora.

Por isso, a conscientização da classe operária é de extrema importância, pois somente esta classe pode romper com tal fase histórica, decorrente da amplitude da exploração que lhe é característica.

É preciso, contudo que a classe operária possua maturidade política para não recuar ante as dificuldades e coerções específicas do capitalismo, dirigidas pela classe capitalista, a qual utiliza o Estado, a tecnologia, os modelos gerenciais e os veículos de comunicação – concentrados na mídia – para disseminar o seu discurso ideológico.

Enfim, a tomada de consciência do que ocorre atualmente torna-se essencial para possíveis iniciativas da classe trabalhadora, cujo fato, poderá ou não culminar na perpetuação do estado de alienação, pressuposto do atual modo de produção.

1.3 OBJETIVO

Analisar a indústria automobilística brasileira para reflexão das conseqüências que este cenário imprime na consciência da classe operária.

É fato que a consciência desta classe é deturpada pelo capital, pois isso é pressuposto para que ele possa imprimir a sua lógica através do trabalho operário. Porém, a fase atual do capitalismo apresenta algumas particularidades que

serão analisadas para possível discussão acerca da magnitude da exploração sofrida pelo pela classe operária nos dias atuais.

Neste sentido, entendemos que as práticas utilizadas pela indústria automobilística moderna através da reestruturação produtiva realizada por este setor, são mais um recurso do capital para acumular-se.

Estas práticas combinam o emprego da tecnologia microeletrônica com uma nova técnica gerencial adaptando a citada tecnologia a uma específica forma de organizar a produção: ambas colaboram para a valorização do capital, aumentando, conseqüentemente, a produtividade da empresa.

A maquinaria moderna de base microeletrônica, como vimos, desqualifica e simplifica o trabalho. A utilização desta maquinaria possibilita a re-organização da produção, que requer um novo perfil de trabalhador, além de uma (re) disposição da força de trabalho.

Por isso, também é de nosso interesse a investigação das técnicas gerenciais de trabalho, as quais colaboram para uma re-organização da produção, promovendo uma desqualificação do trabalho operário, na medida em que utilizam o trabalhador como apenas uma ferramenta a serviço do capital.

Portanto, o objetivo da investigação da atual fase histórica do capitalismo concentra-se na análise do impacto que as novas práticas produtivas imprimem na atividade e na consciência da classe operária inserida na indústria automobilística brasileira.

1.4 HIPÓTESES

A hipótese central desta pesquisa reside na idéia de que as práticas produtivas contemporâneas colaboram para uma desqualificação e simplificação do trabalho operário, fato que repercute na sua consciência, uma vez que o movimento interno da fábrica moderna determina a subjetividade humana.

Neste sentido, as técnicas gerenciais produtivas incorporadas na atual fase histórica capitalista e compreendidas como uma revolução produtiva, são – na verdade – um rearranjo dirigido pelo capital com a finalidade de otimizar a extração de mais-valia.

Assim sendo, tais práticas trazem conseqüências negativas a essa classe. Um exemplo disto é o processo de flexibilização, característico da indústria toyotista, o qual, além de retirar os direitos conquistados anteriormente pela classe trabalhadora, deixando-a a mercê do mercado, colabora com a mencionada simplificação do trabalho. O trabalhador moderno, a partir disso, experimenta-se como um objeto, uma incorporação de energias que são investidas lucrativamente no mercado.

Desta maneira, os operários são reduzidos a engrenagens, comportando-se como robôs e como combustível, consomem todas as drogas que as particularidades do poder, concentradas no dinheiro, oferecem-lhes. “E cada degrau de promoção lhes proporciona em certo tipo de moradia, um certo tipo de relação social e de prestígio”. (GUATTARI, 1986, p. 40).

Portanto, o que os operários podem esperar do modo de produção capitalista é um nivelamento: tanto da sua produção, garantido pela máquina; quanto da sua consciência, derivado da tecnologia e da ideologia transmitida através da organização técnica do trabalho.

1.5 METODOLOGIA

Em Marx, o método relaciona-se com uma realidade histórica específica. O Materialismo Histórico diz respeito à sociedade capitalista, a qual tem características próprias que a particularizam. Como o Materialismo Histórico tem um fundamento material, que é a produção, tal método é pertinente com a presente análise, a qual analisa a atividade produtiva da indústria automobilística brasileira no atual momento histórico do capitalismo.

O ponto de partida da pesquisa concentra-se na análise das relações de trabalho, que, na sua imediatez estão desprovidas das suas determinações sociais, às quais chegar-se-á, após uma análise mais rigorosa do processo produtivo.

Para realizar este intento, utilizamos como material básico o bibliográfico que consiste na leitura de obras clássicas e contemporâneas, nas áreas

da Sociologia e da Psicologia, bem como artigos de revistas científicas sobre a sociedade capitalista, a subjetividade e a alienação.

O período da investigação tem como foco a fase atual da indústria automobilística brasileira, pontuando mudanças deste setor industrial nas décadas de oitenta e noventa: período marcado pelo crescimento do desemprego: condição que proporciona o crescimento do mercado de subemprego.

O subemprego, condição possibilitadora de novas formas de contrato de trabalho, age desqualificando o trabalhador enquanto tal e o reduz a um simples prestador de serviços. Esta prática colabora, portanto, com a intensificação da exploração do trabalho.

2 CENÁRIO PRODUTIVO CONTEMPORÂNEO: ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO IMPOSTAS PELO CAPITALISMO

Há outros dias que não tem chegado ainda
que estão fazendo-se
com o pão ou as cadeiras ou o produto
das farmácias ou das oficinas
– há fábricas de dias que virão –
existem artesãos da alma
que levantam e pesam e preparam
certos dias amargos ou preciosos
que de repente chegam a porta
para premiar-nos
com uma laranja
ou assassinar-nos de imediato.
(Pablo Neruda, Esperemos).

Este capítulo apresenta as particularidades do trabalho no modo de produção capitalista, analisando, para isso as técnicas utilizadas pelo capital para continuar resistindo às crises pelas quais está passando – e na qual se encontra – desde a década de setenta.

No primeiro momento, refletimos a respeito das condições impostas pelo capitalismo ao trabalho operário e suas conseqüências à consciência deste trabalhador inserido na indústria automobilística moderna.

Cenário, o qual apresenta transformações tecnológicas e organizacionais como se representassem uma revolução do capitalismo, isto é, uma superação deste modo de produção, porém quando essas práticas correntes são analisadas além do nível das aparências, há evidências de que são armas defensivas do capitalismo para resistir às crises do próprio capital.

Ou seja, o capital lança mão da tecnologia, das técnicas gerenciais e, também, do Estado para organizar a produção e poder aumentar a extração de mais-valia do trabalho vivo, garantindo assim sua autovalorização, como será analisado neste capítulo.

Desse modo, o capital estabelece um quadro comprometedor à classe proletária, por potencializar a exploração da classe operária, através da inserção da tecnologia microeletrônica instalada na indústria automobilística e do emprego de técnicas gerenciais que organizam a produção.

A tecnologia microeletrônica pode controlar as atividades realizadas pelos operários, através da informatização da produção, intensificação das tarefas (mesmo não aumentando os salários), desqualificação do trabalho vivo (o qual passa a ser homogeneizado pela máquina) e substituição de alguns postos de trabalho pela incorporação de robôs na produção.

Essa tecnologia também viabiliza uma nova forma de organizar a produção: a fábrica enxuta, atualmente, valoriza um trabalhador polivalente e proativo, pois estas qualidades podem aumentar os lucros da empresa, uma vez que dispensam alguns cargos de trabalho e intensificam a atividade produtiva dos operários.

Tal cenário produtivo é viabilizado pelos ideais neoliberais utilizados pelo Estado burguês. O neoliberalismo regulamenta condições de trabalho adversas à classe proletária, através da flexibilização das leis trabalhistas e da produção.

2.1 A RELAÇÃO ENTRE O HOMEM ALIENADO E O TRABALHO HOMOGÊNEO

O sistema capitalista possui um objetivo específico: aumentar o quantum de capital. E para isso, o capitalista procura formas de valorizá-lo. Atualmente, os dirigentes do capital da indústria automobilística brasileira defendem a utilização da tecnologia microeletrônica como um recurso que garante a valorização do capital.

O consórcio modular da Volkswagen, por exemplo, utilizando os recursos tecnológicos atuais, reduz o número de plataformas produtivas a fim de garantir a diminuição nos gastos referentes à produção. (ARBIX; ZILBOVICIUS, 1997).

Segundo Peliano (1987) tais capitalistas acreditam que as empresas que não empregarem essa tecnologia avançada estarão correndo o risco de não garantirem a competitividade no mercado contemporâneo.

Essa preocupação é própria da classe capitalista, visto que ela é a representante do capital. Então, é como capital personificado que o capitalista dirige-se ao mercado com a finalidade de comprar a mercadoria força de trabalho (a qual proporciona – quando consumida – a valorização do capital) e os meios de produção

(recurso que permite o aumento da extração de mais-valia do trabalho operário, na tentativa de valorizar ainda mais o capital).

Portanto, na sociedade capitalista, o capital é o que prevalece, visto que é o ponto de partida e chegada (D – M – D'). Esse processo é realizado por intermédio da produção de mercadorias, as quais são produzidas com o intento de valorizar o capital. (MARX, 1983).

Ao capital não importa, então, a especificidade da mercadoria, e sim o processo de valorização que ela fomenta, uma vez produzida por mãos operárias. Portanto, para a produção de capital faz-se necessária à produção de mercadorias, uma vez que esse processo produtivo – realizado pelo trabalho vivo – promove a extração da mais-valia, garantindo, assim, a expansão capitalista.

O ato de produzir e reproduzir as necessidades humanas, então, é controlado e também corrompido pelo capital, pois, como os produtos que suprem as necessidades sociais são mercadorias, o capital trata de manipular essas necessidades para perpetuar essa relação social de troca.

Essa manipulação do capital é realizada por meio de uma indústria cultural, a qual, muitas vezes, transforma a TV, o cinema, a música e até mesmo os livros em veiculadores da ideologia capitalista. (ADORNO, 1978). Pois, a criação das necessidades acaba promovendo a perpetuação do trabalho, bem como da miséria e da injustiça.

O capital, dessa forma, possui a capacidade de criar as condições para seu próprio acúmulo. Apresenta-se, desse modo, como um sujeito automático, uma 'coisa' fantástica, capaz de criar outras coisas; quando, na verdade é uma relação social.

Relação social efetuada entre a classe trabalhadora e a capitalista e definida pela lei do valor. A lei do valor, então, determina os trabalhadores enquanto trabalho personificado e os capitalistas como capital personificado.

As relações sociais de produção (homem – homem, homem – natureza), portanto também estão alienadas no capitalismo, porque a relação do homem (tanto capitalista quanto proletário), com a natureza encontra-se nesse modo de produção, intermediadas pelo capital, o qual as transforma em valores de troca, em mercadorias. Assim, o trabalhador passa a conceber essa relação com uma perspectiva mercadológica.

A natureza, então, também se torna capital. Desse modo, conforme apontam Silveira, Doray (1989, p.44): “Sob as condições do capital, a relação do homem com a natureza é mediatizada pelo capital, o homem não se relaciona mais diretamente com a natureza: a própria natureza é transformada em capital, em valor de troca, em mercadoria”.

Quanto à relação homem – homem, Marcuse (1978) aponta que o capitalismo não une os homens, mas os separa por promover a alienação de si e dos seus semelhantes, para que eles possam aceitar, passivamente, as propostas do mercado e, assim, colaborar com o sistema capitalista.

Sistema, o qual, isola os indivíduos em seus objetivos pessoais que apenas podem ser satisfeitos na troca de mercadorias: relação despojada de profundo envolvimento entre as partes envolvidas.

Essa troca é justificada pelo fato dos homens não produzirem o que precisam, passando, portanto, a depender socialmente de outro homem. Isso ocorre em dois momentos: na esfera da produção quando troca a capacidade de trabalho pelo salário, e na esfera do consumo, no instante que troca salário pelos meios de subsistência.

Por isso, no capitalismo “O homem moderno se experimenta como uma coisa, uma incorporação de energias que serão investidas lucrativamente no mercado. Ele sente seu semelhante como uma coisa a ser usada para intercâmbio lucrativo”. (FROMM, apud RUITENBEECK, 1971, p. 81).

Esse quadro caracteriza a superficialidade das relações humanas, as quais são satisfeitas com objetivos mesquinhos, sem que seja levada em consideração a particularidade de cada um, pois o que realmente importa é o dinheiro envolvido no processo.

O capitalismo, portanto, determina a subjetividade do trabalhador. No entanto, a análise do trabalhador enquanto indivíduo é imprópria nesse modo de produção. Para Marx, os indivíduos são determinados enquanto classe: a classe trabalhadora e a classe capitalista.

Essas classes, segundo ele, atuam conforme sua determinação social. Nesse sentido, a relação social capitalista apropria-se da consciência humana, pois esta apropriação é uma condição do próprio capital. Visto que o capital apenas pode contar com a colaboração do operário, caso este esteja desprovido da

sua subjetividade, ou seja, da sua consciência porque tal sistema o oprime, o explora, à medida que emprega o trabalho deste operário.

O capital, pois, utiliza a relação entre essas duas classes sociais para viabilizar seu intento, ou seja, sua autovalorização. Isso é próprio do capitalismo: é o que faz desse sistema capitalista. Porém, ao longo do tempo novas exigências são impostas pelo capital, para que suas crises cíclicas possam ser ultrapassadas por ele.

Então, para analisar a relação entre as duas classes que movem o capitalismo, é preciso determinar um período histórico desse sistema, visto que existem particularidades nesse modo de produção. Atualmente para analisá-lo, faz-se necessário refletir sobre a tecnologia microeletrônica e as técnicas gerenciais contemporâneas.

Essas duas medidas promovidas pelo capital influenciam o modo de produção capitalista. Nelas, o capital encontra meios de potencializar a extração de mais-valia do trabalho vivo, já o trabalhador - obedecendo às regras impostas pelo capital - utiliza o aparato microeletrônico, dentro de uma determinada organização do trabalho, num contexto que promove a intensificação de sua atividade.

As duas partes, portanto, colaboram com o capital, porém com uma diferença: enquanto o capitalista encontra-se numa posição privilegiada, lançando as bases para viabilizar a acumulação do capital, o proletário coloca-se em situação de desvantagem, pois para ele, não existe outra saída senão vender a sua força de trabalho e colocar-se a serviço do capitalista.

Por isso, o capitalista emprega nas empresas automobilísticas brasileiras, a tecnologia microeletrônica, como um recurso que permite uma maior absorção de mais-valia do trabalho vivo. Trabalho que se objetiva, em trabalho social geral, ou seja, em trabalho abstrato.

O trabalho abstrato é desprovido de sentido ao trabalhador, porque para sua execução não é necessário um dispêndio de habilidade, de criatividade, visto que a sua atividade foi nivelada pela máquina.

Esse trabalho indiferente, desapropriado de sentido, técnicas e habilidades humanas é, conforme dito, o trabalho abstrato. O valor que ele cria não é próprio de cada produtor, pois o trabalho de cada operário dissolveu-se no trabalho social. (BELUZZO, 1980).

Dessa forma, o trabalho vivo é igualado, diferenciando-se apenas pela sua quantidade, e não pela qualidade das tarefas que realiza, uma vez que a qualificação do trabalhador implica a utilização de suas habilidades humanas, o que poderia diminuir o domínio do capital sobre o trabalho humano e, então, prejudicar o seu processo de valorização.

Para garantir sua autovalorização, o capital cria e recria o cenário produtivo, mediante a introdução de novas técnicas. Desse modo, os meios de produção colaboraram nesse processo de homogeneização do trabalho, pois, munidos de avanços tecnológicos, eles prescindem do conhecimento, da habilidade e da destreza do trabalhador, tornando-o, facilmente substituível.

Somente no capitalismo o trabalho pode existir em sua forma mais abstrata, como indiferença em relação aos tipos particulares de trabalho e aos produtos particulares do trabalho, tornando-se importante apenas o trabalho em geral, tanto o acumulado, objetivado no capital, como o trabalho vivo, a força de trabalho do indivíduo trabalhador, como força de trabalho abstrata, força de trabalho em geral. Entendemos que esse é também um processo de esvaziamento do trabalhador na medida em que essa diferença, existente na prática, do trabalhador em relação ao conteúdo particular da atividade do trabalho, acaba por resultar na separação alienada entre o indivíduo e o trabalho, ou melhor, na redução de um indivíduo a um trabalhador em geral, a alguém que se caracteriza apenas por possuir força de trabalho em geral. (DUARTE, N., 2001, p. 156).

Pelo fato do trabalho abstrato ser o criador do valor, a tendência do trabalho sob o capitalismo é a de universalizar-se. A tecnologia microeletrônica não o restringe, muito pelo contrário, amplia-o, visto que entra em razão inversa ao saber e a habilidade do trabalhador. Essa tecnologia prescinde, portanto, de tais requisitos, nivelando, por assim dizer, o trabalho, isto é, homogeneizando-o.

Nesse sentido, trabalhar adquire uma única determinação: receber uma quantia em dinheiro mensalmente, na maioria das vezes, por um esforço cotidiano. Isso faz com que a própria atividade de produzir, sob o capitalismo, torne-se alienante, e por isso estranha ao operário. (SANTOS, 1982).

Assim como ao capital, enquanto valor que se valoriza a si mesmo, é indiferente à figura material particular que reveste no processo de trabalho – trata-se de máquina a vapor, um monte de esterco ou de seda – ao operário é igualmente indiferente o conteúdo particular de seu trabalho. Seu trabalho pertence ao capital; não é mais do que o valor de uso da mercadoria, que o operário vendeu unicamente para obter meios de subsistência. (MARX, K., 1978, p. 44).

Na montadora de veículos 'A', analisada por Peliano (1987), a uniformidade das operações caracteriza-se como um dos principais recursos que garante a melhoria da qualidade do veículo. Tal uniformidade é resultante da incorporação da tecnologia microeletrônica: os trabalhadores deixam de controlar as atividades, pois a tecnologia microeletrônica comanda a produção.

Na referida empresa, o controle da produção é realizado pela automação microeletrônica, a qual propicia o “comando, o acompanhamento e a supervisão eletrônica das etapas de produção, através de um sistema integrado de computação”. (PELIANO, 1987, p. 60).

O controle de tempo e movimento produtivos já não pertence mais ao trabalhador e sim a máquina, e são controlados, na fábrica automobilística brasileira, através da informatização microeletrônica.

Este poder de controle e execução das tarefas, concentrados na gerência e na tecnologia microeletrônica respectivamente, garante ao capitalista uma melhoria na extração de mais-valia do trabalho vivo, e ao proletário, essa atividade abstrata apenas reverte o dinheiro: recurso necessário para a compra dos seus meios de subsistência.

Fundamenta-se, assim, a sociabilidade capitalista, pois desfeitos todos os laços de dependência pessoal, o trabalhador deve vender a sua mercadoria (força de trabalho) para o consumo de outras (meios de subsistência) através do salário.

O capital não é uma coisa, assim também como o dinheiro não o é. No capital determinadas relações sociais de produção entre pessoas se apresentam como relações de coisas para com pessoas, bem como determinadas relações sociais surgem como propriedades sociais naturais das coisas. Sem trabalho assalariado, nenhuma produção de mais-valia existe, já que os indivíduos se relacionam como pessoas livres; sem produção de mais-valia, não existe produção capitalista, e, por consequência, nenhum capital e nenhum capitalista. (MARX, K. apud NAPOLEONI, C., 1981, p. 57).

Desse modo, a relação de troca no capitalismo tem particularidades, sendo que sua análise fica comprometida quando realizada no nível das aparências, fenômeno que apresenta um duplo caráter: o primeiro diz respeito à esfera da circulação, na qual são trocados equivalentes: o trabalhador dirige-se ao mercado e põe a venda a sua força de trabalho; já o capitalista paga uma quantia em dinheiro, salário, pela aquisição da força de trabalho.

Nesse sentido, ambas as partes têm algo a oferecer, por isso essa relação estabelece-se entre iguais. Ora, como estão desfeitos todos os laços de dependência pessoal, a venda da força de trabalho pelo trabalhador realiza-se de acordo com a sua vontade. Por dirigir-se espontaneamente ao mercado, ele desfruta de liberdade nesta esfera. A teoria por sua vez, presuppõe equivalência, o que faz com que ocorra nela, além de liberdade, igualdade.

Já, o segundo caráter assinalado diz respeito à esfera da produção. Onde é possível observar a desigualdade entre as duas partes que se relacionam. Nesta esfera, ao contrário do que se passa na esfera do mercado, não há liberdade e nem igualdade, mas exploração e dominação.

Ora, enquanto o capitalista dirige-se ao mercado com o intento de comprar uma mercadoria que é a fonte da valorização do capital, o trabalhador dirige-se ao mercado porque a garantia da sua sobrevivência depende da venda do único recurso que lhe resta: a sua força de trabalho. Pois, os meios que garantem a sobrevivência pertencem ao capitalista e para comprá-los, ele precisa de dinheiro, que lhe é concedido sob a forma salário.

Essa transação somente é efetuada pelo proletário porque ele precisa atender as suas necessidades básicas e a de seu grupo. Por isso se sujeita às leis do capital e é explorado por ele à medida que se relaciona, enquanto classe, com a classe capitalista.

Portanto, o proletário contribui com a valorização do capital de duas formas: enquanto desenvolve um trabalho produtivo dentro da fábrica e, também, no momento em que se dirige ao mercado, munido do seu salário, para comprar os seus meios de subsistência (que pertencem ao capitalista). Pois essa necessidade em adquirir – constantemente – seu meio de subsistência é o que leva o trabalhador a vender sua força de trabalho, conforme apontamos anteriormente.

Levando-se em conta a continuidade do processo produtivo, o salário é tão somente uma parte do produto constantemente criado pelo operário, a que se transforma em meios de subsistência, e, portanto, em meios para a conservação e aumento da capacidade de trabalho necessária ao capital para a sua autovalorização, para seu processo vital. (MARX, K., 1978, p 92).

Nesse sentido, a troca depende de duas condições para efetuar-se: a primeira delas é que os trabalhadores sejam livres, isto é, que não possuam qualquer vínculo de sujeição com outro homem para que possam vender sua capacidade de trabalho ao capitalista sob um determinado tempo. A segunda concerne a sua separação dos meios de trabalho e subsistência. Torna-se então inteiramente despossuído. E essa desposseção que o obriga a vender a sua força de trabalho.

Assim, com a superação dos modos de produção que requeriam a dependência pessoal, as condições de sobrevivência e reprodução dos indivíduos ficam desprovidas de garantia social prévia. Eles passam a contar somente consigo mesmo (com sua capacidade física e intelectual), já que a natureza se lhes antepõe como capital. (SILVEIRA; DORAY, 1989).

Portanto, para que os proletários possam garantir a própria sobrevivência, eles dirigem-se ao mercado a fim de vender sua capacidade de trabalho para receber em troca o salário.

Essa relação camufla a diferença entre trabalho pago e não pago, pois, todo trabalho realizado aparece como pago. Se assim fosse, não haveria mais-valia e o dinheiro do capitalista não se transformaria em capital.

Em decorrência disso, nada na fábrica pertence ao trabalhador, nem mesmo ele próprio, visto que a sua força de trabalho foi convertida em mercadoria, em coisa, dotada de preço e valor, as quais oscilam de acordo com o mercado, ou seja, o trabalhador pode trabalhar da mesma forma ao longo dos anos, e contar com aumentos ou diminuições da quantia de dinheiro que lhe é paga em troca do seu trabalho, isto é, do seu salário.

O salário serve, assim, para encobrir a magnitude da exploração do proletariado pelo capital, pois fica a impressão, quando pago, que houve uma troca igualitária, na qual o trabalhador vendeu ao capitalista seu trabalho e este, em troca, pagou-lhe uma quantia em dinheiro relativa à sua produção.

A forma salário extingue, portanto, todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho, em trabalho pago e trabalho não pago. (...) No trabalho assalariado, ao contrário, mesmo o mais-trabalho ou trabalho não pago aparece como trabalho pago. (...) aqui a relação de dinheiro oculta o trabalho gratuito do assalariado. (MARX, K., 1983, p. 130).

Portanto, de acordo com Marx (1983), a forma salário é uma ideologia, visto que todo trabalho aparece como pago quando, na verdade, o trabalhador trabalha muito mais que o necessário para conseguir os seus meios de subsistência revertendo, então, ao capitalista, além do equivalente ao valor de sua força de trabalho, a mais-valia.

Ora, ser um trabalhador assalariado é uma das condições do sistema capitalista, pois o trabalhador terá que utilizar o salário para comprar outras mercadorias no mercado a fim de sobreviver e poder reproduzir a sua espécie. Portanto, a troca na qual depende o consumo do trabalhador, requer a força de trabalho como mercadoria.

Ao trabalhador, somente é pago o necessário para sobreviver (comer, beber e dormir), para que possa perpetuar a espécie e, assim, colaborar para a continuidade do sistema capitalista. Pois, por mais que a sociedade capitalista não seja determinada em castas, e haja a possibilidade de um proletário tornar-se capitalista, o modo de produção capitalista não dá chances reais para que isso ocorra. Ou seja, o ato de reproduzir a espécie humana, também está comprometido pelo capitalismo.

Nesse sentido, não é o operário que compra seu meio de subsistência, e sim, este que o compra. Pois, para garantir a posse do meio de subsistência, o trabalhador vende sua força de trabalho e coloca-se, desse modo, como mais uma mercadoria a ser consumida pelo capital, assim como o meio de produção o é.

Ou seja, a esfera da circulação de mercadorias apenas é garantida pela necessidade do operário em adquirir e readquirir, constantemente, “uma parte de seu próprio produto em troca de seu trabalho vivo. Com isso se desfaz a aparência de simples relações entre possuidores de mercadorias”. (MARX, 1978, p.93).

Para que a venda da força de trabalho se realize de fato e o trabalhador contribua, desse modo, com a valorização do capital é necessário que somente a esfera da circulação de mercadorias apareça. A esfera da produção, portanto, é camuflada através da ideologia burguesa.

Isso aliena o trabalhador. E essa alienação é necessária para que o sistema capitalista perdure, pois na medida em que a relação travada apresenta-se, como, igualitária, ela camufla o verdadeiro intento do processo, que é a criação de um sobre valor para o capitalista.

A transmutação antes observada é, na verdade uma ideologia; inerente ao contexto social capitalista e imprescindível a sua reprodução, caso contrário, ficaria evidente a exploração do capital ao trabalho vivo, o que poderia provocar a não sujeição do proletariado a esse modo de produção.

Com isto desaparece também a *aparência* que a relação apresentava na superfície, segundo a qual *possuidores de mercadorias* com direitos iguais se defrontam na circulação, no mercado, os quais, como os demais *possuidores de mercadorias*, só se diferenciam entre si pelo conteúdo material de suas mercadorias, pelo valor de uso particular das mercadorias que tem para vender entre si. Ou então essa forma *originária* da relação subsiste só como *aparência* da relação que lhe serve de base, da relação *capitalista*. (MARX, K., 1978, p. 92/3).

Deste modo, tudo que é colocado na esfera do mercado, é negado na esfera da produção, porque nesta esfera há exploração. Onde há exploração não há igualdade, e muito menos liberdade, como ocorre no mercado e o discurso burguês pretende fazer acreditar, vendendo, para isso, um mundo perfeito e fácil onde todos têm possibilidades de trabalhar e enriquecer.

Porém, retirando o véu colorido, o que aparece é uma realidade preta e branca, marcada pela exploração do trabalho vivo, pela expropriação do saber e da criatividade do operário, pois o que resta dele é seu trabalho enquanto abstração; é seu ser, enquanto objeto de valorização do capital. Sua individualidade não entra no processo, pois é desnecessária à valorização do capital.

Porém, para que o modo de produção capitalista possa existir faz-se necessário haver trabalho assalariado, de preferência como partícula do trabalho social abstrato gerador de mais valia, por mais contraditória que essa afirmação

possa parecer num contexto contemporâneo informacional e automatizado. Pois, ao contrário da máquina (a qual transfere seu valor ao produto), somente o trabalhador cria um novo valor.

Assim, a atividade do trabalhador produtivo é o objetivo do capital, visto que só ele (trabalhador) pode colaborar para a autovalorização do capital. A máquina, porém, é um meio que garante a melhoria nessa geração de valor pelo trabalho vivo.

A automação, por exemplo, empregada na indústria automobilística brasileira permite um aumento da qualidade do produto, adequando-o “aos novos padrões de precisão, uniformidade e homogeneidade”. (PELIANO, 1987, p. 55). A automação empregada neste setor industrial também promove um aumento no controle produtivo, pois como as informações são centralizadas é possível à gerência acompanhar a produção em cada seção.

Esse processo promove a diminuição nos custos produtivos, porque além de garantir que somente seja empregado o tempo de trabalho socialmente necessário à produção, esse controle gerencial somado à implantação da linha automatizada, intensifica o trabalho operário, pois a sensação de estarem em constante observação cria no trabalhador um sentimento proativo, o qual intensifica sua produção pelo medo do desemprego.

O tempo de trabalho, por sua vez, tem sido inferior àquele obtido com a tecnologia convencional por duas razões básicas. A primeira tem a ver com o ritmo da produção proporcionado pela nova organização da funilaria. A conjugação técnica dos troylleys, prensas automáticas, robôs e demais mecanismos automáticos fornece à linha de montagem um ritmo de produção mais rápido e contínuo. Daí que a participação efetiva na linha de montagem tradicional. As atividades de trabalho são realizadas agora com maior rapidez do que antes, pois a produtividade do trabalho foi elevada. (PELIANO, J.C., 1987, p.64).

Ou seja, no modo de produção capitalista, o trabalhador produz mais e recebe menos; por isso Marx (1983) salienta que quanto mais o trabalhador produz, mais miserável torna-se, não, apenas, em termos objetivos (quantidade de dinheiro recebida como pagamento pela força de trabalho), como também subjetivos, visto que este esse modo de produção corrompe a subjetividade do trabalhador.

O capital, então, domina o processo de trabalho, não só pelo fato dos meios de produção serem propriedade privada, como também por ser ele (capital) o controlador da produção; controle, o qual está interligado com seus objetivos.

Assim, a organização social do trabalho pelo capital foi analisada por Marx (1983) como precursora da subordinação do trabalho ao capital. Tal subordinação foi otimizada pelo próprio capital como tentativa de valorizar ainda mais o capital.

Ora, na tentativa de manter um controle total sobre a produção, o capital reorganiza-a, despojando a ciência e habilidade do trabalho vivo. Essa nova maneira de organizar a produção capitalista manterá o controle nas mãos do capital, subordinando o trabalhador ao capital de forma real.

De acordo com o Brighton Labour Process Group (apud SILVA, 1991), estão postas, assim, as bases para a '*valorização no comando*'. Nesse sentido, a automação e informatização microeletrônicas são armas lançadas pelo capital para que possa alcançar seu objetivo.

Galvan (1985) analisa tal processo de dominação como um movimento de passagem, no qual a subsunção formal é substituída pela subsunção real e esta, por sua vez, pela subordinação do trabalho à ciência (a qual, incorporada às máquinas, torna-se também capital); pelo fato dos trabalhadores dependerem das máquinas para produzir.

A subordinação do trabalho à ciência ocorre porque as relações sociais no capitalismo estão coisificadas; assim é que o trabalhador aparece subordinado a máquina, a qual determina ainda o ritmo de trabalho, movimento e funções do trabalhador no processo de produção. (GALVAN, 1985).

No entanto, mesmo cumprindo um importante papel na organização do trabalho, a inovação tecnológica têm (na verdade) um sentido coadjuvante no cenário produtivo, pois ela é um predicado do capital. Isto é, o processo produtivo capitalista reflete os objetivos do capital e a tecnologia auxilia em seus propósitos, assim como define a organização da produção.

Todavia, "a organização hierárquica do trabalho foi imposta sobre o trabalhador não por inovações tecnológicas (...), mas pelo capital e sua necessidade de acumulação". (BRIGHTON LABOUR PROCESS GROUP apud SILVA, 1991, p.21).

Tendo em vista seu acúmulo, o capital utiliza a tecnologia (incutida nos meios de produção) e a força de trabalho no processo produtivo. Porém, é preciso organizá-los de acordo com as necessidades do capital em determinada época histórica. Por isso, há uma mudança constante na organização da tecnologia: no modo de operá-la e também no modo de organizá-la. Mudança, que se expressa em um conjunto de medidas próprias concentradas em uma específica técnica gerencial.

Assim, quando George Friedmann (1972) realiza sua pesquisa na década de cinqüenta, focando o processo produtivo industrial no modo de produção capitalista, o autor concentra-se na análise da esquizofrenização do processo produtivo, a qual era promovida pela organização taylorista da época:

Assistimos aos inícios de um fenômeno de dispersão, contínuo, multiforme, universal, favorecido, no curso do século XIX, pela especialização das máquinas e pela crença (...) que conquista o mundo dos engenheiros e florescerá a partir de 1880, através do taylorismo: ou seja, a crença de que toda a racionalização científica do trabalho se faz acompanhar por uma fragmentação das tarefas, aumentando o rendimento dos trabalhadores “especializados” o volume da produção em ademais e baixando os preços de custos de objetos fabricados em escala bastante grande. (FRIEDMANN, G., 1972, p. 27)

Essa crença, citada por Friedmann (1972), tornou-se real, porém há atualmente algumas particularidades envolvidas nesta análise. Ora, é fato que a racionalização do trabalho fragmenta as tarefas e aumenta a produtividade, mas os engenheiros (e toda a classe burguesa), atualmente, não tratam do referido processo dessa forma, e sim como um enriquecimento das mesmas.

Assim, toda a esquizofrenização do processo produtivo que podia ser observada na fábrica estudada por Friedmann (1972), (ou seja, na indústria taylorista), é mascarada pela polivalência da fábrica moderna (organizada pelas técnicas toyotistas).

Porém, essa esquizofrenização da atividade humana não deixou de existir, pelo contrário, foi otimizada por recursos tecnológicos da microeletrônica e de gestão empresarial, que foram inseridos na fábrica automobilística brasileira.

Na passagem abaixo, Peliano (1987) descreve a mudança produtiva na fábrica de automóveis, decorrente de uma produção realizada – inicialmente –

pelo modelo de postos de trabalho fixos, no qual, cada trabalhador desempenha uma função específica no processo produtivo, pela produção polivalente, onde as operações são realizadas em conjunto pelo mesmo trabalhador.

Ao se agruparem vários equipamentos de funções diferentes em determinado sistema sincronizado e integrado de produção com as bases flexível e dedicada, pode-se, então, aumentar consideravelmente a eficiência produtiva. Antes, as operações eram realizadas através de uma série de atividades distribuídas em diversas operações separadas pelas funções específicas dos postos de trabalho; agora, as operações são realizadas de uma só vez em conjunto de atividades combinadas e organizadas em um único posto de trabalho. (PELIANO, J.C., 1987, p. 59).

Ou seja, as máquinas e as técnicas de organização da produção especializam-se, à medida que desqualificam o trabalho humano, e tal processo é constantemente renovado, na tentativa de ser otimizado e adequado a um contexto social específico.

De acordo com o grupo de Brighton (apud SILVA, 1991) as características do processo produtivo capitalista abarcam o emprego de tecnologia microeletrônica em seu interior, o que promove mudanças na organização produtiva, tais como: a separação do trabalho intelectual do trabalho manual, o controle hierárquico e a desqualificação do trabalho.

Passemos a análise dessas características na fábrica automobilística brasileira, as quais podem ser observadas neste setor industrial, desde a sua implantação. Porém, elas passam por transformações, através da tecnologia microeletrônica:

- a) **separação do trabalho intelectual do trabalho manual:** A gerência, através da informática, administra as etapas da produção. Os operários apenas executam as ordens gerenciais por meio do sistema de máquinas, visto que o capital monopoliza o conhecimento e a organização da tarefa realizada pelos operários.

- b) **controle hierárquico**: realizado, atualmente, pelo computador, onde o capital (personificado na figura do capitalista) é o regente do processo produtivo, limitando, portanto, a autonomia dos seus funcionários tanto os administrativos, quanto os operariários.

Ou seja, o controle da produção foi otimizado pelo fato de ser realizado pelo computador, diminuindo, desse modo, as possibilidades da ocorrência de fraudes entre os trabalhadores e assim, tornando alguns cargos de chefia obsoletos. “Em suma, a busca do controle pelas gerências tem um certo peso na definição das características dos sistemas automatizados que as montadoras estão adotando”. (PELIANO, 1987, p. 29).

- c) **desqualificação do trabalho**: garantida através da separação entre o trabalhador e a máquina, bem como pela divisão (em várias funções) das tarefas que exigem qualificação.

A questão da desqualificação na indústria automobilística apresenta um caráter contraditório, pois por um lado há o fato das montadoras exigirem – atualmente – um grau elevado de escolaridade.

Até a década de oitenta o mais importante para este setor industrial era a experiência do trabalhador, mas nos anos noventa essa situação modificou-se porque com a entrada das novas tecnologias, o conhecimento passou a ser importante, pois ele era exigido para que os operários pudessem operar as máquinas pelo fato de haverem tarefas que exigiam dos trabalhadores a efetuação de cálculos.

Por isso, algumas das automobilísticas instaladas no Brasil, como a Ford, a Volvo, a Fiat e a Mercedes, iniciaram, a partir da década de oitenta, um processo de investimento educacional desenvolvido para aos seus operários, segundo o Jornal Estado de Minas (1997).

Mas, por outro lado, as novas tecnologias também possibilitam a prática da polivalência onde o operário opera até cinco máquinas, porém encontra-se desprovido do domínio das mesmas de maneira satisfatória. A máquina passa a

ser a virtuosa do processo produtivo, podendo até mesmo substituir o trabalho vivo devido à precisão e uniformidade com que realiza as operações.

Portanto, o capital corrompe a premissa da classe operária, a qual define-se, historicamente, pela função de 'transformadora' da matéria, porque tal habilidade do operário vai sendo substituída pela utilização da tecnologia empregada nas máquinas.

A utilização de robôs, por exemplo, é justificada nas montadoras porque a sua operação é uniforme e com qualidade superior, além de ser mais rápida, de acordo com estudo realizado por Peliano (1987).

No entanto, essas medidas que transformam a produção são passadas aos trabalhadores como vantajosas a esses últimos. O discurso (ideológico) transmitido pela gerência moderna tem como objetivo agregar os trabalhadores a uma prática, em que este é colaborador do capital, desconsiderando as conseqüências negativas para a sua própria classe.

Ou seja, é com o intuito de contar com trabalhadores proativos que a organização mantém esse discurso ideológico sobre "colaboradores multiquificados", pluriespecialização, enriquecimento das tarefas...

Porém, as práticas da indústria automobilística moderna, viabilizadas devido à utilização da tecnologia microeletrônica, como: CCQs, falta de estoque e poliqualificação reduzem o quadro de funcionários e também intensificam o trabalho dos operários. Essa conseqüência na verdade é o que caracteriza a produção contemporânea, pois forma as bases da fábrica enxuta.

Portanto, acreditamos que todas essas nomenclaturas citadas acima objetivam esconder o perfil de um operário sem conhecimento real do processo produtivo. Por exemplo, o enriquecimento de tarefas na realidade desqualifica a atividade do trabalhador, pois o que ele acrescenta ao trabalho são tarefas rotineiras e superficiais, as quais são rigorosamente supervisionadas pela gerência, através da informatização microeletrônica implantada na indústria de automóvel brasileira.

Só no cérebro de um acadêmico burguês pode a tarefa "enriquecida" de operações rotineiras de montagem, tendo lugar na mais estrita e rigorosa rede de controle capitalista, ser considerada como representando a emergência de uma nova ordem na qual o trabalho, não mais alienado, torna-se livre e humano. Uma vez mais, a automação aumenta a subordinação real do trabalho ao capital. (BRIGHTON LABOUR PROCESS GROUP apud SILVA, 1991, p. 36).

Fica a impressão, então, de que tais revoluções no contexto empresarial sejam uma nova roupagem da organização, a qual, quando analisada na sua completude, não passa de uma instituição ansiosa por mais-valia.

Ou seja, as transformações produtivas, promovidas pela tecnologia microeletrônica, não apontam para “uma nova era, na qual todas as brutalidades baseadas na máquina seriam deixadas para trás. Nem tampouco anunciam a eles, [trabalhadores] a iminente derrubada das relações capitalistas no interior da produção”. (BRIGHTON LABOUR PROCESS GROUP apud SILVA, 1991, p. 37).

Nesse sentido, há uma tendência de caracterizar o presente momento como ‘era pós-moderna’ ou ‘pós-capitalista’ por algumas correntes intelectuais. Porém, pensamos que se o objetivo do sistema de produção continua sendo o mesmo, é porque ele, continua sendo capitalista.

Desse modo, acreditamos que tais nomenclaturas somente sejam eficientes para mascarar a exploração que o operário é submetido ainda hoje. Todavia, é inegável a incidência de algumas modificações no capitalismo.

Essas transformações são, na verdade, uma imposição da crise pela qual passa o capitalismo. Sob ela, neste momento, o modo de produção capitalista já não pode ser denominado como concorrencial, pois, mesmo havendo competição – base do sistema capitalista – não estamos sujeitos somente à ‘livre competição do mercado’, uma vez que tal competição alcançou proporções maiores, e está determinada pela ação dos monopólios.

O Estado, neste sentido, age como colaborador do sistema capitalista, com funções que dizem respeito desde o padrão da moeda, até a regulamentação do contrato de trabalho; além de colaborar com o progresso científico e tecnológico, através de pesquisas governamentais. Por isso, “o Estado é um mediador-confirmador da relação e do processo de subsunção do trabalho ao capital”.(GALVAN, C.G., 1985, p. 275).

Na verdade, as formações dos grandes blocos de empresas do setor automobilístico agem fazendo frente à crise e estabelecendo a continuidade do modo de produção capitalista.

E é pela permanência desse sistema que os capitalistas lutam uns contra os outros, utilizando técnicas gerenciais, industriais, humanas e tecnológicas

para otimizar os métodos de extração da mais-valia para manterem-se no mercado. A isso eles chamam de competitividade.

A competitividade é o motor da dinâmica empresarial. E, essa corrida por melhores posições no mercado determina a forma dos funcionários trabalharem e relacionarem-se dentro da fábrica, pois tempo, produto, modo de operar já não lhes pertence. “As firmas que não utilizam tecnologias avançadas correm o risco de perder uma competitividade obtida a duras penas e, conseqüentemente, terão que reduzir as oportunidades de emprego”. (PELIANO, 1987, p. 14).

Indentado: Não existem mais a pessoa do trabalhador nem a pessoa do capitalista, pois ambos derivam de quantidades abstratas e só se tornam concretos na concretização dessas quantidades. Como afirmam Deleuze e Guattari, as quantidades é que são marcadas e não mais as pessoas. Do ponto de vista do mecanismo social, o que conta é o *teu capital ou a tua força de trabalho*; o resto é o resto... (SANTOS, L. G. dos, 1982, p. 90).

Nesse sentido, a consciência do indivíduo (proletário e capitalista) não conta no capitalismo. Pois, o que importa é o capital possuído por cada um. O poder dos indivíduos, então, pode ser levado no bolso, conforme afirma Marx (1983), porque a quantidade de dinheiro é o diferencial desse sistema.

O sistema capitalista, portanto, corrompe a consciência humana, visto que as classes proletária e capitalista não possuem a capacidade de fazer história de forma consciente.

Como fora mostrado neste capítulo, os atos, por meio dos quais o homem deveria fazer história de modo consciente foram pervertidos pelo capital, pois ele corrompe a produção, as relações sociais, a reprodução da espécie, conseqüentemente, a consciência social da classe proletária sofre um abalo.

A alienação não estaria, portanto, na cabeça dos homens – tanto trabalhadores, quanto capitalistas – pois a própria realidade que o capitalismo cria e desenvolve é alienante, ou seja “o capitalismo seria precisamente um modo de produção que é modo de produção da alienação, tornando assim impossível à separação entre o real e suas expressões imaginárias: contradição inescapável, incontornável”. (SANTOS, 1982, p. 32).

Enfim, no capitalismo a condição de vida colabora para a alienação de proletários e capitalistas, porque eles passam a ver e sentir de forma mercadológica, onde tudo é passível de ser trocado. Sua subjetividade, então, fica exposta a uma indústria cultural formadora de opiniões e desejos, porém, de forma não crítica, para que o homem não precise pensar para consumir ou trabalhar. (ADORNO, 1978).

Em decorrência deste cenário, passa a haver uma falta de consciência não só acerca do processo de trabalho como da vida privada pelo trabalhador que muitas vezes, não se reconhece mais como pai, amigo, cônjuge ou filho, para, apenas, reconhecer-se, antecipadamente, como trabalhador.

A esse respeito Sennett (2000) afirma que o comportamento, o qual proporciona a sobrevivência no trabalho, vêm na contramão dos valores paternos, por exemplo. Pois o capitalismo contemporâneo caracteriza-se, também, em medidas de curto prazo. Assim, “o capitalismo de curto prazo corrói o caráter (...), sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável”. (SENNETT, 2000, p. 27).

Ou seja, o capital impõe uma consciência social que lhe possibilite sua expansão, por isso preconiza a troca, o consumo e a posse, criando necessidades humanas que só serão satisfeitas na troca.

Ora, para realizar a troca o proletário terá de vender sua força de trabalho, portanto, realizará o trabalho – imposto pelo capital – e então receberá o salário; que, por fim, o gastará em mercadorias necessárias para sua sobrevivência: a isso se inclui comida, bebida, roupas, calçados e acessórios, veiculados por uma mídia que coage o homem ao consumo em prol do capital.

A propriedade privada tornou-nos tão estúpidos e unilaterais que um objeto só é nosso quando o temos, quando existe para nós como capital ou quando é imediatamente possuído, comido, bebido, vestido, habitado, em resumo utilizado por nós (...). Em lugar de todos os sentidos físicos e espirituais apareceu assim a simples alienação de todos esses sentidos, o sentido de ter. (SILVEIRA, P.; DORAY, B., 1989, p. 48).

Ou seja, a busca pela posse é o motor da sociabilidade capitalista. A posse – materializada na propriedade privada – nesse sistema viabiliza a troca, na qual os indivíduos (agora) independentes uns dos outros passam a depender objetivamente dos outros indivíduos, havendo somente essa conexão entre pessoas mutuamente indiferentes (MOLINA, 1980).

Esse sentido único pelo qual os indivíduos relacionam-se no mercado é determinado pela sua condição na produção. Isto é, alienado que está no processo produtivo, o homem (trabalhador e capitalista) dirige-se ao mercado de forma alienada: consumindo o que o capital deseja vender. Relacionando-se, portanto, pelo e para o capital.

Por essa razão, pensamos, que a desalienação da classe proletária apenas poderá realizar-se com a queda do presente modo de produção, uma vez que o capital faz da mercadoria o sentido único de recompensa, atribuindo autonomia a ela, transformando-a, por fim, num fetiche.

Este fetichismo da mercadoria acaba, portanto, nos determinando enquanto sujeitos, condicionando a nossa vida psíquica (SILVEIRA; DORAY, 1989). Tal determinação colabora com a aceitação do cotidiano capitalista, como se o caminho tomado pelo capital fosse único e não histórico.

A concepção do capitalismo como um momento histórico, tal como o feudalismo e o escravismo, trás à tona a constatação de que tal modo de produção também pode ser rompido. Para isso, faz-se necessário o resgate daquelas dimensões da vida que foram recalcadas pelos sujeitos por imposição do capital. São essas dimensões que poderiam colaborar na emergência de um trabalhador desalienado. (SILVEIRA; DORAY, 1989).

Portanto, a desalienação da classe proletária encontra-se em sentido oposto ao sistema capitalista, o qual necessita desse estado de alienação para perpetuar-se. Para isso, o capital, atualmente, não apenas utiliza a tecnologia microeletrônica, como também técnicas para organizar a produção, as quais se ajustam ao emprego das novas tecnologias.

Passemos, neste momento, à análise dessas técnicas organizadoras da produção na indústria automobilística brasileira.

2.2 AS INFLUÊNCIAS DAS DIVISÕES TÉCNICAS DO TRABALHO NO PROCESSO DE REIFICAÇÃO DO TRABALHO VIVO

A divisão técnica do trabalho, como processo de racionalização deste a favor do capital, tem suas bases herdadas da cisão: homem/ trabalho, iniciada na cooperação simples, onde o capitalista, e não o trabalhador, é quem dita, a partir daquele momento, as condições de produção.

Ora, como o capitalista é capital personificado, portanto, não é o homem capitalista, nem tampouco, Taylor ou Ford quem ditam o percurso das técnicas empresariais, e sim o próprio capital que o faz, a fim de determinar as condições para a manutenção da lei do valor.

Portanto, são as determinações do valor que explicam as mudanças do processo de trabalho no capitalismo. Mudanças, as quais, procuram ajustar as bases técnicas da produção às imposições da lei do valor do capital. (MORAES NETO, 1989).

Desse modo, já na manufatura ocorre uma cisão do trabalhador, o qual se torna um fragmento do próprio corpo, e este movimento esquizofrenizante consolida-se na grande indústria, pois essa instituição dependente da extração da mais-valia do trabalho vivo, procura formas de controlar o processo de trabalho para que o capital seja valorizado. (MARX, 1983). O trabalho vivo, assim, é controlado pelo capital, porque essa condição é essencial para sua valorização.

No momento que a máquina é inserida no processo produtivo, a degradação do gênero humano é acentuada, pois ela pode suprimir alguns postos de trabalho, à medida que, dotada de ciência, produz a menores custos, com mais rapidez e de maneira uniforme.

A máquina, portanto está, através dos tempos, auxiliando o capital, que utiliza a ciência para torná-la virtuosa, dotada de sabedoria, a qual permite controlar e até, substituir o trabalho vivo, como acontece atualmente na indústria automobilística.

A atividade produtiva da máquina aumenta, por exemplo, a qualidade da produção, o que é valorizado pelas indústrias automobilísticas atuais, as quais justificam a entrada dos robôs nas suas fábricas pela imperfeição do trabalho humano. (PELIANO, 1987).

Atualmente, a ciência mecânica concentra-se na utilização da microeletrônica, tornando possíveis revoluções no que diz respeito à sistematização da informação. Os computadores são empregados na fábrica dentro de um sistema de controle da produção (pois, contém todas as informações referentes a ela). Tais máquinas também são utilizadas para intercâmbios de informações, tanto interna quanto externamente como por exemplo, pela utilização da Internet e da intranet respectivamente.

Com o objetivo de desempenhar essas funções, os computadores colaboram para uma reestruturação produtiva, pois prescindem de um grande número de funcionários, bem como, podem intensificar o trabalho destes. Portanto, pode-se compreender o emprego da tecnologia microeletrônica na produção como um recurso facilitador da acumulação do capital.

Conforme afirmado nessa pesquisa, os modos de gerenciar o capital, que serão expostos neste trabalho, não são independentes e autônomos, pois respeitam a lei do valor do capital elucidada, em que o acúmulo de capital é o objetivo de todo o processo produtivo.

As técnicas de gerenciar a produção estão sempre, o objetivo do capital. E, são as indústrias automobilísticas as precursoras no emprego desses modelos gerenciais, porque nelas há processos de trabalho que dependem da habilidade humana, razão pela qual, o controle gerencial dessas atividades deve ser rigoroso. Assim, o próprio capital cria condições que proporcionam a perda da autonomia do trabalho vivo.

Ora, ainda em 1890, é o cenário produtivo das montadoras que abre as portas a um novo modo de gerenciar o trabalho, o qual preconiza a apropriação do saber-fazer do operário. Acabando por emergir, dessa forma, o 'operário – massa – desqualificado'.

Essa desqualificação ocorre no momento que o trabalhador perde o vínculo intrínseco que possuía com o objeto, ou seja, o operário fica privado da sua função de transformador do objeto, pois:

1. as máquinas colocam-se entre o trabalhador e o objeto, fazendo, a partir de agora, do trabalhador o intermediário na relação de produção;

2. o controle de tempo e movimento de cada trabalhador retira o controle de cada ato deste último, pois as ações são predeterminadas respeitando os objetivos do capital;
3. a separação de trabalho manual e intelectual colabora na alienação do trabalhador referente à sua ação produtiva.

Ou seja, o trabalhador passa a ser fabricado nos moldes de uma gerência científica do sistema capitalista, a qual ficou rotulada como Taylorismo – por ser esse modo de gestão fundado pelo engenheiro-operário-contramestre: Frederic Winslow Taylor, em 1890, nos Estados Unidos.

Esse processo desenvolveu-se porque Taylor constatou que os operários, com a finalidade de proteger o seu emprego e de seus colegas, retardavam a produção. Então, para tentar banir essa prática ele passou a cronometrar as tarefas, dividindo-as e subdividindo-as; medindo os atos de cada trabalhador e cronometrando cada gesto, com a finalidade de se obter um tempo médio de produção.

O taylorismo passou, desse modo, a controlar o tempo e os movimentos dos trabalhadores no processo de produção. Feito isso, Taylor tomou uma segunda medida: objetivando o aceleração do processo produtivo, ele passou remunerar o operário por peça fabricada.

Segundo CORIAT (1976), Taylor visava obter dos operários, através desse sistema de repressão e recompensa, a mais alta produção, pois acreditava estar beneficiando o operário com o melhor dos estimulantes: o salário. E o modo como Taylor organizava todo esse processo tinha como aliada a ‘diretoria científica’.

A diretoria científica é criada para colocar o controle da produção nas mãos do capital. Esse órgão tem a tarefa de apropriar-se dos conhecimentos tácitos dos operários, para que eles não mais possam usar a indolência ou qualquer outro artifício para frear ou travancar a produção.

Esse órgão, então, é concebido para realizar a coleta de diversos conhecimentos dos operários, registrando e classificando tais conhecimentos com a finalidade de reduzi-los a leis e regras, as quais podem, até mesmo, expressarem-se por fórmulas matemáticas. O controle da produção humana, assim, é aumentado através das praticas exercidas pela diretoria científica.

Segundo Coriat (1976), a diretoria científica pode ser resumida na ordenação dos gestos do trabalho, além da seleção e adestramento dos operários. Ela funciona, desse modo, de acordo com três fases e tem como objetivo expropriar o operário do seu saber:

1ª fase: (...) cada gesto corresponde a um tempo (...) 2ª fase: uma vez todos esses gestos fragmentados, este saber em “migalhas” é sistematicamente selecionado e classificado. 3ª fase: para cada operação apenas se retém “the one best way”, “a melhor maneira” a qual consiste numa combinação e numa só, dos elementos simples recolhidos (...) a direção encarrega-se de receber todos os elementos que, no passado, estavam na posse dos operários, de classificar essas informações, de as sintetizar, e destes conhecimentos deduzir regras, leis e fórmulas. (LINHART, R., 1976, p. 90/ 91).

Esta diretoria, então, adapta o operário à tarefa, ditando um ritmo específico de produção (antecipadamente mensurado), o qual Marx (1983) denomina ‘tempo de trabalho socialmente necessário’, e que, segundo ele, é imprescindível à valorização do capital, pois regula a mais-valia.

Essa conjuntura, de acordo ainda com Coriat (1976) permite um maior controle da produção de trabalho pelo capital, além da extorsão de maior massa de sobre - trabalho. Por isso, “Tudo o que o maquinismo não realizou ainda em matéria de expropriação técnica dos operários, o Taylorismo realiza-o através da organização do trabalho”. (CORIAT, 1976, p. 103).

O trabalhador torna-se apenas um meio executante de uma função pensada por outrem, pois sua autonomia fica reduzida devido ao controle de tempo e movimento exercido pela diretoria científica. Disso advém o princípio: um membro da direção para três operários. Assim, Taylor tenta banir o trabalho cerebral na oficina, dividindo – para isso – as tarefas e os trabalhadores. Deste modo, há a gerência (os que pensam) e o operariado (os executores).

Tudo aquilo que, no discurso da produção, viesse a exigir um esforço de reflexão por mínimo que fosse, estaria a cargo de representantes da direção – sendo assim considerado perfeito o operário que não passasse de mero executante destituído de cérebro e podendo ser treinado para alcançar o ritmo da máquina. (LINHART, R., 1976, p.82).

A maquinização do trabalhador taylorista é assim fundamentada, não apenas pela utilização de um processo mecânico, mas sim, pela otimização de uma divisão técnica do trabalho eficiente que organiza seres humanos em série, expropriando seus saberes e suas particularidades.

O taylorismo exige uma modelização dos trabalhadores para que as suas individualidades possam ser modeladas, e assim eles possam colaborar com o capital sem questionamentos. “Dessa forma, Taylor esboça um ensaio de modelização do inconsciente, ou seja, penetram na esfera do trabalhador para reconstruir a sua percepção, segundo os interesses do capital”. (HELOANI, 1994, p.20).

Desta forma, a administração científica envolve transformação na atitude moral dos homens. Pois ela, através de um discurso de cooperação entre capital/ trabalho (onde maior produtividade garante maiores salários) acaba por apropriar-se do saber operário.

O estudo de tempos e movimentos modela a subjetividade do trabalhador. A partir do incentivo do salário, o trabalhador assimila o “desejo” de aumentar a produção e passa a reorientar a sua percepção apenas para este aumento.

Para isso, a gerência taylorista preparava os funcionários adestrando-os, utilizando a psicologia industrial, a qual mesclava repressão e recompensa para aumentar a produção e alienar o trabalhador.

O homem-trabalhador torna-se, assim, prisioneiro do seu tempo e de sua tarefa, não vendo mais o produto pronto, o qual fabricou com seu trabalho; bem como a sua habilidade e saber impressos no objeto fabricado por ele ficaram prejudicados, senão extintos.

As conseqüências do taylorismo dizem respeito a um aumento da produção, o qual gera uma crise do capital na década de 1920, ano em que emerge, também, nos Estados Unidos dentro das fábricas de Henry Ford, uma nova forma de organizar a produção, a qual aperfeiçoa o taylorismo através da esteira mecânica. Para esse sistema render lucros era preciso, além de produzir em massa, garantir o consumo de massa.

A esse respeito Falabella (apud NEDER, 1988) aponta como a conseqüência de maior amplitude do taylorismo o fato deste ter sido pioneiro no que diz respeito à organização do controle da força de trabalho em moldes científicos.

Esse fato serviu de pré-requisito necessário para a mecanização e automação do processo produtivo, influenciando, portanto, não só o fordismo, como também o toyotismo.

Henry Ford, portanto, vai utilizar os preceitos ditados por Taylor e aperfeiçoar esse sistema através de uma organização da produção, a qual tem como característica fundamental o emprego da esteira mecânica – utilizada para o transporte das peças e componentes a serem montados pelo operário.

A esteira mecânica, neste sentido, respeita as diretrizes do taylorismo, visto que o princípio da organização da força de trabalho (tempo e movimento humano) – iniciado no taylorismo – continua sendo efetuado no fordismo. (SILVA, 2001).

Porém, a essência do regime fordista calcou-se em perceber que a produção em massa requeria consumo de massa, e tal consumo estava garantido por diversas ferramentas organizacionais do regime fordista, entre elas, a influência do banco central como arma monetária.

De acordo com Beynon (1997), as características do regime fordista são: força de trabalho instável – devido à alta rotatividade de trabalhadores na empresa – tarefa repetitiva, ausência de direitos concedidos aos trabalhadores, comunicação vetada entre funcionários, emprego de contramestres (ou seja, supervisores do trabalho) e o característico paternalismo empresarial.

Tal paternalismo pode ser observado pela influência de Henry Ford na vida privada dos trabalhadores; onde valores americanos eram passados aos estrangeiros, além de que só os trabalhadores honrados ganhavam cinco dólares ao dia: medida que foi solução ao absenteísmo, atraso e rotatividade, somados ao aumento da produtividade e a diminuição do custo da produção.

Houve, desse modo, no fordismo, uma tentativa de uniformização da subjetividade, assim como a uniformização da produção; pois homem e mercadoria eram comparados o tempo todo; visto que, para Henry Ford, a justeza moral se equivalia à mecânica, por isso: ferramenta limpa era um sinônimo de mente limpa. (BEYNON, 1997).

Ou seja, homem e máquina equivaliam-se, pois os tempos e condutas dos dois eram, igualmente, de propriedade do capital. Era a produção em massa concluindo-se diariamente com as vantagens que esse sistema dava aos

produtores, ou seja mais mercadoria em menos tempo, o que aumentava os lucros da empresa.

Porém, por outro lado, a produção em massa também garantia mais defeitos, mais estoques, menos variedade de produtos, mais operários e mais espaço. Características, as quais, geravam despesas às fábricas automobilísticas. (WOMACK, 1992).

Ford, para esse mesmo autor, insistiu na padronização de medidas. Seu primeiro passo para tornar o processo mais eficiente, consistia em levar as peças até o trabalhador e depois fazer com que cada trabalhador realizasse uma única tarefa específica. E, o terceiro passo foi introduzir uma linha de montagem móvel na fábrica.

Essas medidas garantiam um aumento de produtividade, mas não da qualidade dos produtos, o exemplo dos Kits 'conserte você mesmo seu carro' (fornecidos àqueles que adquiriam um dos modelos 'Ford') era um reflexo de trabalhadores pouco treinados e de baixa qualidade dos produtos.

Assim, o Fordismo teve uma fase áurea, garantida pelo consumo de massa, porém, o acréscimo dos lucros repercutiu no aumento dos preços e salários, culminando no surgimento de uma tendência de endividamento crescente nas empresas, além de um aumento dos gastos financeiros, os quais, não podiam mais ser financiados pelo Estado, visto que este também se encontrava endividado por causa do aumento do desemprego.

Então, na década de setenta, com o sistema Fordista abalado pela crise do capital, observa-se um novo reajustamento social e político, onde o capital lança mão de uma nova forma de organizar o trabalho para superar sua própria crise. Esse reajustamento nasceu na empresa japonesa Toyota por Ohno e Eiji Toyoda.

Ora, o Japão do Pós Guerra estava sem recursos financeiros, portanto não podia dispor de pessoal e de matéria prima. É, essa realidade político-econômica que contribuiu para a formação das bases, neste país, de um sistema voltado ao crescimento, apoiado na exploração da força de trabalho e na tecnologia.

O alargamento desse regime em diversos países deu-se em 1979, pois, com a crise do petróleo, a economia mundial estagnou e o desequilíbrio da balança comercial dos EUA e Europa atingiu proporções elevadas, culminando no aumento das barreiras comerciais.

A partir da década de oitenta, a difusão da produção enxuta no mundo atingiu o ponto da produção em massa da década de vinte. E, a ampliação do toyotismo em 1990, de acordo com Wolff (2004) foi fundamental na reestruturação produtiva, pela qual as empresas brasileiras estão passando desde 1980.

No Brasil, o cenário produtivo dos anos oitenta respondia ao contexto sócio-político marcado pelas crises política e econômica e o fortalecimento do movimento sindical.

Em decorrência deste cenário, bem como pelo fato do Brasil possuir uma dependência do exterior – como será tratado no próximo capítulo – foram introduzidas, neste país, práticas empresariais importadas do Japão, como os CCQs, automação, just in time, kanban, etc. (SALERNO apud ARBIX; ZILBOVICIUS, 1997).

Essas práticas foram rapidamente aceitas e largamente introduzidas no Brasil, o que sugere como verdadeira a hipótese de Castro (1995) de que neste país, o modelo japonês não foi adaptado às necessidades locais, pois o que na verdade houve foi uma ‘japanização de ocasião’.

Logo, de acordo com as premissas japonesas, uma parte das técnicas empresariais concentrou-se na realização de treinamentos da força de trabalho para garantir a motivação dos funcionários e sua colaboração em programas que, priorizando ideologicamente por qualidade, acabam diminuindo o número de trabalhadores no interior da fábrica.

Atualmente, a entrada da tecnologia microeletrônica na indústria automobilística moderna, por exemplo, é justificada pelo aumento da qualidade e a diminuição dos custos produtivos que essa tecnologia promove.

Porém, para ser incorporada à empresa, as novas tecnologias necessitam de um novo modelo gerencial, o qual tem como objetivo aumentar a retirada de mais-valia. Uma das técnicas organizacionais utilizadas para organizar a produção atualmente é o Círculo de Controle de Qualidade (CCQ).

O CCQ diz respeito aos “pequenos grupos de funcionários voluntários que reúnem-se periodicamente para analisar e propor idéias no que tange a melhoria e modificação”. (SALERNO apud ARBIX; ZILBOVICIUS, 1997, p.181). Esse programa foi introduzido no Brasil entre 1981 e 1982. Oriundo do

Japão, ele tem como finalidade, a busca da qualidade dos produtos e a otimização do processo produtivo.

Mas, a fim de garantir qualidade e ao mesmo tempo lucro, o regime toyotista, não conta apenas com os CCQs, pois, de acordo com Coriat (1994), o Toyotismo abriga dois pilares:

O primeiro pilar diz respeito à “autonomação”: palavra derivada da aglutinação das palavras autonomia e automação, e que se caracteriza pela tentativa de dotar a máquina automática de autonomia, para, desse modo, ser possível a parada automática em caso de funcionamento defeituoso, prática clássica da tecelagem japonesa.

Esse processo é denominado pelo mesmo autor como “administração pelos olhos” e consiste de dois métodos: andon: onde lâmpadas coloridas indicam como vai a produção e poka yoké: que são dispositivos de alerta dos defeitos.

A consequência dessa prática toyotista é a desespecialização do trabalhador, o qual se torna multifuncional (pois opera várias máquinas) além de “funcionar” como vigia do processo.

A multifuncionalidade do operário, no Toyotismo, é garantida pela tecnologia microeletrônica empregada nas máquinas. A técnica toyotista de organizar a produção é, na verdade, uma adaptação à maquinaria contemporânea. A polivalência, por exemplo, é viabilizada pela tecnologia empregada nas máquinas modernas.

Esses trabalhadores multifuncionais dominam várias partes do processo produtivo por estarem transitando nas células de produção, porém o fazem de maneira sincrônica e rápida, não retendo o conhecimento tácito de sua produção.

São projetados de acordo com a tecnologia de grupos, conhecida também pelos nomes de ilhas de fabricação, sistema-célula ou group technology. A idéia é reagrupar as máquinas em grupos para que cada um deles (ilha, célula) tenha condições de produzir, a partir da matéria-prima bruta, determinados tipos de peças. (SALERNO, M.S., apud ARBIX; ZILBOVICIUS, 1997, p. 192).

E o segundo pilar da indústria toyotista, consiste no método “just in time”, praticado inicialmente nos supermercados através do sistema kanban, no qual o trabalhador do posto de trabalho posterior abastece-se, quando necessário, de

peças no posto de trabalho anterior, assim, “na montagem de um produto, as necessárias submontagens (subconjuntos) precedentes devem chegar na linha no momento necessário a montagem e na quantidade necessária”.(SALERNO apud ARBIX; ZILBOVICIUS 1997, p. 191).

Assim, a fabricação somente ocorre para realimentar a loja em peças vendidas, e isso inovou as técnicas de controle do processo de fabricação e encomendas. A regra do Toyotismo, segundo Coriat (1994), é pensar pelo avesso: partindo do mercado, para garantir a adaptabilidade da empresa à mudança.

Portanto, as técnicas toyotistas de gestão empresariais inovam a maneira como são articuladas as informações, não, apenas, no circuito interno empresarial como também entre as empresas, na compra e venda dos produtos.

Porém, nesse momento, faz-se necessário um parêntese: apesar do toyotismo revolucionar a maneira da fábrica moderna produzir, prezando a agilidade, qualidade e inovação (viabilizadas, também, pelo sistema informacional); o modo de produção continua com seu objetivo único, que é a valorização do valor, portanto, as práticas do toyotismo funcionam como um predicado do modo de produção capitalista.

As práticas do regime toyotista são: o emprego vitalício e a subcontratação, os quais acabam por amarrar o indivíduo à empresa, havendo, portanto, uma semelhança com o fordismo, pois neste último, somente os honrados ganhavam cinco dólares, aqui apenas um terço dos trabalhadores são fixos.

A subcontratação da força de trabalho é derivada da flexibilidade das leis trabalhistas – a qual será tratada no próximo capítulo dessa pesquisa. A produção enxuta utiliza, largamente, o emprego da flexibilidade não apenas das leis trabalhistas, como também da flexibilidade produtiva, garantida pela implantação da tecnologia microeletrônica à produção.

Outra característica do toyotismo corresponde à incorporação de um sindicato-casa, o qual prejudica qualquer luta sindical de organização puramente operária, pois a empresa passa a ser o lugar limitado da organização dos assalariados e da elaboração das estratégias reivindicativas.

Ou seja, a técnica toyotista consiste em retirar direitos do trabalhador, através da flexibilização, da carga ideológica incutida na empresa e também da incorporação do sindicato-casa.

É interessante observar que essas práticas, acima citadas, colaboram para o surgimento de um trabalhador proativo, visto que a ameaça do desemprego é constante na fábrica enxuta, através da possibilidade das empresas automatizarem a produção, pelo fato da automação aumentar a qualidade produtiva constantemente.

Visando qualidade e aumento da produtividade, o toyotismo pode ser caracterizado pelos cinco zeros: zero estoques, pois apenas é permitida reserva de base; zero atrasos, visto que a demanda direciona a produção; zero defeitos, decorrente do rígido controle de qualidade; zero panes, porque as máquinas nunca são usadas com capacidade plena; zero papéis, já que o kanban reduz as ordens administrativas.

Deste modo, as prerrogativas do toyotismo direcionam o comportamento do proletário dentro da fábrica corroendo o caráter do trabalhador (SENNETT, 2000), sugando parte da sua subjetividade e utilizando-a para aumentar o capital, porém esse quadro também é comum nas técnicas gerenciais anteriores, como o taylorismo e o fordismo.

Então, a particularidade do toyotismo em realizar essa expropriação do saber operário é decorrente da carga ideológica incutida na mente do proletariado na dinâmica da empresa toyotista.

Essa particularidade consiste no fato do toyotismo garantir a exploração da força de trabalho de maneira implícita, e por isso muito mais eficaz, pois, na medida em que o funcionário antes de se ver explorado, observa as qualidades que o sistema oferece-lhe, sentindo-se, muitas vezes, importante na fábrica já que é iludido por meio da gestão participativa.

Deste cenário descortina-se o seguinte: “novos conhecimentos são requeridos para os postos de condução/ vigilância/ orientação das instalações ou para funções de manutenção” (CORIAT, 1983, p. 37). No caso das primeiras funções destacadas, é valorizado o funcionário que tenha “a capacidade de leitura e interpretação dos dados formalizados, fornecidos pelos dispositivos eletrônicos”. (CORIAT, 1983, p. 37).

Quanto às funções de manutenção, citadas acima, são requeridas as formações do operariado que dizem respeito à eletricidade, à eletromecânica e à regulação.

Neste sentido, é necessário um grau superior de educação, melhor dizendo escolaridade, da classe operária, para possível contratação na fábrica. O que sugere que os trabalhadores desta indústria são mais qualificados, porém a tecnologia, permitindo a polivalência na produção acaba por desqualificar o trabalho operário.

Há, então, a propagação da ideologia de cargos enriquecidos, trabalhadores multiqualificados, etc., quando na verdade o sistema mecânico, bem como a gerência toyotista apropria-se do conhecimento operário ao mesmo tempo em que o incorpora à fábrica, fazendo dele um 'membro' da família toyota.

Assim, podemos pensar que o toyotismo é um regime gerador da desidentidade do trabalhador enquanto indivíduo, uma vez que o proletariado coloca-se como uma extensão da fábrica: vestindo a camisa da empresa e obedecendo, desse modo, a uma das regras do toyotismo.

Ou seja, o operário da indústria toyotista passa a reconhecer-se como membro da família 'toyota', antes de reconhecer-se como um indivíduo único, com gosto próprio e dotado de senso crítico. A sua subjetividade, portanto, acaba sendo fundida ao processo de produção toyotista. E essa é uma das principais características do toyotismo.

Essa ideologia dominante, na verdade, funciona como um sustentáculo do sistema, pois os salários são tão baixos que os trabalhadores ficam suscetíveis ao desânimo, sendo esta é uma saída para incorporá-los 'sentimentalmente'.

Vestir a camisa da empresa, o que significa desenvolver um comportamento proativo na produção garante enormes vantagens a fábrica enxuta. A esse respeito Womack (1992) acredita que, se uma empresa quiser prosperar nos dias de hoje deverá funcionar de acordo com o regime Toyota de produção que está sendo difundido em várias nações, inclusive no Brasil.

Mas, resta saber se as nações conseguirão adaptar-se a este sistema, e como irão gerenciar suas conseqüências, como por exemplo, o desemprego, o qual se eleva, devido ao aumento da tecnologia (empregada na indústria toyotista). Além da redução de pessoal decorrente do surgimento do trabalhador multifuncional e da produção mínima, os quais dispensam a força de trabalho.

2.2.3 Rompendo com a ideologia

As divisões técnicas do trabalho, à medida que respeitam a premissa básica do capital (lei do valor), utilizam todas as suas ferramentas para oprimir o trabalhador.

Este, em contrapartida, encontra-se acuado, trabalhando abstratamente em sua tarefa diária, imposta pela máquina objetiva: ali, na sua frente, com toda a sua sabedoria de 'quem' pode reduzir custos e pensar cientificamente. Porém, talvez mais sábia seria a ideologia discursada pela gerência empresarial, a qual se encontra infiltrada nas práticas cotidianas.

A burguesia é a responsável pela criação de toda ideologia envolvida na produção. Imprimindo e calcando conceitos como qualificação empresarial, gestão participativa, etc., quando na verdade o operário está sendo desqualificado, servindo como colaborador de um sistema que o explora.

As técnicas gerenciais, portanto, tratam de disseminar um discurso como se elas promovessem um novo modo de produção, ou seja, uma nova etapa da indústria. É assim que são incutidas novas nomenclaturas para designar o capitalismo ou a indústria. Serão eles pós-modernos? Pós-capitalistas?

Uma análise profunda acerca desta problemática revela as limitações desses discursos. Como exemplo, citamos o caso da fábrica GM em Lordstown (Ohio) a qual fabricava o modelo Vega em 1972, momento em que o toyotismo estava nascendo e imprimindo algumas mudanças a respeito da utilização da maquinaria. (ROTHSCHILD, 1972).

Essa indústria, mesmo gastando milhões de dólares em automatização, acabou apenas por promover a aceleração da cadência, tal como fizera Henry Ford. O resultado dessa mudança foi o amplo descontentamento dos operários, pois a aceleração da cadência resultou em um aumento da intensidade na atividade do operário de maneira desmedida, de acordo, ainda com Rothschild (1972).

Acresce-se a isso o fato do operariado de Lordstown ser incompreendido. A gerência discursava sobre as vantagens do aparato eletrônico introduzido na fábrica ante a diminuição do esforço físico do operário. Desse modo, também a greve desses operários foi incompreendida.

Porém, a ideologia pregada pelas gerências algumas vezes, não se associa à consciência do trabalhador, como fora associada em Lordstown, por isso faz-se importante à reflexão acerca das mudanças atuais desse sistema para que sejam criadas as bases que possam alicerçar e consolidar a ação do operariado.

Ora, por mais que o homem-trabalhador e o capitalista não sejam capazes de criarem as bases, as quais ditam o percurso do modo de produção capitalista atualmente, visto que estão alienados por imposição capitalista, é possível que a classe mais expropriada possa romper com tal sistema alienante.

Para realização desta ruptura, é necessário que o operariado conscientize-se acerca da situação adversa que lhe envolve. A partir dessa conscientização a classe proletária poderá construir uma sociedade desprovida de ideologia, onde o trabalhador possa gozar de liberdade e igualdade sociais de maneira real.

Para tanto, é fundamental romper com o modo de produção capitalista, o qual sob domínio do capital, utiliza as técnicas gerenciais, tecnológicas e humanas para alcançar seu intento. Além disso, o capital domina o Estado para regulamentação de medidas favoráveis ao seu processo de autovalorização.

Uma das medidas tomadas pelo Estado, neste sentido, é a incorporação dos ideais liberais, os quais representam conseqüências desfavoráveis à classe trabalhadora, conforme será tratado no próximo tópico.

2.3 O IMPACTO DO NEOLIBERALISMO SOBRE O TRABALHADOR

Para extrair a mais-valia do trabalhador, e, portanto valorizar-se, o capital cria e re-cria suas condições de existência, respondendo, desse modo, às suas crises cíclicas com reestruturações no modo de organizar-se. Essas respostas são diversificadas, pois respeitam o contexto sócio-econômico atuante.

Uma dessas respostas corresponde ao emprego dos ideais neoliberais por parte do Estado burguês na crise do pós-guerra. Época marcada pela alta taxa de inflação e baixas taxas de crescimento industrial.

Os ideais neoliberais revolucionam o mercado de trabalho, na medida em que elegem a classe trabalhadora como responsável pela crise do capital. Pois,

para os capitalistas as raízes da crise localizavam-se no poder excessivo dos sindicatos, bem como, no movimento operário, o qual pressionava o Estado a aumentar os salários e os gastos sociais. (ARANTES, 2001).

O emprego dos ideais neoliberais pelo Estado vem sendo difundido desde os anos oitenta, compreendendo a Europa, os Estados Unidos e vários outros países, incluindo o Brasil.

A década de oitenta foi marcada pela crise da indústria automobilística brasileira, a qual gerou desempregos. Os operários deste setor organizaram, então, o ciclo de greves entre 1978 e 1980, com o intuito de obrigar as empresas a reverem suas políticas.

A estratégia utilizada pelas montadoras instaladas no Brasil para enfrentar a situação vigente concentrou-se na sua abertura ao mercado externo e também no processo de inovação tecnológica. (PELIANO, 1987).

Desse modo, foram implementadas no país as práticas neoliberais, as quais propõem um Estado capaz de romper com o poder dos sindicatos, controlar o dinheiro, reduzir os gastos com o bem estar social.

Além disso, houve a restauração de uma taxa 'natural' de desemprego (isto é, um exército de reserva de trabalho para enfraquecer o poder da classe trabalhadora) e uma reforma fiscal com a redução de impostos sobre os rendimentos altos e sobre as rendas. (ARANTES, 2001).

Nesse sentido pode-se afirmar que a política neoliberal preconiza a manutenção de um Estado forte em sua capacidade para romper o poder dos sindicatos e controlar o dinheiro, mas fraco no que diz respeito aos gastos sociais e intervenções econômicas, priorizando a estabilidade monetária (SADER, GENTILI, 1995).

Por outro lado, mesmo que o Estado não seja tão atuante, no momento que lança mão do neoliberalismo, como na época do Keynesianismo, ele não é totalmente neutro, pois tem como objetivo assegurar a acumulação capitalista. Ou seja, a desregulamentação econômica (síntese da política neoliberal) conta com o apoio estatal.

Assim, de acordo com Arantes (2001) as estruturas administrativas como o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) funcionam como órgãos reguladores no capitalismo, os quais respondem aos interesses econômicos dominantes.

E certas medidas realizadas por esses órgãos reguladores geram problemas econômicos nos países dependentes, pois intensificam a miséria destes a favor do acúmulo da riqueza dos países desenvolvidos.

Um exemplo disso é o fato de que na América Latina foram fixadas regras mais rigorosas - sintetizadas no Consenso de Washington - entre as quais estão: as aberturas comerciais com redução das alíquotas de importação e o fim das restrições ao capital estrangeiro.

Assim, as conseqüências do neoliberalismo - o qual fora iniciado, politicamente, na década de oitenta por Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos - foram: os aumentos da desigualdade e do desemprego, as reduções dos salários e o enfraquecimento dos sindicatos; provocando, dessa forma, uma recessão nos primeiros anos da década de noventa. (ANDERSON apud SADER; GENTILI, 1995).

Porém em vez deste cenário causar uma reação contrária ao neoliberalismo, ocorreu o inverso, pois houve uma série de êxitos eleitorais, fazendo com que o neoliberalismo crescesse, apoiado pela vitória de Major na Inglaterra em 1992 e a mudança política na Suécia, França, Itália e Espanha, que se viram com a direita às portas do poder. (SADER; GENTILI, 1995).

Ou seja, todos os países colocaram-se à direita - medida que naquele momento tinha um forte fundo político: o combate ao socialismo. Os anos oitenta, portanto, foram marcados pelo triunfo do neoliberalismo na Europa e nos Estados Unidos, os quais adotaram três medidas básicas: contração da economia monetária, criação de altos níveis de desemprego e de uma nova legislação.

Já o Japão agregou a isso a implantação da estratégia de automação na empresa, levando os EUA e a Europa, ainda na década de oitenta, a importar maquinaria a fim de automatizar suas fábricas.

O Brasil também importou algumas máquinas: as indústrias automobilísticas tiveram, a partir dos anos oitenta, seu parque industrial modernizado. E o resultado dessa medida foi o aumento da taxa de desemprego no país, agravado pela crise econômica. Mas a adoção dos ideais neoliberais ocorre de fato no Brasil na década de noventa.

Numa breve retrospectiva histórica nacional, constata-se que em 1950 a qualificação no trabalho não era exigida e o governo não investia em educação. Este cenário era favorável às técnicas gerenciais fordistas, as quais

instalaram-se no Brasil com a implantação da indústria automobilística na gestão de Juscelino Kubischek.

A produção de carros em massa no cenário nacional trouxe, ao país, o capital e a tecnologia, fazendo com que o Brasil pudesse consolidar o seu processo de industrialização.

Porém, tais benefícios apenas foram alcançados pelo esforço do operariado brasileiro. É essa classe, portanto, que paga o preço da industrialização nacional, uma vez que tal classe fora mal remunerada em comparação aos benefícios cedidos à empresa. Em 1970, chegaram aqui mais multinacionais e as condições de trabalho do operário brasileiro não apresentam melhoras, segundo Arbix; Zilbovicius (1997).

Na década de noventa o presidente em exercício na época: Fernando Collor de Mello abriu as portas ao neoliberalismo através da entrada de carros importados, o que provocou um choque na competitividade nesse mercado, além de um impacto negativo à classe trabalhadora.

As conquistas da classe operária sofreram um revés no governo Collor decorrente da implementação da política neoliberal/ privatista. O Presidente Fernando Collor, a partir do alibi de *caça aos marajás*, elegeu os trabalhadores e suas conquistas (tanto salariais quanto legislativas) como vilões da crise do país. Com isso fora criado um clima propício ao arrocho salarial, e ao desmantelamento dos direitos trabalhistas, pela desregulamentação dessas leis, de acordo com Romão (2001).

Ao associar as práticas neoliberais ao processo de abertura comercial, particularmente do mercado de automóveis, Collor criou as bases para uma concorrência predatória às empresas nacionais deste setor.

Estas empresas, como técnica defensiva, iniciaram um processo de reestruturação, incorporando, muitas vezes, avanços da microeletrônica e da informática à produção a fim de baixar seu custo. O resultado desse processo foi o início das demissões em massa no Brasil, pois a tecnologia suprimiu muitos postos de trabalho, substituindo o trabalho vivo pela utilização de robôs, por exemplo.

Sob o governo de Itamar Franco, substituto de Collor, a política neoliberal caminhou a passos mais lentos, e só quando Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência da República, a política de desindustrialização e

desregulamentação de direitos ganhou rapidez, além de proporções maiores do que aquelas vistas anteriormente.

Foi também na década de noventa que o Brasil passou por reformas fiscais, pois as reduções dos impostos sobre os rendimentos altos e sobre as rendas eram medidas imprescindíveis à economia neoliberal.

Como resultado desse processo, surgiram dados alarmantes de desemprego e não cumprimento das leis trabalhistas, agravados com o crescimento da exclusão social (ROMÃO, 2001).

Esse aumento de desemprego vem sendo acrescido até os dias de hoje, visto que o processo de reestruturação produtiva continua não apenas sendo empregado, como também otimizado pelas empresas brasileiras de automóveis (as quais estão atentas às experiências internacionais bem sucedidas).

Nesse sentido, a introdução de equipamentos M.E. e a intensificação do trabalho geraram desemprego tecnológico, no sentido de que as novas linhas empregam menos trabalhadores do que as convencionais, para um mesmo volume de produção. (PELIANO, J.C., 1987, p. 119).

Esse quadro pode ser um reflexo das mudanças produtivas – reestruturação produtiva – a qual o Brasil vem passando desde 1990. Tais modificações apresentam desvantagens consideráveis à classe trabalhadora, como por exemplo, a perda de vários direitos conquistados pela classe operária na década de oitenta. Portanto, as conseqüências do emprego dos ideais liberais à classe proletária, não só é de conhecimento do Estado, como também é sustentado por Ele.

Na atual fase do capitalismo, em decorrência da incorporação dos ideais liberais por vários países, observa-se a formação de monopólios que interferem na competitividade entre as nações e assinalam um mercado mundial no capitalismo, viabilizado, também, pelas inovações tecnológicas.

A desregulamentação dos mercados e o desenvolvimento das novas TIs fazem com que as fronteiras nacionais sejam ultrapassadas e se estabeleça um só mercado mundial (...). Neste cenário que se descortina, tudo funciona a um só tempo, pois os movimentos de expansão e retração dos subsistemas nacionais e regionais são cada vez mais convergentes. (TAUJLE, J.R.; FARIA, L.A.E., 1999, p. 161).

O atual cenário produtivo, portanto, é marcado pela rapidez das informações – facilitada pelo avanço tecnológico – e pela quebra de fronteiras nacionais devido ao surgimento da produção em massa em um mercado mundial. Esse processo responde pelo nome de globalização.

Segundo Mannrich (1988) a globalização é um fenômeno inicialmente econômico e depois jurídico-social que pode encurtar a distância entre países, mas também aprofundar as diferenças sociais entre as pessoas, pois ela compreende o surgimento de avanços tecnológicos, revoluções gerenciais, além de criar e transformar necessidades humanas a favor das mercadorias, utilizando, para isso, a mídia, as artes plásticas, a dança e a literatura.

No contexto social contemporâneo, essas medidas acarretam o empobrecimento da classe operária, pois o avanço tecnológico – através dos processos de automação e informatização microeletrônicas – bem como as revoluções gerenciais agem no sentido de coagir o operário.

Essa coerção efetiva-se na vigilância proporcionada pela informatização microeletrônica pela substituição do trabalho do operário, através da robótica, e também pela estrutura organizacional regida por meio da gerência pelo stress, própria da fábrica enxuta.

Neste sentido, as montadoras, por fazerem uso do trabalho manual, necessitam do conhecimento e da habilidade do operário, por isso este setor industrial emprega técnicas gerenciais que garantam que o controle do processo produtivo continue nas mãos da gerência. Então, monta-se, nessas indústrias, um modelo produtivo, o qual não permita que o trabalhador possua liberdade no momento de produzir, pois suas tarefas são rotinizadas e controladas através do computador.

Como conseqüência desse processo, o trabalho da classe proletária é desqualificado pela utilização da microeletrônica, e pelas técnicas gerenciais contemporâneas, o que desemboca no desemprego estrutural, desemprego tecnológico, além do enfraquecimento das formas de proteção social.

Tais conseqüências atingem diretamente o grupo de trabalhadores industriais, classe que teve de responder, a partir da década de noventa (no Brasil), às novas exigências de produção pautadas na qualidade e na competitividade e, ainda, fazê-lo em meio a um cenário de perda da segurança do trabalho e da proteção, anteriormente garantida pela legislação trabalhista.

Tais perdas foram viabilizadas pelo processo de flexibilização da produção garantido pela automação microeletrônica empregada na indústria automobilística brasileira.

De acordo com estudo realizado por Peliano (1987) na indústria automobilística brasileira, a flexibilidade produtiva só é possível pela utilização das técnicas microeletrônicas, as quais possibilitam o comando e controle dos gestos dos operários através de “programas, equipamentos e manipuladores mecânicos que executam operações industriais simples, variadas e seqüenciais”. (PELIANO, 1987, p. 58).

Há, também a flexibilização das leis trabalhistas — propagada como condição imprescindível à adaptação da produção industrial aos novos cânones da competitividade mundial.

Essa medida garante ampla margem de liberdade para o capital, o que desencadeia a insegurança e o acréscimo de trabalho para a classe proletária, pois permite contratos de trabalhos precários e a sujeição do proletário à dinâmica produtiva, pelo temor do desemprego, segundo Rosenfield (2004).

A flexibilização das leis trabalhistas consiste em um ajustamento do Direito do Trabalho visando adequar normas jurídicas à atual realidade econômica e buscando, com isso, solucionar as questões trabalhistas a fim de manter o ordenamento jurídico. Mas a flexibilização não surge de forma autônoma no capitalismo monopolista e pode ser compreendida como uma medida estratégica desse sistema.

Nesse sentido Salerno (apud CASTRO, 1995) salienta que desde o final da década de sessenta, o contexto econômico financeiro está bastante instável: com mercados estagnados e também com resistência social a trabalhos repetitivos e monótonos por trabalhadores europeus, como os acontecimentos de maio de 1968 na França e o ‘outono quente’ na Itália.

E, para combater essa instabilidade econômica, as empresas internacionais flexibilizam a produção. Medida adotada pela empresa brasileira posteriormente, devido à influência exercida pela indústria automobilística internacional às empresas deste setor situadas no Brasil.

A flexibilização das leis trabalhistas abala as conquistas realizadas pela classe trabalhadora, pois tal medida, quando empregada nas empresas dá margem para uma ampliação da liberdade de estipulação das novas práticas

organizacionais por parte da gerência. Em decorrência disso, os trabalhadores vêm suportando condições menos favoráveis de trabalho e estão assistindo a retiradas de conquistas que pensavam estarem consolidadas.

Uma das desvantagens à classe trabalhadora, decorrente da flexibilização, consiste no desencadeamento de novos contratos de trabalho. As empresas automobilísticas nacionais utilizam largamente os contratos de trabalho temporário, terceirizando grande parte do seu quadro de funcionários como, por exemplo, nos modelos produtivos como condomínio industrial e projetos compartilhados.

Esses funcionários temporários ficam expostos aos riscos do mercado, podendo ser desligados da empresa em época de crise, por exemplo. E ainda ficam desprovidos de vários recursos que são concedidos somente aos trabalhadores fixos.

Apesar desses contratos flexíveis apresentarem algumas vantagens, tanto aos trabalhadores quanto aos capitalistas, fica claro que esses contratos deixam os trabalhadores terceirizados expostos aos riscos do desemprego. Por isso eles aceitam, muitas vezes, trabalhar mais tempo do que fora combinado por almejam uma possível admissão.

Além disso, esses contratos podem corromper as relações sociais dos trabalhadores dentro da fábrica, pois o trabalhador passará a ter relações de trabalho cada vez mais curtas na organização, (SENNETT, 2000) já que a velocidade que se muda de emprego não é mais determinada por ele, mas sim pelo capital.

A unidade da classe operária também é comprometida dentro da empresa automobilística. Nos modelos produtivos utilizados atualmente na empresa de automóveis como o condomínio industrial e o consórcio modular, por exemplo, há uma parceria entre montadora e fornecedora.

Os trabalhadores realizam suas funções dentro de uma mesma empresa, mas eles possuem condições de trabalho diferentes. Neste sentido, a classe trabalhadora encontra-se fragmentada no interior da empresa.

É importante observar que as terceirizações ocorrem no Brasil de forma acentuada, porque este país carece de medidas governamentais que possam restringir as demissões, bem como de contratos sindicais, os quais regulem um tempo-padrão na produção. (SALERNO apud CASTRO 1995).

Acresce-se a esse quadro, a tendência do Estado burguês em regularizar os contratos de trabalho flexibilizado para competir no mercado mundial. A flexibilização da produção também é apoiada pelo governo, visto que a tentativa de automatizar as linhas produtivas é bem vista pelo Estado por gerar um aumento nos lucros das empresas envolvidas. Portanto, se não existirem organizações defensoras do proletariado, a exploração dessa classe não encontrará problemas em viabilizar-se.

Em suma, a flexibilidade manifesta-se de diversas formas dentro da empresa moderna. Para facilitar a visualização das dimensões alcançadas pela flexibilidade, apresentamos o quadro fornecido por Salerno apud Castro (1995), em seu estudo sobre a fábrica automobilística brasileira.

1) SOCIAL EXTRA-EMPRESA	Relacionado com a legislação, práticas sociais e regulamentações sindicais.
2) ESTRATÉGIA	Capacidade de mudar negócios e/ou estratégia de fabricação sem perdas significativas.
3) VOLUME	Capacidade de mudar um ou mais volumes dos itens sem afetar, de uma forma significativa, os custos ou as margens.
4) ÂMBITO/ FAMÍLIA	Capacidade de introduzir, retirar e/ ou modificar produtos, componentes, peças.
5) MISTA	Capacidade de apoiar mudanças mistas dentro de um produto.
6) SAZONILIDADE	Capacidade de apoiá-la.
7) SUPORTE DE DISFUNÇÕES PRODUTIVAS	Capacidade de responder as variáveis não-previstas (perda e variabilidade de matérias-primas e componentes, variabilidade do equipamento e paradas), coordenando problemas, greves, etc.
8) SUPORTAR ERROS PREVISTOS	Relacionado a minimização de suas conseqüências.

Fonte: Salerno apud Castro, 1995, p. 80.

Quadro 1 – Dimensões da flexibilidade (um modelo):

Ou seja, a flexibilidade atinge todos os níveis da empresa, na tentativa de otimizar a produção, utilizando, para isso, um arsenal mecânico, microeletrônico e humano que estão envolvidos no processo produtivo.

A ideologia incutida no discurso neoliberal concebe essas resoluções como naturais, ou seja, como o único caminho a ser tomado. E isso, na verdade, é uma tentativa de anular as iniciativas de rebeldia por parte do assalariado.

Por isso, faz-se tão importante a conscientização que caminhe para uma desalienação da classe operária, pois, somente essa classe pode fazer frente a tal sistema. Essa iniciativa, portanto, está em oposição às diretrizes contemporâneas.

Ora, o cenário produtivo contemporâneo é marcado por mudanças em curso, instaladas dentro das fábricas, as quais agem no sentido de desapropriar o indivíduo da consciência acerca do seu trabalho, restando a este somente a tarefa de mediação entre a máquina e o produto. Tais mudanças podem ser analisadas em quatro itens, de acordo com Salerno apud Castro (1995):

- 1 mudanças nas relações entre empresas: acordos cooperativos;
- 2 mudanças na organização geral da empresa: terceirização, unidades de regulação, redução da hierarquia e integração de áreas;
- 3 mudanças na organização da produção: redução dos estoques e do tempo de atravessamento da produção e células de produção;
- 4 mudanças na organização do trabalho: polivalência e comunicação horizontal.

Essas mudanças estão embutidas num conjunto de técnicas de gerenciamento produtivo chamado toyotismo, que tem como uma de suas premissas a produção em pequenos lotes (para facilitar o aumento de uma variedade dos produtos), pagamento pessoal com bonificação, normas flexíveis, controle de qualidade integrado ao processo, e a utilização da maquinaria microeletrônica (a qual passa a ser autônoma, dotada de vida própria).

Em decorrência da automação iniciada no Japão e propagada mundialmente, (devido à facilitação comunicacional entre países garantidos pela

globalização), o uso da maquinaria vem sendo constantemente empregado nas empresas capitalistas em países ricos e pobres.

Isso consiste num agravante, visto que é justamente a maquinaria que aumenta o material humano explorável pelo capital, à medida que se apropria dele confiscando a riqueza do trabalho humano e arrancando desse trabalhador a mais-valia relativa.

Esse alargamento da exploração do trabalho vivo pelo capital pode ser observado pelo aumento da intensidade do trabalho, através da organização do trabalho, por meio de horas extras e contratos precários de trabalho.

O capital só usa a maquinaria na medida que ela faz o trabalhador (por meio da redução do trabalho necessário) trabalhar para o capital durante uma parte maior de seu tempo, transformando a maior parte do tempo em um tempo que não lhe pertence (...). Nesse processo, de fato, reduz-se ao mínimo a quantidade de trabalho necessário para produzir um objeto dado, mas só para que um máximo de trabalho se valorize em um máximo de objetos. (ROSDOLSKY, R., 2001, p. 206).

Essa situação contribui para que o operário vá se alienando de si e dos outros homens por não se reconhecer mais como um trabalhador virtuoso, como pai de família, como amigo 'de longa data' de alguém, pois o caráter volúvel do capitalismo moderno faz com que ele próprio torne-se volúvel. E, por precisar de dinheiro, ele tem de se submeter ao capitalismo vigente: as suas conseqüências e ordenações.

E a forma como a classe proletária contemporânea exerce suas funções (as quais estão intermediadas pela tecnologia microeletrônica), colabora para o seu respectivo isolamento. Tal isolamento, porém, é pressuposto do capital: a tecnologia microeletrônica apenas o sustenta.

Seguindo Lukàcs (1974), diremos que além dos proletários ficarem impossibilitados do diálogo devido às condições do próprio processo produtivo, há ainda a perda da compreensão da totalidade de seu produto pelo fato de se concentrarem apenas em sua tarefa parcial.

Nesse sentido, a fábrica não tenta adaptar os trabalhadores a indústria, e sim eliminá-los, pelo menos quanto o ponto de vista psicológico, uma vez que ela utiliza a força de trabalho do operário como qualquer outra força produtiva,

retirando, assim, a dignidade do comportamento humano por privar o proletário do controle do próprio processo de trabalho. (LANE; CODO, 1989).

As cartas estão lançadas aos capitalistas e aos proletários. Porém o jogo não é entre iguais, pois o que distancia capitalista e proletariado não é a diferença na quantidade de dinheiro que o primeiro possui a despeito do segundo.

O que os distancia, na verdade, são os objetivos do primeiro (os quais são respeitados e postos pelo capital, através do Estado) e os interesses do segundo, que se restringem em fazer do trabalho uma atividade humanizadora, tendo que, para isso, romper com o modo de produção capitalista.

O proletariado, nesse sentido, pode ser entendido como a negação da classe capitalista. Pois somente ele, segundo Marx (1983), é capaz de dissolver o capitalismo. Para isso, é necessário que a classe proletária saia dessa condição alienante imposta pelo capital, como defesa desse sistema, e lute a fim de colocar em prática um novo sistema que atribua ao trabalho a sua característica própria de humanizar o trabalhador.

Ora, o modo de produção capitalista não faz do trabalho do proletário uma atividade consciente que deveria conceder-lhe satisfação; pelo contrário, faz deste trabalhador um prisioneiro de sua atividade.

A esse respeito, Marcuse (1978) afirma que o homem só se sente livre à medida que realiza suas funções animais: comer, beber, procriar... Porém nas funções humanas, isto é, no ato de produzir, ou seja, no trabalho, ele não passa de um animal qualquer desprovido do pensar, e essa afirmação vale tanto para o proletário, como para o capitalista, o qual compra a força de trabalho daquele, pois, “o processo de alienação afeta todas as camadas da sociedade”. (MARCUSE, 1978, p.256).

3 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA FÁBRICA AUTOMOBILÍSTICA BRASILEIRA

Passeava o povo suas bandeiras rubras
e entre eles na pedra que tocaram
estive, na jornada fragorosa
e nas altas canções da luta.
Vi como passo a passo conquistavam.
Somente a resistência dele era um caminho,
e isolados eram como troços partidos
duma estrela, sem bocas e sem brilho. (Pablo Neruda, O povo).

Nesse capítulo apresentamos uma análise do cotidiano produtivo contemporâneo na fábrica automobilística brasileira. Para isso, focalizamos a discussão na classe operária, a qual, conforme sabemos, passa por transformações em consequência das mudanças no cenário produtivo.

Essas mudanças atendem pelo nome de reestruturação produtiva. Tal reestruturação, abarcando a tecnologia microeletrônica, empregada nas máquinas, provoca mudanças na atividade da classe operária, pois a desqualifica à medida que toma para si – máquina – o controle do tempo, movimento e também do comportamento humano, uma vez que o computador, quando instalado à produção, submete o trabalhador a sua dinâmica.

A reestruturação produtiva apresenta-se como foco de análise em muitas áreas, como por exemplo: administração, economia, sociologia, engenharia, entre outras; pois ela pode ser compreendida sob diversos ângulos, visto que concentra a ciência informacional, além de recursos administrativos e sócio-econômicos como base de sustentação das mudanças que essa reestruturação gera nas organizações nas quais é empregada.

Na presente pesquisa, entendemos a reestruturação produtiva não como um rompimento do capitalismo, ou seja, como o início de uma nova fase produtiva (a qual vem sendo denominada, por algumas correntes teóricas, como pós-capitalista ou pós-industrial) em decorrência da nova dinâmica proporcionada pelas mudanças produtivas no interior da fábrica, pois, entendemos a reestruturação produtiva como uma exigência do próprio capital.

Nesse sentido, mesmo analisando o processo produtivo contemporâneo, o qual apresenta o emprego da tecnologia microeletrônica, pode-se observar a obediência às leis do capital.

Ou seja, a reestruturação produtiva, como recurso lançado pelo capital, não apresenta caráter revolucionário, tampouco um rompimento com o modo de produção capitalista, mas sim, um meio que possibilita a finalidade do capital, que é a manutenção do seu processo de valorização. Assim, como afirma Moraes Neto (1996): “o capital vai ajustando as bases materiais às determinações da valorização do valor”.

Assim, as mudanças atuais, próprias da reestruturação produtiva são possibilitadas pela tecnologia microeletrônica, a qual – empregada nos meios de produção – permite uma nova organização produtiva. Os meios de produção, desse modo, são contrapostos ao trabalho vivo, colaborando com o processo de valorização do capital.

Como se verá, isso se desenvolve ulteriormente, em parte em decorrência da natureza geral do processo capitalista de valorização (do papel que nele desempenham os meios de produção, sugando trabalho vivo), em parte, como decorrência do desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista (no qual a maquinaria etc., se converte no verdadeiro dominador do trabalho vivo). (Marx, k., 1978, p. 14).

Nesse sentido, não só o emprego da maquinaria é necessário ao modo de produção capitalista, como também o é a utilização da tecnologia, a qual otimiza o desempenho dos meios de produção, dispostos em diferentes setores na fábrica de automóveis. Por isso, o emprego das novas tecnologias no processo produtivo respeita a dinâmica de cada área da fábrica.

Passemos, agora, à análise do contexto produtivo da indústria automobilística. O trabalho nas fábricas deste setor envolve, em linhas gerais, sete processos de produção: “fundição, forja, usinagem, estamparia, soldagem, pintura e montagem final”. (Peliano, J.C., 1987, p. 46).

Assim, a organização produtiva dessas áreas diferencia-se, conseqüente ao processo de reestruturação produtiva pelo qual vem passando as

indústrias deste setor, visto que algumas áreas são automatizadas mais rapidamente que outras.

A escolha a respeito das áreas a serem automatizadas, é baseada em experiências internacionais bem sucedidas anteriormente. (Peliano, 1987).

A tarefa da gerência, nesse sentido, é manter os postos de trabalho produtivos, e automatizar aqueles que não possibilitam a retirada de mais trabalho. Ou seja, a função primordial da máquina não é apenas substituir o trabalho vivo, mas sim criar condições para que possa ser extraída mais valia desse trabalho. (Marx, 1978).

Neste capítulo, analisamos a reestruturação produtiva brasileira na indústria automotiva, primeiramente, e em seguida, concentramos o foco da presente discussão na classe operária para observar as conseqüências das mudanças produtivas a esta classe.

A fim de analisar as relações de trabalho do setor automobilístico brasileiro é necessário, primeiramente, pontuar a extrema dependência deste setor frente ao contexto internacional, desde a implantação da indústria automobilística em terras brasileiras ocorrida nos anos setenta.

Esta intensa dependência nacional do cenário industrial estrangeiro é decorrente da própria condição das empresas brasileiras deste ramo, visto que são subsidiárias dos grupos transnacionais e, portanto, respeitam as mudanças produtivas das empresas nas suas matrizes, as quais estão, cada vez mais, baseadas em estratégias de globalização. (MARX, R., 1997).

Tal dependência estende-se desde a aquisição da tecnologia micro-eletrônica e exportação dos seus artigos, até a importação das técnicas gerenciais (as quais foram bem sucedidas no exterior) A aplicação dessas técnicas gerenciais no Brasil, muitas vezes, viabiliza-se desprovida de prévia contextualização e adaptação às condições políticas e econômicas locais. (CASTRO, 1995).

Analisamos, por fim, os benefícios que o vínculo empregatício concede ao trabalhador. Abordamos, então, a questão dos desempregados, subempregados e aposentados. O objetivo dessa análise é o de permitir maior compreensão acerca da exploração e reificação sofridas pela classe proletária.

3.1 AS TÉCNICAS PRODUTIVAS CONTEMPORÂNEAS EMPREGADAS NA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA BRASILEIRA

Durante a década de setenta, a produção e o emprego cresciam na indústria automobilística brasileira, porém a partir de 1981, esse setor sofre sua primeira grande crise, produzindo 33% menos veículos do que em 1980. Como conseqüência, desencadeia-se um processo de demissões nas montadoras, o qual atingiu seu limite em 1984.

Decorrente desse quadro de crise da indústria automobilística em nível internacional inicia-se no Brasil o processo de reorganização desse setor industrial. Esse processo é viabilizado pela introdução da tecnologia microeletrônica associada à entrada de novos produtos e processos produtivos. (PELIANO, 1987).

Esse conjunto de mudanças atende pelo nome de reestruturação produtiva e pode ser compreendido como uma nova forma encontrada pelo capital para defender-se da crise.

Ora, a função verdadeira do capital é a produção de mais-valia, que se objetiva pela apropriação do trabalho vivo não pago (MARX, 1978). Dessa forma, a reestruturação da produção age no sentido de otimizar a extração da mais-valia, modificando, para isso, o arranjo produtivo da fábrica contemporânea.

Essa modificação das técnicas produtivas é possibilitada pela introdução das máquinas com tecnologia microeletrônica, as quais permitem a supressão de alguns postos de trabalho (particularmente os improdutivos), além da subordinação do trabalho vivo ao tempo e à dinâmica da máquina. Cenário, o qual apresenta um aumento da intensidade do trabalho vivo, bem como o enxugamento no quadro de funcionários.

O que importa no capitalismo, na verdade, é a quantidade de trabalho vivo e não a sua qualidade. A abstração da atividade é, então, potencializada pelo aparato tecnológico e gerencial decorrente da necessidade do capital em transformar o trabalho vivo em dinheiro, “em valor-de-troca realizado, significa determina-lo imediatamente como trabalho geral”. (MARX, K., apud NAPOLEONI, C., 1981, p. 39).

Portanto, tais mudanças, trazidas pela reestruturação produtiva, acabam tendo um impacto direto nas relações de trabalho, pois, uma vez

transformado o contexto produtivo, os perfis adequados dos profissionais também serão modificados para que esses se ajustem à nova organização da fábrica.

Diante desse quadro, observa-se no final dos anos setenta e início dos anos oitenta, a implantação dos círculos de controle de qualidade (CCQs) na indústria automobilística nacional, a qual prioriza um trabalhador proativo.

Essa implantação é analisada, por alguns autores, como um modismo das indústrias nacionais pelo fato desses CCQs serem implantados vastamente em muitas empresas, as quais não estenderam as mudanças necessárias a um contexto adequado a esse processo, visto que nessa época não havia uma visão sistêmica da indústria e, portanto, das conseqüências que a introdução dessa técnica produziria. (FLEURY apud CASTRO, 1995).

Ainda nos anos oitenta, o movimento das indústrias automobilísticas locais caracterizou-se na importação de máquinas para viabilização da rapidez do processo produtivo, visando, em última instância, aumentar a produtividade e reduzir seus custos. Nesse período, as companhias deste setor introduzem novos equipamentos de base microeletrônica, informatizando, não só a produção, bem como a própria administração.

Porém, tal medida também tinha suas limitações, uma vez que não bastava apenas importar técnicas produtivas, era preciso organizar a produção como um todo, para que essas técnicas ajustassem-se aos novos recursos tecnológicos, e assim fosse possível alcançar o objetivo do capital: o aumento da absorção do trabalho vivo para sua autovalorização.

Deste modo, mesmo com o complexo automotivo constituindo-se, nos anos oitenta, como líder nas inovações tecnológicas na indústria automobilística brasileira – apesar do Brasil apresentar baixa automação quando comparado a outros países, de acordo com o International Motor Vehicle Program (IMVP). (CASTRO, 1995) – os índices de produtividade nacionais, no final dos anos oitenta, eram os mais baixos no contexto mundial.

Porém, nem tudo ia mal para esse setor da indústria brasileira, visto que ele ocupava a melhor posição no que diz respeito às políticas e estratégias de manufatura, pelo fato de haver pouco retrabalho e sincronicidade na produção.

Mas, tal posição não era decorrente das técnicas gerenciais produtivas da indústria automobilística brasileira, ao contrário, pois, “no final dos

anos 80, ainda prevalecia uma cultura organizacional marcada pelo autoritarismo das chefias intermediárias (supervisores e gerentes)".(CASTRO, 1995, p. 33).

Portanto, essa boa posição brasileira em relação às estratégias de manufatura, deve-se ao bom trabalho desempenhado pelo operário brasileiro, o qual teve seu reconhecimento pelo patronato desde que a indústria automotiva implantou-se no Brasil. De acordo com essa classe, o operariado mantinha um desempenho digno de sua posição, visto que ao patronato o operariado nacional havia sido agraciado por trabalhar na fábrica de automóveis¹.

Ou seja, até esse período, as transformações na indústria foram unilaterais, e, portanto, pouco eficazes. A transição para uma modernização sistêmica começou a ser aplicada, no Brasil, no final dos anos oitenta e início dos anos noventa, e está sendo progressiva até os dias atuais. Nas palavras de CASTRO (1995):

Quando a idéia de qualidade se configurou como importante, a reação das empresas locais foi formar círculos de controle de qualidade, dentro de um formato peculiar, sem maiores alterações nas estratégias ou no resto da organização. O Brasil, em 1982, era o segundo país no mundo em número de CCQs, vindo depois do Japão. Quando a idéia de kanban aportou no país, algumas empresas que detinham condições privilegiadas de barganha passaram a exigir de seus fornecedores entregas no momento e na quantidade que quisessem, para só pagarem quando os seus produtos estivessem vendidos. (FLEURY, A., apud CASTRO, N.A., de, 1995, p. 96/7).

Portanto, apenas nos anos noventa, foram iniciadas transformações no nível gerencial e tecnológico da empresa. Desse modo, as técnicas produtivas como: kanban, JIT, kaizen, encontraram um setor mais preparado tecnologicamente à sua implantação, contribuindo assim no controle de custos e na garantia da produtividade.

Nos anos noventa, portanto, o Brasil inicia a montagem do cenário característico da fábrica enxuta. Como exemplo, citamos as "medidas voltadas para diminuir a verticalização (por exemplo: Volkswagen) ou para ampliar a gama de

¹ Essa posição é decorrente das aspirações nacionais, visto que nessa época, o Brasil estava sedento pelo progresso que era representado pela indústria automobilística. Por ela, o governo JK abriu concessões tributárias e atribuiu benefícios a sua implantação; mas, por outro lado abandonou os trabalhadores brasileiros nas mãos do patronato. E, esses trabalhadores, deslumbrados com espírito da época, colaboraram para a realização do sonho brasileiro, trabalhando intensamente. (Arbix, Zilbovicius, 1997).

atividades terceirizadas (por exemplo: GM em São José dos Campos)".(CASTRO, N.A. de, 1995, p. 39).

E, essas mudanças implantadas pela indústria automobilística no Brasil, apenas são viabilizadas no momento que o patronato compreende o sucesso das empresas estrangeiras, pois: "as experiências bem-sucedidas tiveram algo em comum: elas resultaram de uma sintonia fina entre estratégias competitivas e concepção dos sistemas de produção". (FLEURY apud CASTRO, 1995, p. 17).

O regime automotivo brasileiro teve sua definição de regras no início de 1992, marcado pela modernização nas relações de trabalho e valorização do trabalhador, para a constituição de um regime automotivo. Para isso, duas metas deveriam ser cumpridas: inovar a qualidade e aumentar a exportação. (VIGEVANI; VEIGA, 1997).

A virada dos anos 90 marcou a transição para uma política industrial que procura incentivar a competitividade. A política de Industrialização e de Comércio Exterior (PICE) estabeleceu um cronograma de redução progressiva das alíquotas de importação, a Política de Defesa do Consumidor foi implantada em seus mecanismos básicos e o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP) foi criado para apoiar empresas (individualmente e em grupo). Todos os subsídios diretos foram cancelados do dia para a noite. Esse conjunto de políticas, implantado num momento de profunda recessão econômica, consolidou as condições para uma abrupta e profunda mudança nas condições de operação de todas as empresas brasileiras. (FLEURY, A., apud CASTRO, N.A. de, 1995, p. 97).

Porém, com o regime automotivo adotado em 1995, o compromisso de valorização dos trabalhadores se perdeu, havendo uma ruptura com a evolução do processo de negociação. E o primeiro momento dessa fragilização ocorreu com o decreto do carro popular do presidente Itamar Franco em 1993.

Já, sob o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, duas medidas protecionistas da indústria automobilística foram tomadas: aumento da tarifa de importação de carros em 32%, e eliminação da isenção dos impostos nos carros populares. (VIGEVANI, VEIGA, 1997).

E o Novo Regime Automotriz decidido em seu governo, no ano de 1995, acabou por concentrar "um poder inusitado nas mãos das grandes montadoras" (ARBIX.; ZILBOVICIUS, 1997, p. 449). Esse novo regime, "(re)definiria

os contornos da produção e do mercado a partir de uma alíquota de 70% para a importação de automóveis”. (ARBIX; ZILBOVICIUS, 1997, p. 9).

Assim, o foco de proteção concentrava-se somente nas montadoras, pois, não existiam medidas que protegessem a classe operária, a qual passa a sofrer, a partir desse momento, com o corte de pessoal e a flexibilização das leis trabalhistas.

Os trabalhadores do setor automobilístico encontravam-se pressionados pelo constante encolhimento dos empregos disponíveis, além de estarem coagidos pelas novas metas acerca da produtividade e qualidade inseridas pelas empresas do setor. Nesse sentido, o Regime Automotriz apenas reservou ausências à classe operária. (ARBIX; ZILBOVICIUS, 1997).

Nenhuma prática da indústria automobilística brasileira considerava a requalificação, o treinamento e a educação. Na verdade, o funcionamento deste setor industrial viabilizava a implantação das novas relações de trabalho “passando pela flexibilização da legislação e dos contratos de trabalho, das jornadas e remunerações, até chegar ao enfraquecimento da ação sindical”. (ARBIX; ZILBOVICIUS, 1997, p. 9).

Deste modo, a política automotiva nos anos noventa, apoiada na flexibilização do trabalho permite à empresa dispor da força de trabalho dos seus operários seis dias por semana, bem como conceder férias a eles no momento em que for mais conveniente à companhia, além de requisitar horas extras dos seus funcionários largamente, informando-os, na maioria das vezes, sem muito tempo prévio.

A flexibilidade do contrato de trabalho, por exemplo, introduz o trabalho noturno aos sábados e feriados, a fim de maximizar a utilização das instalações, reduzindo, dessa forma, os investimentos necessários para um certo volume produtivo. “Foi, por exemplo, o que a GM fez em São José dos Campos, para a produção do Corsa.” (SALERNO apud ARBIX; ZILBOVICIUS, 1997, p. 512).

Ou seja, o consumo do trabalho vivo é elevado ao seu limite máximo, para que possa ser retirado dele uma quantidade cada vez mais elevada de mais-valia. Assim, “O capitalista obriga o operário a dar o seu trabalho o nível normal, e se possível um nível superior de intensidade, e força-o tanto quanto possível, a prolongar o processo de trabalho além do tempo necessário para reposição do salário”.(MARX, 1978, p. 18).

O governo não impede esse movimento, pois, o que interessa ao Estado é a abertura do mercado financeiro e não de postos de trabalho (SALERNO apud ARBIX; ZILBOVICIUS, 1997). Nesse sentido, a indústria preocupada em atingir altos níveis de produtividade e qualidade, abre mão de muitos cargos ocupados pelos operários para substituí-los pelas máquinas, ou ainda, desqualifica a atividade desses trabalhadores pela polivalência, por exemplo.

A razão dessas práticas promovidas pela indústria moderna, e garantidas pelo seu aparato microeletrônico, é “objetivar no produto uma quantidade excedente de trabalho acima do existente no salário, uma quantidade adicional de trabalho”. (MARX, 1978, p. 17).

Esse movimento de sucateamento da posição do proletariado é explorado largamente pelas novas formas de produção. Uma delas é o consórcio modular da VW, o qual tem como foco a montagem, agregando força de trabalho terceirizada à produção.

A VW está inserindo no seu espaço físico fabril uma série de empresas que antes desempenhavam o papel de fornecedoras, mas que hoje são responsáveis diretamente pela montagem dos automóveis.

Esses antigos fornecedores atualmente recebem o nome de consorciados, os quais segundo a VW, “serão parceiros da montadora na produção de caminhões e ônibus, tanto no investimento como nos riscos”. (ARBIX; ZILBOVICIUS, 1997, p. 450).

A entrada do consórcio modular e também do condomínio industrial aponta para uma nova forma de otimizar os lucros na produção, e isso gerou um clima de expectativa em todo setor automobilístico brasileiro, segundo os autores acima citados.

Esses dois processos, com maior ou menor grau, dizem respeito à integração dos fornecedores nas próprias atividades de montagem final dos veículos (atividades, as quais, caberiam às montadoras).

Tais mudanças produtivas têm como objetivo garantir uma economia na produção, associando-se, para isso, aos grandes fabricantes e reduzindo, assim o número de plataformas produtivas.

Essas mudanças do cenário produtivo respeitam o movimento do capital, pois garantem seu acréscimo. Por isso, a produção vem sofrendo

transformações em sua organização através do tempo. Salerno apud Arbix; Zilbovicius (1997), analisa esse processo em três momentos produtivos:

No primeiro momento produtivo, destaca-se a negociação entre os fornecedores e montadoras, através da implantação de técnicas produtivas como JIT e kanban, para que fossem reduzidos: o estoque, o número de trabalhadores e os gastos referentes à produção.

Já no segundo momento surge uma relação de cooperação produtiva entre os fornecedores e as montadoras. Visto que os fornecedores foram chamados pelas montadoras “a colaborarem nos projetos de produto, sendo revertida uma relação onde os fornecedores fabricavam a partir de projetos, desenhos e especificações definidos autonomamente pelas montadoras”. (SALERNO apud ARBIX; ZILBOVICIUS, 1997, p. 509).

E, por fim, no terceiro momento produtivo, é empregada a técnica de fornecimento de subconjuntos intra-empresariais com o intento de reduzir o espaço físico, o número de trabalhadores e seus respectivos salários. Nesse estágio produtivo, os fornecedores passam a localizarem-se perto das montadoras para garantir a diminuição do custo referente ao transporte.

Outras práticas aplicadas desde o final dos anos noventa na indústria automobilística internacional – as quais começam a serem empregadas no cenário produtivo brasileiro na década de noventa – são os projetos compartilhados e o fornecimento de módulos de subconjuntos just in time.

Essas práticas apresentam como consequência “uma grande concentração e internacionalização da indústria de autopeças; poucos grandes fornecedores relacionam-se diretamente com cada montadora, sendo que os outros passam a fornecer aqueles”. (SALERNO apud ARBIX; ZILBOVICIUS, 1997, p. 510).

Em decorrência dessa nova prática produtiva, os trabalhadores dos setores fornecedores das montadoras é que são os responsáveis – muitas vezes – pela montagem de um módulo inteiro: o que corresponde a uma grande parte do veículo.

Nos esquemas de condomínio industrial e consórcio modular estão em jogo duas coisas simples. Em primeiro lugar, a redução do investimento necessário para concretizar uma dada produção. Em segundo lugar, uma busca de aumento da produtividade e de redução de custo na produção, pela transformação de tempos sequenciais

(como é típico de montagem seqüencial em linha) em tempos paralelos, pois boa parte das montagens ocorre fora da linha, e pelos menores salários normalmente pagos aos trabalhadores dos fornecedores relativamente ao das montadoras. De quebra, uma boa possibilidade de enfraquecer a movimentação operário-sindical, pois a produção se fragmenta, exigindo uma maior capacidade de articulação intersindical, o que nem sempre é fácil, ainda que não seja impossível. (SALERNO, M.S., apud ARBIX, G. e ZILBOVICIUS, M., 1997, p. 511).

Ou seja, nada é desperdiçado na produção, pois os meios de produção e o trabalho são consumidos produtivamente para que o produto não contenha uma parte de trabalho objetivado maior que o tempo de trabalho socialmente necessário. (MARX, 1978).

Desse modo, nessas novas formas de produção, o capitalista lucra em diversos setores: à medida que reduz custos de produção, aumenta a produtividade e enfraquece a integração social dos seus funcionários, comprometendo, assim, as greves e outras formas de reivindicações, pelo fato dos trabalhadores estarem dispersos, pois são provenientes de companhias diferentes, mesmo trabalhando numa mesma fábrica.

Ou seja, as condições de trabalho desses trabalhadores não se assemelham, pois as funções que eles desempenham são diferentes. A esse respeito, Salerno apud Arbix; Zilbovicius (1997) coloca uma questão: como engajar os trabalhadores de empresas diferentes numa mesma empresa? E, decorrente disso: Esta empresa pode ser competitiva, caso não proporcione esse engajamento?

Pelo fato dessas mudanças caracterizarem-se, ainda, como inovações no cenário produtivo, é cedo para responder a tais questões. Mas se elas derem certo, as conseqüências serão um aumento de competitividade das empresas brasileiras, e elevação na depreciação da classe operária, a qual, apenas tem a perder com esse desenfreado processo de terceirizações, pois ele, além de enfraquecer os sindicatos dessa classe, submete o trabalhador a condições de trabalho desfavoráveis à sua classe.

Condições essas, que além de desrespeitarem a capacidade criativa e as habilidades do trabalhador, cultivam a ideologia burguesa à medida que a indústria capitalista – via recursos humanos – apresenta como positivas as

mudanças viabilizadas pela reestruturação produtiva. O que será tratado num próximo momento.

É importante ressaltar que essas novas formas de organização do trabalho, não perdem de vista o ‘comportamento industrial’ da fábrica automobilística japonesa contemporânea, pois todo o cenário produtivo – não só brasileiro, como mundial – continua prestando atenção nos japoneses; de como eles resolverão problemas a saber: encolhimento do mercado, diversificação do modelo, diminuição das horas trabalhadas, além da pressão exercida pelos trabalhadores através do aumento da resistência operária.

A Toyota, por exemplo, a fim de enfrentar tais problemas, opera algumas mudanças como a avaliação individual de desempenho (direcionada à classe operária) e a sistematização do projeto kaizen. Mas a autoridade do gerente nessa companhia ainda é grande, uma prova disso é o fato da resolução final acerca das propostas enviadas pelos CCQs caber à gerência. Tais grupos ficam, portanto, impossibilitados de realizarem transformações no cenário produtivo caso a gerência não aprove essas propostas.

Passemos, neste momento, a análise das conseqüências dessa reestruturação produtiva à classe operária inserida na indústria automobilística brasileira.

3.2 O IMPACTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA BRASILEIRA NO TRABALHO OPERÁRIO

A fábrica automotiva brasileira na década de cinquenta à década de setenta era organizada pelo modelo de postos de trabalho. Este apresentava uma lógica produtiva não flexível, pelo fato de possuir uma seqüência rígida das tarefas desempenhadas pelos trabalhadores, os quais mantinham-se, praticamente, fixos a seus respectivos postos de trabalho. (MARX apud ARBIX; ZILBOVICIUS 1997).

Com o sucesso das técnicas gerenciais estrangeiras, calcadas na flexibilização da organização do trabalho, o Brasil começa a reestruturar sua produção, buscando a competitividade no mercado; substituindo, para isso, o

modelo de postos de trabalho, por técnicas gerenciais flexíveis importadas dos EUA e Japão.

As indústrias brasileiras basearam-se em duas abordagens básicas para o seu processo de reestruturação: o Toyotismo (ou Ohnoismo) e o Grupo Semi-Autonomos (GSA). Porém, o primeiro deles foi mais utilizado em várias empresas do setor automobilístico.

As iniciativas do Toyotismo concentram-se na “redução de níveis hierárquicos, arranjos celulares de produção, programas de melhoria contínua, melhoria dos processos comunicacionais, autonomia, polivalência, entre os mais importantes”.(MARX, R., apud ARBIX; ZILBOVICIUS 1997, p., 183).

Esse novo sistema gerencial da produção é também conhecido no Brasil como produção enxuta, pelo fato da fábrica estabelecer sua produção, utilizando metade do espaço físico e metade da força de trabalho, quando comparada ao fordismo clássico.

Ou seja, o Toyotismo tem como base à redução dos desperdícios e uma ênfase no atendimento do consumidor. (MARX, R., 1997). Utilizando vários recursos a fim de viabilizar esse intento, sendo que um deles é o trabalho em grupo, o qual enfatiza a polivalência e autocontrole: pelo aumento da responsabilização por decisões a respeito da qualidade e produtividade (CCQs).

Porém, é importante ressaltar que esses grupos apresentam uma autonomia restrita, já que o crescente aumento “da autonomia não é prioridade desta modalidade de grupos, além disso, o projeto organizacional, bem como as mudanças neste projeto, são decididas e implantadas de maneira externalizada aos próprios grupos”.(MARX, R.,apud Arbix; ZILBOVICIUS, 1997, p. 184).

Assim, as práticas toyotistas concentram-se na colaboração mútua do trabalho, rotação de postos, transmissão de habilidades e conhecimentos on the job, atividades de pequenos grupos, níveis hierárquicos na produção, definição de tempos-padrão, programa de treinamento e polivalência. (MARX, R., apud ARBIX; ZILBOVICIUS, 1997).

No setor automotivo, o ohnoismo pode ser considerado como um *role model*, uma referência que, por parte da camada gerencial, é considerada o modelo de gestão a ser seguido em praticamente todas as plantas. Por decorrência, surgem os Grupos Enriquecidos (...) como fazendo parte de um “pacote” de uma “nova organização” a ser introduzida e adaptada. (MARX, R. apud ARBIX; ZILBOVICIUS, 1997, p.200).

Outra importante característica do Toyotismo é a rotatividade dos seus operários, pois, os trabalhadores temporários, funcionam como uma tática visual de coerção para todos os trabalhadores, visto que a contratação depende do esforço desmedido do trabalhador.

Ou seja, a estabilidade no emprego, própria dos trabalhadores regulares, bem como as regalias concedidas a esse grupo (a despeito das condições de trabalho dos temporários) se dão às custas “da insegurança e precariedade do emprego desses trabalhadores, cujos salários reagem sensivelmente às condições do mercado (Shiroma, 1993: 71-72)”. (LEITE apud CASTRO, 1995, p. 341).

A existência dos trabalhadores subcontratados na empresa também é importante porque ela pode ser suprimida em época de crise, ou ainda, eles podem sofrer reduções salariais.

Portanto, o empregador não necessita mudar seu quadro fixo de funcionários, pois os trabalhadores periféricos sofrem as conseqüências da crise, sendo desligados da empresa, ou tendo seu salário rebaixado.

Porém, talvez, a palavra de ordem do Toyotismo seja a qualidade, uma vez que nesse sistema a busca pela qualidade total do produto, em todas as fases de seu processo produtivo, é o que viabiliza a produção enxuta, além de garantir a competitividade no mercado porque a melhoria da qualidade do processo produtivo reduz os custos empresariais.

A busca pela qualidade total é o fator que permite a diminuição dos estoques amortecedores. Ora, a carência de estoques requer um maior envolvimento dos trabalhadores para com a produção. Desenvolve-se assim, o comportamento proativo dos trabalhadores.

A qualidade da produção, nesse sentido, é o diferencial da empresa enxuta, à medida que se compara as técnicas japonesas com as norte-americanas. Somente, a título de exemplo, citamos essa comparação. Nas palavras de WOMACK (1992):

Atualmente, as montadoras da Toyota praticamente não possuem área de reparos, e quase não os executam. Já, uma série de modernas fábricas de produção em massa (...) dedicam 20% de sua área ocupacional e 25% do total de horas de trabalho ao reparo de erros. Talvez, o maior legado das idéias de Ohno seja a qualidade dos carros que atualmente chegam ao consumidor. Compradores norte-americanos relatam que os veículos da Toyota estão entre os de menor número de defeitos em todo o mundo, comparando-se aos melhores carros de luxo alemães que exigem inúmeras horas de montagem para reificações. (WOMACK, J.P., 1992, p. 48).

A segunda abordagem, a qual é oriunda da escola sócio-técnica, provém de Londres, apresentando como suas principais características a autonomia dos trabalhadores e a descentralização do processo de decisão sobre métodos, pois os “fluxos de informação e decisão passam a contar com a participação dos trabalhadores do chão de fábrica e o trabalho grupal é consequência natural desses princípios”. (MARX apud ARBIX; ZILBOVICIUS, 1997, p. 185).

Essas técnicas que organizam a produção são aplicadas no Brasil com o objetivo de aumentar a qualidade e produtividade das mercadorias, ao mesmo tempo em que diminuem os gastos com a produção.

Roberto Marx (apud ARBIX; ZILBOVICIUS, 1997) apresenta dois estudos de caso relativo às experiências das indústrias automobilísticas brasileiras que passaram por um processo de reestruturação produtiva:

1ª Empresa:

Experiência industrial brasileira inspirada no modelo norte-americano de ‘Grupos Semi Autônomos’: Empresa de projetos e fabricação de carros que, em 1991, iniciou sua reestruturação interna – JIT/ Kanban, CQT – com a formação de grupos de trabalho com o objetivo de aumentar a produtividade e qualidade da produção.

Após 1991 já podia ser observada a redução de um nível hierárquico no organograma empresarial. E os principais objetivos do esforço gerencial eram transmitidos aos grupos e concentravam-se nas seguintes metas: 1ª redução do espaço útil utilizado, 2ª diminuição do lead time e 3ª aumento dos níveis de qualidade.

Há a figura do supervisor, o qual tem a função de ser o chefe efetivo do chão de fábrica, reunindo quatro ou cinco coordenadores e seus grupos. Tais coordenadores fazem a atividade administrativa, como: coordenar as reuniões do CCQs, cuidar do processo informativo da empresa, através de murais, etc. Medidas auxiliaadoras na melhoria da comunicação dentro da empresa e na diminuição do quadro de funcionários.

A tabela abaixo sintetiza os dados expostos, referentes aos níveis hierárquicos. Nela, pode-se observar a diminuição dos cargos hierárquicos no interior da empresa:

Tabela 1 – Caso 1 – Níveis hierárquicos

Antes de 1991	Depois de 1991
Presidente	Presidente
Diretor	Diretor
Gerente	Gerente
Encarregado geral	
Encarregado	Supervisor
Líder	Coordenador
Operários	Operários

Obs: Operários líderes e coordenadores são horistas, já os demais são mensalistas.
Marx, R. (apud ARBIX; ZILBOVICIUS, 1997).

2ª Empresa:

Experiência industrial brasileira inspirada no modelo japonês 'Toyotismo': Empresa fabricante de automóveis de passeio e veículos comerciais leves, a qual em 1989 iniciou sua reestruturação produtiva através das seguintes transformações: redução do número de fornecedores, exigência da entrega freqüente, garantia de qualidade, grande número de atividades terceirizadas (serviços e atividades produtivas) e criação de estruturas baseadas em famílias de produção finais.

Há um único gerente para cada família, a qual conta com aproximadamente 100 funcionários. A idéia é que esses funcionários operem com os grupos, sem hierarquia interna. O gerente é responsável, além da coordenação geral das atividades, pelas avaliações relativas à promoção, planejamento de férias e alocação de pessoal (...). O principal ganho manifestado por alguns dos técnicos entrevistados diz respeito à velocidade e agilidade no tratamento de problemas (MARX, R., apud ARBIX, ZILBOVICIUS, 1997, p. 196).

Essa rapidez na resolução de problemas ocorre porque houve uma melhoria na comunicação empresarial, a qual é obtida através de um novo gerenciamento da produção, bem como, pela utilização de tecnologia avançada, a qual viabiliza o contato entre trabalhadores. Assim, problemas que envolviam departamentos distantes, dificultando a comunicação entre eles, atualmente não representam um problema de fato.

Quanto aos níveis hierárquicos, o organograma corresponde a: presidente, diretor, gerente de divisão, gerente de área, chefe da UTE e operário. O gerente da UTE diz respeito à gerência diária do processo produtivo em cada seção, por isso esse cargo é constituído por trabalhadores responsáveis por cada seção produtiva.

O relacionamento entre os chefes da UTE apresenta um caráter de competição – relação que é valorizada pela empresa, pelo fato de tal disputa colaborar com o aumento do índice de produtividade.

Nesse segundo caso, faz-se importante notar o grau de coerção mantido pelo novo quadro gerencial aos trabalhadores. Tanto no que diz respeito às avaliações pessoais – as quais têm caráter individual – como também nas grupais, intermediadas por disputas entre trabalhadores que gerenciam diretamente o operariado.

A esses chefes da UTE caberia muito bem a denominação “colaboradores”, pois mesmo pertencendo à classe proletária, eles negam as suas condições de classe a favor do capital, passando a colaborar com ele ao mesmo tempo em que sucateiam sua própria classe.

É importante salientar o fato de que, nos dois estudos de caso, as empresas tiveram pouca – ou nenhuma – influência sindical.

Tabela 2 – Caso 2 - Níveis hierárquicos

Até 1989	em 1995
Presidente	Presidente
Diretor	Diretor
Gerente de divisão	Gerente de divisão
Gerente de área	Gerente de área
Chefe de seção	
Chefe de equipe	Chefe de UTE
Contramestre	
Operador	Operador

Marx, R. (apud ARBIX; ZILBOVICIUS, 1997).

Essas duas experiências utilizaram o método do trabalho em grupo. Os trabalhadores, quando questionados a esse respeito, afirmaram que preferem trabalhar em grupos, mas criticam o aumento da responsabilidade e não do salário.

Sob o ponto de vista dos trabalhadores envolvidos com estes processos de mudança, o quadro é bastante complexo e instável: (...) em grande parte das vezes os trabalhadores dizem preferir trabalhar nos grupos atualmente em operação ao invés da organização anterior, calcada no controle individual e na autoridade do supervisor. Por outro lado, são unânimes em apontar para o aumento da responsabilidade e do ritmo de trabalho, sem conseqüente aumento de remuneração e/ou de outras formas de reconhecimento. Uma conjuntura marcada cada vez mais pela ameaça de cortes e desemprego, inclusive no setor automotivo, contribui para formar uma situação em que as preferências individuais sobre o que se considera a melhor forma de organizar o trabalho sejam cada vez menores. (MARX, R., apud ARBIX; ZILBOVICIUS, 1997, p. 202).

A ideologia do trabalho em grupo (ou grupo de produção) consiste na propagação desta atividade como método que proporciona a autonomia do trabalhador, visto que o habilita a decidir com mais liberdade.

Porém, na verdade, os benefícios trazidos pelo trabalho em grupo, consistem na emergência de um funcionário proativo, o qual colabore e estimule outros trabalhadores. Enfim, em um funcionário que possa tomar decisões de modo mais rápido, envolvendo-se, assim, nas questões da empresa. (WEIL, 1985).

Esse comportamento é o único meio encontrado pelo trabalhador para que possa permanecer na empresa. Portanto, este trabalhador torna-se

proativo, decorrente da ameaça constante de desemprego, visto que há uma diminuição dos níveis hierárquicos nas empresas modernas, devido à flexibilização da produção e descentralização do processo decisório referente ao cotidiano produtivo, porém tal característica não suprime a ausência do controle da gerência, conforme assinalado anteriormente.

Ou seja, embora haja a tendência “de suprimir alguns escalões da pirâmide hierárquica e de perspectivar, de forma nova, as relações entre as funções de chefia e as atividades de produção” (WEIL, R.D., 1985, p. 155), a última palavra, ainda, é dos dirigentes do capital.

Nos dois estudos de caso é possível evidenciar a eliminação de alguns cargos de trabalho: característica da organização enxuta que se manifesta no cenário produtivo.

Esse enxugamento de cargos é uma medida favorável à valorização do capital, pois desenvolve um espírito proativo nos funcionários por dois motivos: medo do desemprego por parte dos trabalhadores instalado na empresa e pela ideologia do aumento da liberdade dos trabalhadores referentes à produção. Nesse sentido, a empresa enxuta mantém no seu quadro trabalhadores-colaboradores.

Tais mudanças foram capazes, nesses dois casos, de modificar os índices de produtividade e qualidade, utilizando um aparato tecnológico, para realizar a transformação no processo administrativo.

A respeito da discussão acerca do aumento da autonomia do trabalho na produção, RODRIGUES (apud ARBIX; ZILBOVICIUS, 1997), através de pesquisa realizada com trabalhadores das montadoras Volkswagen, Ford e GM de São Bernardo do Campo, recebe respostas dos mesmos com caráter positivo quando os questiona a respeito das mudanças correntes nessas empresas: 48% deles percebem essas mudanças com mais satisfação, interesse e envolvimento no trabalho e 38% deles ressaltam a melhoria da qualidade de trabalho.

Essa melhoria colocada pelos trabalhadores corresponde a um aumento da responsabilidade referente a sua produção, o que eles encaram como maior liberdade no trabalho, mesmo considerando que a resposta final é da gerência.

É importante salientar que, o simples alargamento das tarefas não conduz, necessariamente a um maior envolvimento do trabalhador, visto que tal mudança pode significar apenas um esforço suplementar de memorização. Então,

somente as operações mais complexas é que satisfazem o trabalhador. (WEIL, 1985).

Porém tal aumento de encargos a ser realizado pelo operariado não condiz com o aumento de salários, além do que, há um aumento da estafa física e mental do operário, pelo acréscimo de responsabilidades e atividades. “A prática demonstrou que os trabalhadores se desiludiram quando a motivação das tarefas não correspondia a um valor – trabalho superior e, por conseguinte, a um aumento salarial”. (WEIL, 1985, p. 171, 2).

Este aumento da estafa física do trabalhador, decorrente do aumento da intensidade da sua tarefa é reflexo do emprego da automação na produção, instalada na indústria automobilística brasileira desde a década de oitenta.

Através do estudo de caso na montadora B, realizado por Peliano (1987), é possível observar o aumento do número das atividades desenvolvidas pelos operários, o que não correspondeu, porém, a um aumento salarial.

Ou seja, o operariado encontra-se perdido, ou melhor, alienado dentro da empresa, por considerar sua situação como favorável, quando, na verdade, lhe é hostil. Na realidade, a própria alienação é uma condição do modo de produção capitalista, pois ela colabora para que o ciclo do capital não seja quebrado uma vez que camufla a exploração sofrida pela classe operária.

Ora, conceitos como autocontrole na produção, liberdade no trabalho, qualificação e autonomia para o trabalhador não passam de um discurso vendido pela burguesia, visto que há limites restritos a essas prerrogativas da empresa contemporânea.

Pois, na verdade, tais conceitos aplicam-se a situações superficiais do cotidiano produtivo, já que o controle, a liberdade e a autonomia ainda pertencem ao capital, personificado na figura do capitalista, o qual ainda detém a mercadoria força de trabalho e utiliza-a da maneira que lhe é mais conveniente: consumindo-a, de modo a retirar dela mais-valia.

Todas essas características produtivas, próprias da empresa moderna, apenas concretizam-se, caso haja um aparato tecnológico implantado na produção, bem como na administração da empresa; pois é essa base maquínica que sustenta tais mudanças organizacionais.

As mudanças organizacionais, uma vez implantadas, através do emprego da tecnologia microeletrônica, acabam formando um quadro de

desqualificação da classe operária, a qual pode ser visualizada através das características das empresas contemporâneas, listadas abaixo:

- a) a **racionalização da força de trabalho**: terceirizações e contratos de trabalho flexibilizados, os quais apontam para um descompromisso do trabalhador para com a produção como um todo. Os trabalhadores especializados, por exemplo, dirigem-se a determinadas empresas a fim de desempenhar uma atividade específica, além disso, ao fim do trabalho, muitas vezes, a equipe se desfaz, podendo haver corte de pessoal.

- b) a **introdução de novas técnicas que organizam a produção**: JIT, Kanban: os quais preconizam produzir somente o necessário, dispensando, assim, força de trabalho; já o CCQ e Kaizen – que dizem respeito à qualidade dos produtos – também dispensam força de trabalho, uma vez que os cargos que, especificamente, respondiam pela vigilância ou supervisão acerca da qualidade do trabalho operário serão desnecessários, pois agora os próprios operários estão envolvidos com a qualidade da produção.

- c) E o **envolvimento dos trabalhadores com a empresa**. Técnica consagrada pela indústria japonesa na qual percebe-se a carga ideológica inculcada nas práticas que tendem a fazer o trabalhador acreditar que a empresa é a extensão da sua família, pois através disso facilita-se à adoção, por parte da classe proletária, de um sindicato-casa, o qual, ideologicamente, preza pelos direitos do trabalhador, quando na verdade os prejudica, além dos proletários desenvolverem um comportamento proativo.

Tal envolvimento também garante que os proletários trabalhem demasiadamente, como por exemplo: em feriados, ou fazendo horas extras, pois “sabem” que serão compensados pela avaliação de desempenho, podendo ganhar uma viagem, ou algum outro prêmio qualquer.

Produtos de alta qualidade produzidos por uma força de trabalho de alta qualidade sob uma administração dedicada, que oferece estabilidade no emprego e condições de igualdade, ao mesmo tempo em que se exige um desempenho virtualmente sem limites, jornadas excessivas e a submissão a rígidos códigos de comportamento e de disciplina – a experiência de trabalho nas montadoras japonesas realmente parece ser contraditória. (BERGGREN, 1993, in HUMPHREY apud CASTRO 1995, p. 119).

Portanto, as mudanças produtivas são, na verdade, um arranjo das novas tecnologias – incorporadas nos meios de produção – à organização do trabalho vivo, para que seja extraído dele, de forma crescente, a mais valia.

Contudo, o processo de trabalho não é mais do que um meio do processo de valorização, processo que, por sua vez, é essencialmente produção de mais valia; isto é, processo de objetivação de trabalho não pago. Assim, se acha determinado especificamente o caráter global do processo de produção. (MARX, K., 1978, p. 22).

- d) A **polivalência**, é outra medida que desqualifica a classe operária por garantir a superficialização da produção humana, pois o trabalhador é capacitado a operar várias máquinas, mas não domina o processo completo, visto que este é mecânico. Isso acaba desqualificando as atividades produtivas do operário pelo fato dessas tarefas terem se tornado maquínicas.

O trabalhador encontra-se, então, alienado de seu próprio trabalho. Essa alienação consiste no fato de que a relação que o operário estabelece com seu próprio trabalho não é a relação com algo que o tornaria humano, “mas é a relação com o simples meio da sua existência”. (NAPOLEONI, 1981, p. 38).

A polivalência, ou seja, essa mudança de cargos de trabalho pode ser efetuada horizontalmente, na medida em que o trabalhador permuta, através de trabalhos idênticos ou análogos, no interior de um grupo de trabalho ou cadeia produtiva, objetivando-se o alargamento das tarefas.

Mas também, ela pode se dar verticalmente, quando o trabalhador permuta entre vários grupos de trabalho ou cadeias produtivas pela incorporação de tarefas diferentes realizando, desse modo, trabalhos isolados. (WEIL, 1985). Nos dois casos existe a perda da qualificação do trabalho vivo:

Em primeiro lugar, porque a ampliação horizontal da massa de informações pode apenas refletir a adoção de sistemas automatizados que centralizam conhecimentos mais complexos, os quais, entretanto, demandam de quem os manipulam menor apropriação dos fenômenos em curso; tal lhe parece ser o caso da indústria automobilística. Em segundo lugar, tampouco a politaréfa é necessariamente qualificante; ela pode resultar apenas de uma simplificação prévia das novas atribuições assumidas pelo trabalhador; é o caso, por exemplo, das tarefas de primeira manutenção ou do controle de qualidade. (CASTRO, N.A de, 1995, p.26).

E tal permuta, formadora de trabalhadores polivalentes pode ser determinada tanto pela chefia, quanto pelos próprios trabalhadores. Porém, “na maior parte dos casos, a permuta efetua-se com intervalos de tempo e de acordo com uma ordem anteriormente prescrita”. (WEIL, R.D. 1985, p. 165).

E, conforme já colocado, para realização, não apenas da polivalência, como também de toda organização do setor produtivo, a fábrica enxuta utiliza a tecnologia para aperfeiçoar a rapidez nas relações de trabalho, através de um processo de informatização deste setor: Como exemplo, citamos uma das práticas da Ford:

As peças do Escort e a montagem final têm o suporte de um sistema tipo Kanban eletrônico: a linha de montagem do painel interno recebe informações dos detalhes do painel [rádio, instrumentos, etc.] um por um, todos em uma impressora.

As informações (sincronizadas com as especificações do mesmo carro) são enviadas para outras linhas de submontagem, objetivando chegar a tempo na montagem final (SALERNO apud CASTRO, 1995). De qualquer maneira, alguns engenheiros entrevistados consideraram que o sistema está muito distante do que classificam de sistema *just-in-time*.

e) a **tecnologia** contribui para que seja possível organizar o processo produtivo, aumentando a qualidade, diminuindo os custos, abrindo mão, muitas vezes, de vários cargos ocupados por trabalhadores, para que essa organização possa caminhar para o escopo de fábrica enxuta. Mas o 'enxugamento de pessoal' será analisado, de forma mais detalhada num próximo momento, ainda neste tópico.

Essas mudanças, decorrentes da reestruturação produtiva – e respeitando a lei do valor do capital – permitem que apenas se empregue o tempo de trabalho socialmente necessário para a execução da tarefa e “o prolongamento do processo de trabalho além da duração necessária para repor o valor do capital variável”. (MARX, 1978, p. 23).

A grande colaboradora desse processo é, portanto, a máquina moderna, a qual possui um aparato microeletrônico que garante a informatização de vários setores, aumentando, desse modo, o controle produtivo.

No processo de trabalho que é, ao mesmo tempo, processo capitalista de produção, os meios de produção utilizam o operário, de tal sorte que o trabalho só aparece como um meio graças ao qual determinada grandeza de valor, ou seja, determinada massa de trabalho objetivado extrai trabalho vivo para conservar-se e multiplicar-se. (MARX. K., 1978, p. 39).

Ou seja, as inovações tecnológicas não apresentam um fim em si mesmo: a tecnologia pela tecnologia, ou a tecnologia a serviço do trabalhador; pois seu papel é determinado pelo capital.

A tecnologia, empregada na máquina, está a serviço do capital. Desse modo, o processo produtivo encontra-se “submetido ao capital, a ponto de determinar a passagem da simples subsunção real”. (NAPOLEONI, C., 1981, p. 86).

Então, a oposição meios de produção/ força de trabalho está fundamentada pela lei do valor, própria do modo de produção capitalista, pois nele “as condições objetivas de trabalho (...) não apenas servem para que o trabalho vivo se objetive, mas também para que se objetive mais trabalho que o contido no capital variável”. (MARX, K., 1978, p. 49).

Desse modo, o caráter apresentado pela maquinaria atualmente, o qual trás inovações tecnológicas através da informatização, pode ser encarado como uma inovação das técnicas empregadas, no que diz respeito à maneira que é produzida e como é manejada. Porém, esse caráter não apresenta um cunho revolucionário ao capitalismo, visto que é predicado desse modo de produção.

Os meios de produção aparecem unicamente como absorventes da maior quantidade possível de trabalho vivo. Este se apresenta apenas como meio de valorização de valores existentes, e, por conseguinte, de sua capitalização. E, prescindindo-se do que foi assinalado antes, justamente por isso os meios de produção aparecem de novo e se defrontam com o trabalho vivo na qualidade de modo de existência do capital, e, agora, como domínio do trabalho passado e morto sobre o trabalho vivo. (MARX, K., 1978, p. 19).

Assim, mesmo a informatização microeletrônica sendo uma modernização tecnológica, nunca deve perder-se de vista o seu objetivo primordial, pois, como ferramenta do capital ela visa promover seu incremento.

Portanto, a tecnologia entra em sintonia com as necessidades do capital dentro de um contexto sócio-histórico, o qual particulariza o presente momento histórico do capitalismo.

Assim, a tecnologia auxilia o processo de valorização do capital, otimizando, para isso, a retirada de mais trabalho dos meios de produção. “Os meios de produção apresentam-se aqui, não só como meios para a realização do trabalho, mas, exatamente na mesma medida, como meios para a exploração do trabalho alheio”. (MARX, K., 1978, p. 50).

A robótica, por exemplo, é capaz de reproduzir uma trajetória registrada e memorizada pelos robôs, à medida que um operário qualificado efetua gestos normais de produção, ou seja, com limites físicos e psicológicos.

A microeletrônica, nesse sentido, permite a expropriação do saber operário. (CORIAT, 1983). Ora, “O meio de produção tornou-se um sistema de máquinas, movido por uma força motriz, que não é a força motriz humana, e com relação a qual os homens – os operários – são simples órgãos certamente conscientes (...) mas nada mais que órgãos”. (NAPOLEONI, 1981, p. 87).

Passemos agora a análise dessas novas tecnologias (NTs): “As NTs na indústria consistem no desenvolvimento de três processos que podem dar-se ou não de forma simultânea”. (DIAZ apud NEDER et alli, 1988, p. 26).

Esses três processos são: informatização microeletrônica, automação microeletrônica e inovação organizacional. (DIAZ, A, 1988).

1 informatização microeletrônica:

A informatização microeletrônica consiste num sistema responsável por recolher, centralizar e processar as informações, especialmente aquelas que se referem ao processo de produção e aos inventários de matérias-primas, mesmo que elas não façam uso dos computadores, como no caso do sistema kanban. (DIAZ, A., apud NEDER, 1988).

O uso da tecnologia microeletrônica, portanto, provoca mudanças na organização da produção e do trabalho. Decorrente disso faz-se necessário o desenvolvimento estratégico para preparar todo o quadro do trabalho vivo da empresa e, assim, integrar os trabalhadores a esse processo. Alcançado esse intento, o patronato obteria o domínio da nova tecnologia. (PELIANO, 1987).

A microeletrônica, desenvolvida que fora para servir o capital, possui um papel estratégico dentro da empresa, pois, como ela busca a capacitação técnica dentro da fábrica, essa tecnologia também cria condições para a apropriação do know-how do trabalhador (PELIANO, 1987). Ademais, tais sistemas de informatização - introduzidos no Brasil na década de oitenta – também podem ser utilizados para fiscalizar o trabalho vivo.

Um exemplo disso é o caso da empresa FIAT, a qual, a partir de 1983 implantou o sistema de informatização microeletrônica, não apenas, com o objetivo de racionalizar a área administrativa e efetuar o controle dos estoques, como também, para fiscalizar os trabalhadores, por meio de “fichas individuais de produtividade, registrando entrada e saída, lazer, telefone, atestados, advertências, coisas absolutamente proibidas pela lei 300 do Estatuto dos Trabalhadores na própria Itália”. (SALERNO apud CASTRO 1995, p. 294).

Assim, a informatização acaba, também, garantindo um sistema de vigilância pelo fato do cotidiano produtivo dos trabalhadores encontrarem-se à

disposição da empresa em tempo real, através da tecnologia microeletrônica. Esse fato, somado a uma ameaça de desemprego, coage o trabalhador.

Nesse sentido: “A monitoria constante e o controle através de medidas coercitivas impõem um estrito sistema de disciplina (Wilkinson, 1993: 216-217)”. (LEITE apud CASTRO 1995, p. 340).

Desse modo, a informatização microeletrônica colabora, conforme anteriormente colocado, com o enxugamento da fábrica; utilizando menos tempo e menos trabalho vivo, ambos necessários à produção, aumentando, assim, a produtividade da empresa.

2 automação microeletrônica: AM

Esse processo desenvolvido pelas novas tecnologias consiste na instalação de equipamentos como: máquinas ferramenta de controle numérico (MFCN), controles lógico-programáveis, sistemas CAD e CAD/CAM (Computer Aided Design/ Computer Aided Manufacturing), além dos robôs. (DIAZ apud NEDER et alli, 1988).

A automação microeletrônica favorece o aprimoramento das condições técnico-produtivas “adequando o produto final aos novos padrões de precisão, uniformidade e homogeneidade” (PELIANO, 1987, p. 55). Por isso, a gerência controla as operações através de equipamentos microeletrônicos com ritmo contínuo, que corresponde às mesmas características de trabalho, espaço físico e movimentos produtivos. (Peliano, 1987).

A automação desenvolve a produção, pois aumenta a produtividade e qualidade da produção, o que reverte benefícios ao capitalista. Além disso, as condições de trabalho são dominadas pela AM, a qual pode substituir o trabalho vivo, bem como subordinar o trabalho vivo ao trabalho morto, rendendo vantagens ao capital.

Nessa empresa a área de produção onde se realiza a funilaria e a soldagem foi privilegiada ante as outras áreas de trabalho deste setor. Nas duas áreas acima citadas, foram instalados “os robôs que realizam operações de soldagem, cujo controle é microeletrônico e os trolleys magnéticos para o transporte de carroceria, que em seu conjunto revelam um projeto integrado de utilização da nova tecnologia”.(PELIANO 1987, p. 45).

As razões desta empresa que levaram a aplicação da tecnologia microeletrônica nessas áreas foram: melhoria na qualidade e maior segurança técnica do produto. Porém, a aplicação desta tecnologia foi combinada com a estrutura produtiva existente.

Esta empresa pretende informatizar outras áreas de trabalho, visto os bons resultados alcançados por esta tecnologia, os quais resultam numa diminuição do tempo de fabricação “em relação ao total utilizado de horas/ homem por veículo nesta fase do processo de montagem, esta economia significou uma redução em torno de 20% no tempo de fabricação”. (PELIANO, 1987, p. 54).

Ora, mesmo a automação microeletrônica sendo um avanço tecnológico moderno, a sua função também não é revolucionária, pois ela cumpre o papel tradicional, próprio de um recurso lançado pelo capital.

Assim, “com o desenvolvimento da maquinaria as condições de trabalho também surgem como dominando o trabalho do ponto de vista tecnológico, e ao mesmo tempo o substituem, oprimem-no, tornam-no supérfluo em suas formas autônomas”. (MARX, 1978, p. 86).

Deste modo, a automação reverte vantagens consideráveis à valorização do capital, no que concerne à fábrica automobilística. Tais vantagens podem ser observadas no quadro fornecido por Peliano (1987):

MOTIVOS\ EFEITOS	TÉCNICOS	ECONÔMICOS	SOCIAIS
1. Mais importantes	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Economias Materiais 	<ul style="list-style-type: none"> • Condições de Trabalho
	<ul style="list-style-type: none"> • Controle de Produção 	<ul style="list-style-type: none"> • Economia Tempo 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Aprendizagem 		
2. Menos importantes	<ul style="list-style-type: none"> • Flexibilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Custos Capital Fixo 	<ul style="list-style-type: none"> • Questões Trabalhistas
	<ul style="list-style-type: none"> • Inovações/ Produtos 	<ul style="list-style-type: none"> • Economias Energia 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças Componentes / Materiais 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução Mão-de-obra 	
		<ul style="list-style-type: none"> • Dependência ao Trabalho 	

Nota: * Classificados de acordo com seus efeitos mais importantes à produção e ao mercado. (PELIANO, J.C., 1987, pág. 180)

Quadro 2 – Motivos a automação por grupo de fatores segundo efeitos a produção de automóveis.

Esse quadro aponta às mudanças no cenário produtivo nas indústrias do setor automobilístico. Processo que acarreta uma diminuição do tempo referente à produção, redução da força de trabalho e um aumento da qualidade do produto formando um modelo positivo à empresa.

A automação tem suas conseqüências ao trabalhador, pois seu impacto não é apenas tecnoeconômico, como também político-social, visto que essa prática articula-se com novas formas de organização do trabalho, a qual “não tem só o objetivo de expropriar o saber operário, como também de aumentar a centralização do poder no interior da fábrica”.(DIAZ apud NEDER et alli, 1988, p.32).

A máquina, agora, é a controladora do processo de produção. Ela se encontra em posição inicial do processo, fazendo do operário seu instrumento de trabalho, um intermediário entre a máquina e a natureza.

E essa ciência, que está sempre no início do processo técnico, continua obviamente a situar-se no início também agora; mas, dado que dessa feita o início não é o sujeito que produz, mas a máquina, essa ciência é colocada na máquina e está assim fora da consciência do operário, precisamente porque esse não está mais em posição inicial, mas em posição intermediária “. (NAPOLEONI, C., 1981, p.91).

Citamos, abaixo, algumas conseqüências da aplicação da automação microeletrônica aos trabalhadores:

a) o **desemprego**, pois, a automação microeletrônica suprime alguns postos de trabalho e intensifica a atividade do operário.

Alguns pesquisadores apontam sobre a especificidade da automação na indústria automobilística brasileira, a qual deve ser realizada de maneira diferente do exterior.

Por isso, de acordo com Peliano (1987) a decisão de automatizar as fábricas brasileiras é tomada de maneira seletiva, para não criar problemas sociais e também porque o custo da força de trabalho é tão baixo neste país que não justifica a substituição generalizada da força de trabalho.

Nesse sentido “o aspecto mais importante, do ponto de vista da organização do trabalho, é a incorporação de sistemas de circulação de peças com controle eletrônico”. (PELIANO, 1987, p. 103).

Porém, os índices de desemprego na automobilística brasileira apresentam um aumento considerável desde os anos oitenta, sendo motivos de greves e contestações por parte do operariado brasileiro. Todavia, não analisaremos nessa pesquisa a ação da classe operária ao cenário produtivo atual, por limitações próprias da pesquisa, apesar de não desconsiderarmos a importância dessa discussão.

Apesar de certo fascínio provocado pelo progresso técnico, a preocupação central com a perda do emprego permeia o conjunto das respostas, demonstrando ser o aspecto mais imediato dos efeitos percebidos dentro da empresa. A existência de linhas automatizadas permite uma comparação visual entre o número de trabalhadores da produção ocupados em cada uma delas e o total empregado na linha convencional. (PELIANO, J.C., 1987, p. 140).

b) a **desqualificação**: porque a AM promove transformações produtivas, como: maior flexibilidade na produção e formação dos módulos produtivos. (Falabella apud Neder, 1988).

A grande transformação trazida pela nova tecnologia, resultado do longo progresso técnico industrial, é a retirada do comando e controle da produção das fábricas e sua colocação nos escritórios. É a gerência agora quem administra pela informática todas as etapas de produção. A fábrica apenas executa ordens por meio do funcionamento do sistema de máquinas. (Peliano, J.C., 1987, p. 61).

Ou seja, a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, não pode ser encarada como totalmente extinta da fábrica moderna. Isso compromete a garantia da requalificação, divulgada pelo toyotismo.

c) a **remuneração**, pois “não ocorrem necessariamente mudanças salariais com a introdução da nova tecnologia” (FALABELLA apud NEDER et alli, 1988, p. 16/18). E, conforme colocado anteriormente, muitas vezes, a carga de trabalho aumenta, porém o salário continua sendo o mesmo.

d) as **condições de trabalho e saúde**. Mesmo que os trabalhos pesados e tóxicos sejam eliminados pela utilização das máquinas, existem “outros efeitos negativos

produzidos por essa nova tecnologia (...) tal como o cansaço, a monotonia, o stress e ainda novos perigos no trabalho”. (FALABELLA apud NEDER et alli, 1988, p. 18).

Na verdade, a eliminação de trabalhos pesados ou tóxicos não é o objetivo do capital. A afirmação que a automação elimina tais tarefas não é falsa, porém não deixa de ser ideológica, pois tenta camuflar o verdadeiro intento do emprego dessa técnica, o qual só é vantajoso para o capital, uma vez que garante seu acúmulo.

Como exemplo dessa afirmação, citamos a automatização do processo de pintura efetuado na montadora B de automóveis, através do estudo de caso realizado por Peliano (1987).

O referido autor inicia esta análise ressaltando os ganhos significativos da automatização do setor de pintura às condições de saúde dos operários, pois quando o processo de pintura era completamente manual, apesar da utilização de máscaras, a toxidade do ambiente de trabalho comprometia a saúde do trabalhador.

Porém, a automatização do setor, nesta empresa, foi parcial: os equipamentos apenas efetuavam a pintura em superfícies planas. Ou seja, ainda fazia-se necessário “completar manualmente a pintura em áreas fora do alcance dos aplicadores automáticos”. (PELIANO, 1987, p. 170). Portanto, a saúde do trabalhador deste setor continuava comprometida.

A substituição dos trabalhadores neste setor, por robôs, mesmo sendo possível, era inviável, pois seria um investimento de baixo retorno financeiro, reconhece um dos supervisores dessa empresa. (PELIANO, 1987).

Nesse momento, faz-se necessário um parêntese: a automação microeletrônica encontra alguns empecilhos para poder ser instalada no Brasil, sendo que o maior deles é o econômico. Ora, os sistemas CAD/CAM apresentam um custo muito elevado, o qual em 1983 variava entre U\$ 100 mil e U\$ 500 mil, e os robôs variavam entre U\$ 30 mil e U\$ 100 mil, neste mesmo ano. (DIAZ apud NEDER et alli, 1988).

Problemas como o reduzido grau de difusão das novas tecnologias, e também a dificuldade dos empresários em vender os produtos já instalados, são outras situações adversas referentes à estrutura brasileira, situações, as quais, também dificultam a instalação da AM no cenário brasileiro. (DIAZ apud NEDER et alli, 1988).

Voltando as conseqüências da automação microeletrônica ao operariado, citamos:

e) a **organização do trabalho**. A AM proporciona uma desqualificação do trabalho vivo, por simplificar o trabalho e controlar a sua organização. O operário, portanto, acaba desempenhando uma atividade polivalente, superficial e desprovida da utilização da ciência do trabalhador.

De acordo com Peliano (1987), a estratégia da empresa automobilística 'A', pesquisada por ele, consistia em combinar a uniformidade e a flexibilidade produtivas. "Nestes termos, vai-se levar as fábricas da empresa à produção de carros das mesmas famílias mundiais, uniformizando a produção, e à definição de padrões e tipos diferenciados, flexibilizando a produção".(PELIANO, 1987, p. 60).

f) a **organização sindical**, no momento em que a tecnologia microeletrônica é inserida à produção, ocorrem duas conseqüências: 1ª a ameaça ao desemprego, pois essa tecnologia suprime vários postos de trabalho, 2ª um aumento da vigilância referente à conduta do trabalhador.

Essas conseqüências têm um impacto direto à organização dos trabalhadores, enfraquecendo-a. Portanto "a introdução da tecnologia microeletrônica é uma crise para o sindicato". (FALABELLA apud NEDER, et alli, 1988, p. 20).

3 inovação organizacional:

A inovação organizacional, possibilitada pelo emprego das novas tecnologias na indústria leva à flexibilização da produção e da força de trabalho para que seja garantida a uniformização da produção. "Isso implica novas concepções de engenharia produtiva, assim como de controle e planificação do processo de produção".(DIAZ, apud NEDER et alli, 1988, p. 27).

A utilização das novas tecnologias leva à padronização do trabalho, o que é valorizado pela empresa, por isso há essa tendência da substituir o trabalho vivo pelo trabalho morto. Decorrente desse quadro, o trabalho na área de montagem

na indústria automobilística – seção, anteriormente, dependente do trabalho vivo – sofreu modificações decorrentes do uso da tecnologia microeletrônica.

As respostas dos operários, referentes a esse quadro, estão divididas: de um lado encontram-se aqueles que concebem o emprego das novas tecnologias como uma conseqüência positiva à sua tarefa, uma vez que se exige menos esforço físico desses operários.

Do outro lado encontra-se o grupo de trabalhadores que concebem a utilização da tecnologia como a responsável pelo aumento da intensidade e rapidez do trabalho vivo, o que deixa esses trabalhadores subordinados à linha de produção. (PELIANO, 1987).

Isso ocorre porque antes do emprego da tecnologia microeletrônica, o trabalhador era o responsável pela realização da sua atividade no seu posto de trabalho, podendo planejar o uso do seu tempo dentro dos limites da quota de produção a ser cumprida, apesar do controle exercido sobre ela pelas praticas tayloristas-fordistas. No posto de trabalho mecanizado isso se torna inviável, porque tempo e movimento são determinados e controlados pela máquina.

E, o enxugamento de pessoal, nada mais é do que uma conseqüência imediata do processo de racionalização do trabalho, pois a técnica just in time, apoiada no sistema kanban e na formação dos CCQs, viabiliza a diminuição da força de trabalho no interior da fábrica enxuta:

Carvalho e Schimitz (1990) qualificaram melhor essa diminuição, destacando a redução substancial (entre 1980 e 1986) da parcela de trabalhadores não-especializados, notadamente pelo enxugamento do pessoal encarregado das operações de transferência e manuseio, ocorrido a partir da introdução das *transfer-lines* controladas eletronicamente e dos sistemas de estocagem automatizados. Eles documentaram, também, a importante redução do pessoal administrativo e gerencial, resultante da informatização do trabalho de escritório. Neves (1992) assinalou, a luz do estudo de caso na FIAT, que se afigurava o desaparecimento progressivo de profissões semiqualficadas (como soldadores, ponteadores e pintores), ou mesmo de algumas qualificadas (como os ferramenteiros), substituídas pelas de técnicos em programação, computação, hidráulica e eletrônica. (CASTRO, N.A., 1995, p. 36/7).

Desse modo, a introdução da tecnologia microeletrônica e a intensificação do trabalho culminaram no desemprego tecnológico; nesse sentido, as

novas linhas passaram a empregar um número reduzido de trabalhadores, em comparação às linhas convencionais, para um mesmo volume de produção. (PELIANO, 1987).

Por fim, para analisar o enxugamento de pessoal - prerrogativa da fábrica enxuta, a qual garante menos defeito, estoque, custos, emprego da força de trabalho e por outro lado, mais qualidade e variedade na produção (WOMACK, 1992) - é necessário, ir além das conseqüências imediatas, como por exemplo, o desemprego.

A constante ameaça da perda de emprego, incutida na fábrica enxuta cria um clima de competição entre os trabalhadores de maneira desenfreada na empresa, o que prejudica as relações de trabalho entre os operários, as quais, passam a ser hostis e mesquinhas, visto que eles competem para colaborar com o capital.

Esse clima interno das organizações não só é criado, como também valorizado por elas, uma vez que a competição entre os funcionários facilita a adoção desses por um comportamento proativo, transformando cada proletário em um colaborador do capital.

As relações de trabalho nas indústrias brasileiras continua-se com uma situação estrutural retrograda, ainda que na indústria automobilística radicada em São Bernardo do Campo tenha havido historicamente progressos notáveis, sejam sindicais, sejam patronais; pena que esteja restrito a algumas fábricas daquela cidade. As mudanças acenadas no panorama institucional-legal geral são mais no cunho de desregular o mercado de trabalho e, inacreditavelmente, facilitar demissões (que são praticamente livres no Brasil em comparação com os países do primeiro mundo), do que de garantir direitos de organização sindical nos locais de trabalho – neste sentido, o projeto das elites brasileiras está mais para inserção no quarto do que no primeiro mundo. (SALERNO apud ARBIX; ZILBOVICIUS, 1997, p. 519).

Desse modo, muitos operários, acuados pelo desemprego e pela flexibilização das leis trabalhistas, passam a colaborar com o capital, adotando o comportamento proativo, próprio do modo de gestão toyotistas. Nesse sentido, há uma valorização dos seguintes trabalhos:

- atividades que transformam as condições produtivas, ou seja, a área de pesquisa e desenvolvimento da fábrica;
- consultoria, marketing, recursos humanos: como os trabalhadores manuais estão – até certo ponto – sendo substituídos pelas máquinas, há a necessidade de organizar a força de trabalho restante, através das áreas acima citadas;
- trabalhos terceirizados, os quais vão desde prestação de serviços, até a atividade produtiva.

Mas, quais são os requisitos dos trabalhadores que restaram na fábrica? Ai há uma exigência controversa de qualidades e especificações, pelo fato da fábrica “valorizar” um trabalhador qualificado, quando na verdade, o que se busca é um operário flexível e polivalente.

Um exemplo disso é o fato da indústria de automóvel colocar como uma de suas exigências a poliqualificação, ou seja, o trabalhador deve conhecer um pouco de tudo, para poder operar diferentes máquinas, tapar buraco quando necessário e ao mesmo tempo conhecer nenhuma tarefa profundamente, ou melhor, não compreender o processo na sua magnitude.

Ele deve também conhecer toda a planta da empresa, igualmente para prestar manutenção aonde for preciso, a autonomia – tão endeusada nesse sistema – na verdade tem um sentido, o qual é de primar pela qualidade total do produto no seu processo de fabricação, para que não haja desperdício de matéria prima e de trabalho, além de racionalizar a produção, tornando desnecessários alguns cargos de chefia, visto que surgem equipes de auto-gestão.

A equipe dinâmica de trabalho é que emerge como o coração da fábrica enxuta. Montar essas equipes não é simples: primeiro é preciso dotar os trabalhadores de variadas qualificações: de fato, em todos os serviços de sua equipe de trabalho, permitindo a rotatividade das tarefas e substituição dos trabalhadores uns pelos outros. A seguir é preciso que adquiram qualificações adicionais: reparo de máquinas (...). É preciso, ainda, que sejam encorajados a pensarem ativamente – de fato, proativamente, de modo a encontrarem soluções antes que os problemas se tornem graves. (WOMACK, J.P., 1992, p.89).

Ou seja, com o perfil requisitado pela empresa, o próprio operário colabora para a diminuição dos seus postos de trabalho (sem, muitas vezes, perceber isso), pois cada exigência da empresa preza pelo enxugamento da força de trabalho. A tecnologia funciona, também nesse processo, como colaboradora, pois nas seções em que é empregada, ela pode substituir o trabalho humano.

Assim, os sistemas de controle de qualidade e a introdução do controle estatístico de processo eliminaram, por exemplo, 80% dos postos de trabalho em inspeção de qualidade da GM em São José dos Campos, ou 50% deles na Scania, em São Bernardo (TIE, 1992b in CASTRO, 1995, p. 36).

Ou seja, o que a indústria capitalista entende por qualificação nada mais é, pura e simplesmente, do que uma ideologia. O que na verdade é valorizado, conforme já colocado, é o trabalho produtivo. Pois, no capitalismo, “o processo de trabalho só se manifesta como meio; o processo de valorização ou a produção de mais-valia, como fim”. (MARX, 1978, p. 32).

Para os teóricos da produção enxuta há muito pouco que os trabalhadores possam fazer, uma vez que, segundo a ideologia pregada por esses teóricos, a produção enxuta pode ser introduzida em qualquer parte do mundo, sendo que, a companhia que não adotar esse sistema, esta fadada ao fracasso. (WOMACK, 1992).

Esse mesmo autor caracteriza a produção enxuta como “uma maneira superior do ser humano produzir bens”. (WOMACK, 1992, p. 221). Pois, ela qualifica o trabalhador, visto que esse tem o controle sobre o ambiente de trabalho, por isso, a capacidade dos trabalhadores solucionarem os problemas é aumentada, o que é facilitado pela própria gerência através da implantação dos CCQs na empresa.

O objetivo da gerência, na fábrica enxuta, é passar aos empregados problemas de soluções desafiadoras para testar suas habilidades, mesmo que isso não acarrete em uma promoção para um cargo superior.

Pois, o que os gerentes da fábrica enxuta passam aos seus operários, é que a capacidade de solucionar problemas complexos é o melhor progresso que podem alcançar, mesmo sem ascender na escala hierárquica. (WOMACK, 1992).

Sem dúvida, capacitar o trabalhador a solucionar diferentes problemas torna-se muito vantajoso, mas não a ele – trabalhador – e sim, ao capitalista. Portanto, a afirmação acima está comprometida pelo seu discurso ideológico, pregado pelos capitalistas, pois nada que o trabalhador precisa para viver, lhe é dado (ou seja, o salário, que lhe garante a compra dos seus meios de subsistência, não é aumentado); todavia, os recursos que possibilitam aos capitalistas obterem o que necessitam por meio do trabalho (isto é, a mais-valia) são otimizados.

Ou seja, viabiliza-se um complexo sistema de organização da produção, sem se prestar atenção no principal agente que torna essa produção possível: os trabalhadores.

Todavia, discordamos da afirmação de WOMACK (1992), visto que ela apresenta-se de forma ‘geral’. Ora, é fato que ao operariado alienado (pelo discurso burguês), acuado e desamparado na sociedade tem pouco a fazer.

Porém, não temos a certeza ‘cômoda’ de que nada pode ser feito pela classe operária, a qual, uma vez conscientizada do seu poder revolucionário – enquanto classe – como também da amplitude da exploração, a qual é submetida diariamente, poderá quebrar esse movimento descrito pelo capital, e começar a impor suas próprias regras de maneira autônoma, real e humanizadora.

O sistema JIT/ CQT envolve tanto consentimento e aquiescência, quanto engajamento e controle. Não funcionara se os trabalhadores se recusarem a participar das atividades de grupo ou assumir a responsabilidade pelo seu próprio trabalho. No entanto, ao mesmo tempo, o sistema requer um conformismo e um direcionamento de todos os esforços no sentido do cumprimento das metas empresariais. As gerências não toleram qualquer oposição ou mesmo uma postura indiferente da parte de seus operários. A maior estabilidade no emprego e a perspectiva de promoção permanecem fortemente vinculadas a dedicação total e a subordinação as metas da empresa. (HUMPHREY, J., in CASTRO, N.A. de, 1995, p. 125).

Nesse sentido, é possível observar a dependência da organização enxuta à classe operária. Tal dependência poderia funcionar como arma nas mãos dos operários, se eles estivessem conscientes das suas condições enquanto classe.

Para isso é preciso retirar o véu da indústria moderna, o qual esconde a exploração do trabalho vivo através de conceitos como qualificação, aumento da autonomia e liberdade no trabalho.

Ora, essas técnicas gerenciais organizam a utilização de novos meios de produção, inovados pela tecnologia microeletrônica. Através deles é possível efetuar a retirada de mais trabalho sobre o trabalhador. Ou seja, tal técnica empregada nas máquinas potencializa a exploração dos operários, respeitando, portanto, a lei do valor do capital.

Na realidade, toda essa utilização – fundada no *trabalho social* – da ciência, das forças naturais e dos produtos do trabalho em grandes quantidades, não surge ante o trabalho senão como *meios de exploração* do trabalho, como meios de apropriar-se do trabalho excedente, e, portanto, como *forças* pertencentes ao capital. O capital, naturalmente, só utiliza esses meios para explorar o trabalho; mas para explorá-lo tem que aplicá-los à produção. E, desse modo, o desenvolvimento das forças produtivas *sociais* do trabalho e as condições desse desenvolvimento apresentam-se como *obra do capital*, ante as quais não só o operário individual se conduz passivamente, mas que agem em oposição a ele. (MARX, K., 1978, p.87).

Por ele, e para ele – capital – é montado, então, um aparato produtivo à medida que se incute ideologia internacional, com gerenciamento específico, o qual respeita formas de vender e comprar, trazendo, para isso, uma série de nomenclatura estrangeira.

Enfim... Constrói-se um edifício sem providenciar, primeiramente, seu alicerce, uma vez que, o contexto brasileiro é totalmente diferente do japonês: outra cultura, outra economia, outras necessidades e objetivos. O que parece ter sido feito então é um encaixe forçado de técnicas e métodos produtivos, aos quais espera-se que o trabalhador também se encaixe.

Porém, o Brasil apresenta vários entraves à viabilização dessas técnicas, entre eles – e o mais importante – encontra-se a carência educacional dos trabalhadores.

Esse fator compromete a viabilização do novo modelo de gestão, visto que as exigências ao operariado dizem respeito a uma autonomia para resolução dos problemas no setor, (às vezes, para isso, faz-se necessário realizar

cálculos, por exemplo). “Não se trata, apenas, de mais treinamento técnico, mas efetivamente de educação em sentido lato, a carência de mão de obra brasileira”. (WOMACK, 1992, p. 331).

E essa carência de educação não apenas dificulta a aprendizagem das práticas produtivas, como também impede o trabalhador de tomar consciência de sua posição como ser humano, como homem, o qual ao invés de humanizar-se diariamente, acaba por sucatear corpo e mente na linha de produção por falta de uma educação política e social que o capacite a reivindicar seus direitos:

O trabalhador não tem consciência, por exemplo, da ideologia a qual é submetido cotidianamente, pois tampouco consegue concatenar a amplitude de como é controversa a realidade das relações do trabalho.

Ora, um sistema que prega a qualificação de seus funcionários, a polivalência de funções, a não separação de trabalho mental do trabalho manual, a autonomia dos seus funcionários e estabilidade do emprego, parece destoar da realidade da qual faz parte: funcionários desqualificados – os quais, muitas vezes, nem compreendem o processo total de produção no qual estão inseridos.

Tal paradoxo da produção enxuta é, também, o motor para que ela funcione, pois com a diminuição do salário faz-se necessária uma carga ideológica que motive os trabalhadores a sua atividade. (WOLFF, 2004).

Além disso, essa carga ideológica é útil, também, por camuflar o lado negativo trazido pelas práticas toyotistas. A flexibilidade, por exemplo, é uma prática concreta de muitas indústrias brasileiras, principalmente do setor automobilístico, o que acarreta em diversas perdas à classe operária.

Uma característica notável das relações trabalhistas brasileiras é a grande flexibilidade que as empresas gozam na contratação, dispensa e remanejamento dos trabalhadores, usando as práticas sociais existentes e legislações e acordos trabalhistas (...). A Autolatina utiliza outras práticas, como hora extra, compensação compulsória dos feriados, transferência de trabalhadores entre as linhas de montagem e até mesmo entre as fábricas e turno noturno, quando necessário. Essas práticas se relacionam diretamente com a flexibilidade de volume, de limite e flexibilidade de *mix*. (SALERNO apud CASTRO, N.A., 1995, p. 211).

Não, apenas, a flexibilização, como todas as práticas gerenciais de produção enxuta colaboram na criação de uma extrema dependência do trabalhador

ao capital. Dependência, a qual, é, na verdade, uma defesa do próprio capital, visto que a produção enxuta, apenas pode suportar um número reduzido de rupturas, pois “a ruptura pode espalhar-se rapidamente, afetando áreas de produção mais amplas”. (HUMPHREY apud CASTRO, 1995, p. 120).

As gerências desenvolveram formas de superar a dependência manifesta pela nova organização da produção – sem estoques e em fluxo contínuo – em face do desempenho e cooperação ativa dos trabalhadores. A reversão dessa dependência teria como mecanismos principais tanto as estratégias de harmonização de interesses entre firma e empregados (notadamente via benefícios extra-salariais), quanto o uso dos sistemas de avaliação e de promoção, como forma de controle sobre os trabalhos individuais. (OLIVER E WILKINSON in CASTRO, N.A., 1995, p. 27).

Nesse sentido, qual trabalhador permanece na empresa? De acordo com Marx (1978) permanece na empresa o trabalhador produtivo, pelo “seu caráter de elemento criador de valor de troca (mais-valia)”. (MARX, 1978, p. 75).

Portanto, é o trabalhador produtivo, fonte de valorização do capital que permanece na empresa enxuta, por isso se automatiza, se suprime aquele trabalho vivo, o qual mesmo sendo necessário à produção é carente de valor para a produção capitalista. O capital, então, o substitui, utilizando a tecnologia microeletrônica, conforme exposto. Pois a ele, capital “só é necessária a quantidade de homem lucrativa (profitable) para o capital”. (MARX, 1978, p. 81).

Quanto ao mais, a tese do *produto líquido* como fim último e supremo da produção não é mais do que a expressão brutal, mas correta, de que a alma que move a produção capitalista é a *valorização do capital*, e, portanto, a criação da mais-valia, sem a menor consideração pelo trabalhador. (MARX, K., 1978, p. 83).

3.3 O REVERSO DA MOEDA: EFEITOS DO NÃO-TRABALHO SOBRE O INDIVÍDUO

Conforme já colocado, o modo capitalista de produção cria e recria as condições para que a sua existência seja garantida. Em razão disso, atualmente as

fábricas capitalistas procuram tornarem-se enxutas, dispensando funcionários, reduzindo estoques e espaço físico.

As conseqüências desse processo apenas são vantajosas ao capitalista, pois os operários quando não são desempregados, trabalham sob condições desfavoráveis à sua classe, visto que não estão protegidos nem pelo sindicato e, tampouco, pelo Estado, o qual regulamenta e apóia a flexibilização.

Ou seja, esse processo aperfeiçoou o intento do capital, pois nos anos setenta ele entrou em crise e precisou recriar suas condições de existência, porém tal crise estende-se até os dias de hoje, e com isso crescem as tensões acerca da manutenção do sistema capitalista.

Assim, de acordo com Dejourns (1999) há uma guerra econômica instalada, onde o que está em jogo é a sobrevivência das nações e de empresas, através de planos econômicos, políticos e sociais, deixando as piores conseqüências a cargo dos trabalhadores.

É em nome dessa concorrência empresarial que a classe capitalista utiliza os métodos cruéis contra a classe proletária, para “excluir os que não estão aptos a combater nessa guerra (os velhos que perderam agilidade, os jovens mal preparados, os vacilantes)”. (DEJOURS, 2001, p. 13). Pois esses trabalhadores são demitidos da empresa, à medida que aqueles que estão aptos para a batalha, são exigidos “desempenhos sempre superiores em termos de produtividade, de disponibilidade, de disciplina e de abnegação”. (DEJOURS, 2001, p. 13).

Nesta guerra econômica, portanto, a grande perdedora é a classe operária, a qual assistiu a perda de seus direitos trabalhistas enquanto lutava pelo seu sustento diário. E isso não é fruto de um quadro de resignação por parte dos trabalhadores, e sim de miséria causada pela dinâmica capitalista.

Tal perda de direitos, viabilizada pela ‘flexibilização das leis trabalhistas’ proporciona um capitalismo ágil, contemporâneo e também flexível. Em prol dessa rapidez é que se exigem, nas fábricas, trabalhadores ágeis, os quais estejam prontos para possíveis mudanças no cenário produtivo, conforme afirma Sennett (2000).

Ou seja, há uma camada de trabalhadores que estão ocupados, mas não empregados, pois os contratos de trabalho foram inovados para que os trabalhadores pudessem ficar menos tempo na empresa, mas, ao mesmo tempo, renderem mais, além de custarem menos no fechamento de contas da companhia.

É possível afirmar, portanto, que esse grupo que trabalha, não tem um emprego, e sim um subemprego. Porém, eles não são os únicos prejudicados, há também os trabalhadores que perderam seus postos de trabalho para máquinas e estão desempregados.

Existe, ainda, um outro grupo: os aposentados, os quais cumpriram sua função por muitos anos e estão fora do cenário produtivo, mas que, muitas vezes não perderam aquele vínculo com o trabalho, seja formalmente (perpetuando sua atividade de trabalho em alguma instituição) seja informalmente (sofrendo psicologicamente com sua nova condição).

Este tópico propõe-se a analisar o papel que o trabalho desempenha na vida do trabalhador, e como o capitalismo corrompe essa atividade, uma vez que ele, capital, somente, visa a sua própria manutenção, e para isso não se acanha em sucatear a classe que é a grande colaboradora do seu intento, ou seja, a classe operária.

A importância dessa análise consiste no fato de que são esses trabalhadores periféricos, ou mesmo, desempregados que sustentam – ainda que desprovidos de vontade própria – a exploração do trabalho vivo na empresa. Pois esses trabalhadores formam um quadro que serve de recurso visual que permite coagir o trabalhador pelo medo da perda do emprego.

3.3.1 A questão do desemprego

Como, atualmente, o índice de desemprego no Brasil vem aumentando de modo significativo, a discussão a respeito dessa problemática faz-se importante, uma vez que possibilita uma possível reflexão sobre a gravidade desse problema, bem como das possíveis medidas que deverão ser tomadas, não por vontade dos dirigentes, mas sim, como fruto de contestações por uma (grande) parcela da população que sofre (a classe trabalhadora), para deleite do capital.

Tal sofrimento é sentido pela classe operária porque há uma perda no vínculo do trabalhador com seu emprego. E tal vínculo, por mais que esteja corrompido pelo capital, ainda é importante à saúde psíquica dos trabalhadores,

uma vez que o insere ao seu grupo social – ou seja, à sociedade – como também ao clã familiar, acabando por vinculá-lo, intimamente, à realidade. (FREUD, 1996).

Ou seja, além do substrato material que é perdido por conta do desemprego – visto que o trabalhador fica privado do salário e com isso não pode sustentar nem a si e nem a sua família – há também a perda subjetiva, com o desgaste psíquico causado pelas privações e inseguranças, as quais o trabalhador é exposto, e que deve enfrentar.

Esse quadro acaba por culminar num sentimento crescente de exclusão, sentido pelo trabalhador desempregado. Porém, eles não estão ‘fora’ do sistema, ao contrário: os desempregados desempenham um importante papel no cenário produtivo contemporâneo, uma vez que eles são colaboradores (involuntários) de toda a exploração agravada pelo sistema capitalista àqueles que trabalham.

Ora, os trabalhadores desempregados aumentam o exército de reserva, acirrando a concorrência no mercado de trabalho, contribuindo para rebaixar os salários e criando (e cultivando – à medida que continuam desempregados) com isso, o temor nos trabalhadores empregados, pelo fato desses também poderem ser excluídos um dia. Por isso, esses trabalhadores, participantes do processo produtivo, resignam-se e trabalham mediante a exploração cotidiana a que são expostos.

Assim, o capital acaba por criar condições para aumentar seu lucro às custas dos trabalhadores, pois, uma vez explorados por esse atual cenário produtivo (trabalhando mais tempo, com mais rapidez, de modo polivalente e com salário baixo) ele retorna ao capitalista, um aumento da mais-valia relativa e absoluta.

O capital regula, conforme suas necessidades de exploração, essa produção da força de trabalho, a produção da massa humana que ele irá explorar. O capital, então, não produz apenas capital; produz massa operária crescente, a única matéria por meio da qual pode funcionar como capital adicional. (MARX, K., 1978, p. 91).

Outra consequência do desemprego afirmada por Friedmann (1972) e Dejours (1999), diz respeito à saúde mental do trabalhador. Ou seja, o

desemprego pode ser sentido pelo trabalhador como uma falta. A falta de desempenhar uma função, que tem por objetivo humanizá-lo.

Mesmo que essa função esteja corrompida pelo sistema capitalista, o capital não tem o poder de subverter essa categoria por completo, visto que esse sistema de produção é histórico, e pode ser que se finde, como também, ele tem suas limitações, isto é, 'brechas', as quais possibilitam um verdadeiro prazer no trabalho sentido pelo trabalhador. Assim, o desemprego ataca "os alicerces da identidade" (DEJOURS, 1999, p. 19) do trabalhador. Nas palavras deste autor:

O trabalho tem efeitos poderosos sobre o sofrimento psíquico. Ou bem contribui para agravá-lo, levando progressivamente o indivíduo a loucura, ou bem contribui para transformá-lo, ou mesmo subvertê-lo, em prazer, a tal ponto que, em certas situações o indivíduo que trabalha preserva mais sua saúde do que aquele que não trabalha. (DEJOURS, C., 1999, p. 21).

Os trabalhadores, muitas vezes por estarem alienados do seu trabalho – por condições impostas pelo próprio modo de produção capitalista – não percebem o verdadeiro valor que a categoria trabalho representa, visto que é uma atividade, a qual faz do homem um criador, por assim dizer *homo faber*.

A esse respeito Friedmann (1972) relata um comentário de um desempregado em sua obra *Trabalho em Migalhas*: "não teria imaginado que a paz do meu lar e a minha autoridade dependessem de meu trabalho. E aí está, o trabalho é, muito simplesmente, aquilo que comanda toda nossa vida". (FRIEDMANN, 1972, p. 193).

Ainda de acordo com esse autor, a privação do emprego acarreta mudanças na vida diária do trabalhador, pois sua rotina e padrão de vida são modificados. Ou seja, a satisfação das necessidades do grupo familiar é prejudicada, e isso gera um conflito na família, criando no desempregado, muitas vezes, um sentimento de inferioridade diante de seus filhos e cônjuge. O que pode culminar num quadro de depressão.

3.3.2 A questão do sub-emprego

Subemprego é uma designação referente a um vínculo empregatício precário, o qual viabilizou-se através dos contratos de trabalho flexibilizados.

Essa ênfase na flexibilidade, conforme pontua Sennett (2000) gera conseqüências profundas ao significado da categoria trabalho, abalando as relações sociais de produção, visto que o trabalhador se desvia da estrada retilínea da carreira.

Esse trabalhador passa, então, a vagar de uma empresa a outra, obedecendo a um contrato temporário, o qual vai retirando do trabalhador sua autonomia, seu saber perante o funcionamento de um referido sistema de produção, como também, disvincula-o de outros homens, com os quais compartilhava as atividades diárias.

Assim, de acordo com Sennett (2000), aqueles valores que apenas são passados em longo prazo, como confiança, lealdade e compromisso mútuo, acabam por perderem-se entre os homens, pois o capitalismo flexível não permite que relações entre pessoas sejam estabelecidas por muito tempo, visto que ele desloca o trabalhador de fábrica em fábrica, e tal medida, conseqüentemente, leva as famílias a mudarem seu contexto físico, seu grupo de amigos e sua própria rotina.

Esse processo constante de mudanças é decorrente da própria estrutura da empresa capitalista moderna. Estrutura, a qual, não respeita mais o modelo piramidal, e todo o contexto de tal modelo, que prezava a fixação nos postos de trabalho e cargos hierárquicos.

O discurso empresarial atual preza a flexibilidade: por isso assiste-se a uma flexibilização nas leis trabalhistas e na produção, pois com isso a empresa ganha rapidez no processo produtivo, aumentando também a qualidade dos seus produtos.

Para colaborar com a agilidade requerida pelo sistema capitalista, a gerência dirige a empresa numa estrutura de redes. E como “a rede redefine constantemente sua estrutura” (SENNETT, 2000, p.23), o trabalhador pode ser substituído fácil e rapidamente, pois há um substrato maquínico que viabiliza esse intento. “Essas mudanças de organização da produção, acabam por refletir num

quadro de ansiedade por parte do trabalhador, pois eles não sabem que riscos serão compensados, que caminhos seguir” (SENNETT, 2000, p. 09).

Portanto, o trabalhador perde a autonomia, não só do seu processo produtivo (conforme vinha acontecendo devido à tecnologia empregada pela maquinaria) como também perde a autoria de sua própria vida, pois agora ele tornou-se joguete de um processo gerencial, cujas práticas ele (trabalhador) nem mesmo entende, visto que tal gestão encontra-se inserida em um sistema produtivo que é criador de ilusões e sentidos vagos.

A ideologia burguesa reina soberana na fábrica enxuta, deixando a classe trabalhadora – motor de toda produção capitalista – coagida por práticas de trabalho que retiram todo o saber e habilidade do operário.

As perdas causadas pelo subemprego, então, vão além do cenário produtivo, ou seja, da fábrica, pois a falta de autonomia para gerenciar o trabalho e a vida, acaba por desembocar num prejuízo no relacionamento familiar, Sennett (2000). Nas palavras desse autor:

Por mais prósperos que estejam, no auge mesmo do casal adaptado, um apoiando o outro marido e mulher muitas vezes receiam estar a ponto de perder o controle de suas vidas. Esse medo está embutido em suas histórias de trabalho. (SENNETT, R., 2000, p. 18).

Ou seja, como não perder o caráter verdadeiro das relações familiares torna-se um problema a ser resolvido pelo trabalhador sub-empregado, pois seu espírito flexível, apto às mudanças de curto prazo, sabota sua própria personalidade, acabando por corromper sua subjetividade, ou, conforme afirma Sennett (2000): corroer o seu caráter.

É como se o capitalismo moderno causasse uma embriaguez nos sentidos dos trabalhadores, fazendo deles, espelhos das prerrogativas exigidas por aquele sistema. Um exemplo disso é a análise do caráter ideológico sobre o perfil do trabalhador que é requerido pela empresa capitalista:

Ora, a indústria automobilística contemporânea parece requerer para sua equipe, um profissional que tenha a capacidade de enfrentar os riscos, sendo flexível e dinâmico, e que, além disso, seja sociável. Por fim, é necessário que esse profissional vista a camisa da empresa.

A ideologia dessas prerrogativas reside no fato de que esse perfil não é adequado ao trabalhador, e sim, ao capitalista. A empresa passa uma imagem do profissional moderno, o qual encontra-se feliz por desempenhar sua função diária, atento às mudanças contemporâneas, rodeado de amigos de trabalho.

Mas, uma vez analisado esse quadro com mais atenção, percebe-se o logro de tais discursos. Pois, tais atributos, valorizados pela empresa, têm o intento de capacitar às práticas exploratórias dentro da fábrica.

Assim, as capacidades de mudança e enfrentamento de riscos podem ser entendidas de modo mais claro, quando se observa uma permuta desenfreada dos postos de trabalho com o intento de diminuí-los e aumentar a produtividade. Aumentando, portanto, a carga de trabalho desempenhada pelo trabalhador, sem aumentar o seu salário.

A flexibilidade do trabalhador, outro quesito valorizado pelo capital, também é muito útil à empresa (e somente a ela). Visto que, à medida que o trabalhador aceita um quadro de horário flexível sua vida social e familiar é prejudicada, pois tal quadro regulamenta o trabalho por turnos, em finais de semana e feriados.

E também a sociabilidade dos operários na fábrica automobilística é prejudicada, pois as equipes de trabalho, oriundas da organização gerencial da fábrica enxuta, não são fixas.

Ou seja, aquele quadro de amigos, na verdade, não passa de uma ilusão, pois não só é difícil fazer e manter amigos de trabalho dentro na empresa (porque as equipes são transitórias) como também, o espírito competitivo da empresa capitalista prejudica sentimentos sinceros de amizade: relação que requer sentimentos de lealdade, e cumplicidade, os quais não condizem com o verdadeiro 'espírito' organizacional.

Então, na realidade, o melhor trabalhador é aquele que coloca sua vida familiar e social em segundo plano e assume as mudanças e riscos impostos pela empresa.

Neste sentido, o trabalhador ideal para o capitalista, é aquele que não apenas veste a camisa da empresa, como também retira a sua própria veste – a qual foi tecida, com recortes da sua própria vida, formando uma estampa singular, única, própria: sua – mas que agora, enquanto camisa com logotipo empresarial,

passa a ser homogênea, acabando por tornar o próprio trabalhador homogêneo, assim como seu trabalho o é.

Deste modo, o excesso de determinações impostas pela empresa capitalistas, e requeridos pelo capital, tais como: agilidades, facilidades no desenvolvimento do trabalho e autonomia, nada mais são do que uma fantasia criada pelo próprio sistema para que ele sobreviva ao longo do tempo.

A esse respeito Sennett (2000) afirma:

Da mesma maneira, as pessoas podem sofrer de superficialidade ao tentar ler o mundo em torno delas e a si mesmas. As imagens de uma sociedade sem classes, com uma maneira comum de falar, vestir e ver, também podem servir para esconder diferenças mais profundas; numa determinada superfície, todos parecem estar num plano igual, mas abrir a superfície pode exigir um código que as pessoas não tem. E se o que elas sabem sobre si mesmas é fácil e imediato, talvez seja demasiado pouco. (SENNETT, R., 2000, p. 88).

3.3.3 A questão dos Aposentados

A aposentadoria engendra questões sociais e políticas, as quais acabam por definir os destinos de uma etapa da vida dos trabalhadores que colaboraram com o sistema capitalista, pois doaram uma boa parte do tempo de vida enquanto trabalhavam.

Em tese, após um longo tempo trabalhado, o trabalhador, uma vez aposentado, usufruiria o seu direito, enquanto cidadão, da aposentadoria. Porém, tal direito, na maioria das vezes não é desfrutado tranquilamente. Ora, é fato que no Brasil muitos problemas acerca da aposentadoria existem e acabam por repercutir no bolso do aposentado.

Mas não é somente em decorrência de fatores materiais que os trabalhadores sofrem com sua condição de aposentado. Há também, o sofrimento psíquico sentido por aqueles que passaram muito tempo desempenhando sua função e que, numa etapa da vida, são coagidos a interrompê-la, mesmo, muitas vezes não desejando fazê-lo.

A esse respeito, Friedamn (1972), afirma:

Não são raros os operários e operárias, privados de suas tarefas rudes, difíceis, fatigantes, pela doença ou velhice, que fora mesmo da motivação do salário e da camaradagem de trabalho, tem saudade delas e são atraídos para os lugares passados de uma atividade, onde, não obstante, tantas, más recordações poderiam ressurgir. (FRIEDMANN, G., 1972, p. 191).

Um fato que, possivelmente, colabora para o agravamento desse sentimento saudosista da condição de trabalhador atuante é a maneira como encara-se a aposentadoria, visto que muitas pessoas a percebem como uma não-aptidão instalada em decorrência da idade do trabalhador.

Ou seja, não é agradável ao trabalhador tomar consciência de sua 'inutilidade social' a qual não emergia enquanto o trabalhador continuava desempenhando a sua atividade ao longo dos anos. (FRIEDMANN, 1972).

O aposentado, então, acaba por apresentar um quadro de embotamento por causa de reflexões preconceituosas a respeito da sua idade e as conseqüências dela. Por isso, Friedmann (1972) discorre acerca do índice de mortalidade entre os aposentados:

A mortalidade anormalmente elevada no ano seguinte a cessação de toda a atividade profissional ilustra de maneira muito nítida a força do choque psicológico, correspondente a um dos grandes "ritos de passagem" da existência humana, que é constituído pela brusca supressão da atividade de trabalho no fim da carreira. (FRIEDMANN, G., 1972, p. 195).

Portanto, esse quadro parece carecer de medidas governamentais, as quais, permitam ao aposentado uma certa autonomia para decidir sobre sua própria condição enquanto trabalhador, mesmo depois de aposentado.

Tal medida, no Brasil, não é simples, visto que o índice de desemprego no país apresenta altas taxas, além de que (em decorrência da elevação da qualidade de vida e inovações na área médica) há um aumento no índice das pessoas na faixa etária de sessenta a oitenta anos, em média.

Essa presente discussão, na verdade, é apenas um apontamento acerca da situação daqueles trabalhadores que não estão exercendo a sua função. Sabemos que apresentar a questão do aposentado brasileiro vai muito além dos limites colocados na presente pesquisa. Por isso, deixaremos tal discussão para um próximo trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tenho medo do vazio. Do vazio do tempo,
do relógio lento, do vazio de conversas
que não querem saber de falar,
do vazio da falta de pessoas.
Mas o vazio que mais me dá medo
É o vazio da alma.
(Marie)

A indústria automobilística brasileira contemporânea utiliza as técnicas gerenciais da fábrica enxuta para organizar a produção a fim de garantir sua sobrevivência em um mercado globalizado. Mercado, no qual a concorrência exige qualidade total dos produtos.

Esse novo 'modelo' da fábrica contemporânea é viabilizado pela tecnologia microeletrônica, pois, graças a esse recurso é possível suprimir cargos hierárquicos (os quais vigiavam o trabalho dos operários: a qualidade e o tempo referentes a sua atividade) bem como intensificar as tarefas desempenhadas pelos operários. Ou seja, a tecnologia permite um novo modo de gestão empresarial, pois revoluciona a produção em benefício do capital.

Portanto, pensamos que as técnicas gerenciais desta indústria não rompem de fato com os modelos anteriores. Ora, apesar do toyotismo caracterizar-se como uma técnica revolucionária, percebe-se que a velocidade com que o trabalho é realizado continua sendo um fator importante, pois ela garante a valorização do capital, tal como no fordismo e ainda no taylorismo.

As particularidades do toyotismo, porém, caracterizam-se em desenvolver, conforme exposto, o comportamento proativo nos seus funcionários. Para que assim seja possível viabilizar o intento da fábrica enxuta que é fabricar mais produtos, com mais qualidade, utilizando, para isso, um número reduzido de estoques e de funcionários.

Nesse sentido, o toyotismo, promove uma inovação nas técnicas utilizadas pelo departamento de recursos humanos, pois, mesmo que essa técnica gerencial promova a intensificação continua no ritmo de trabalho do proletariado, a

gerência trata de passar a impressão de que está priorizando uma melhoria nas condições de trabalho dos seus funcionários. (Silva, 2001).

Portanto a carga ideológica passada aos trabalhadores da fábrica enxuta é o diferencial do toyotismo. Nesse sentido, a tecnologia microeletrônica e todas as modificações que ela engendra na cadeia produtiva são vistas como facilitadoras do trabalho operário, pois elas são transmitidas pela gerência como um benefício à classe operária.

Porém, mesmo que a tecnologia microeletrônica substitua os trabalhos que reservam riscos aos trabalhadores, ela não é empregada com esse intento pelos capitalistas. A sua função caracteriza-se em poder extrair uma quantia de mais-valia do trabalho vivo. Por isso, ela suprime alguns postos de trabalho e também intensifica as tarefas desempenhadas pelos operários, além de controlarem a produção.

Assim, a maquinaria de base microeletrônica empregada na indústria automobilística brasileira garante:

1. Velocidade na execução das tarefas;
2. Intensificação na execução das tarefas (isto é, diminuição de hiatos entre operações sucessivas);
3. Precisão, previsibilidade e qualidade máximas nas transformações a serem efetuadas no objeto de trabalho;
4. Continuidade na produção (isto é, eliminação de emperramentos, engarrafamentos, riscos de interrupção do processo);
5. Trabalho barato e funções de trabalho tais que o trabalhador seja facilmente substituível (isto é, minimizar a dependência de habilidades e qualificações específicas e escassas).

Estas características atendem as demandas do capital no momento em que entram em sintonia com as técnicas organizacionais de produção utilizadas atualmente, como por exemplo: a flexibilidade, polivalência, envolvimento e participação do trabalhador. São essas técnicas organizadoras da produção que

tornam as habilidades operárias, traços superficiais do trabalhador.

A produção capitalista não é somente reprodução da relação: é sua reprodução em escala sempre crescente; e na mesma medida em que, com o modo de produção capitalista, se desenvolve a força produtiva social do trabalho, cresce também a riqueza acumulada em oposição ao operário, como riqueza que o domina, como capital; estende-se frente a ele o mundo da riqueza como mundo alheio e que o domina, e na mesma proporção que se desenvolvem, por oposição, sua pobreza, indigência e sujeição subjetivas. Seu esvaziamento e essa abundância se correspondem e andam a par. Ao mesmo tempo, cresce a massa desses meios de produção vivos do capital: o *proletário* trabalhador. (MARX, K., 1978, p. 92).

O conjunto de práticas exercidas pela fábrica enxuta (que combina a utilização da tecnologia microeletrônica com a organização toyotista) permite que o trabalhador seja facilmente substituído, pois como ele pode operar várias máquinas e estar em diferentes setores da fábrica, conforme as necessidades da produção, este trabalhador passa a não ter um lugar específico, onde suas habilidades e especificidades o determinam e o diferenciam.

Neste sentido, o operário não passa, na fábrica contemporânea, muitas vezes, de um simples ‘tapa buraco’, o qual pode realizar várias atividades dentro da empresa, mesmo sem aprender o processo produtivo completamente. Seu trabalho, portanto, caracteriza-se como uma simples atividade ditada pela máquina, a qual já tratou de nivelar o trabalho operário.

Assim materializadas ou reificadas, a criatividade e o saber do trabalhador são metamorfoseados em trabalho morto e tornam-se posses da empresa. Isso permite às organizações transformarem, a partir dessa apropriação, o conhecimento tácito em trabalho morto que, uma vez cristalizado nos computadores, aperfeiçoa a produtividade e qualidade da empresa. (WOLFF, 2004).

Nesse sentido, os possíveis lugares ocupados pelos trabalhadores nas fábricas são as lacunas deixadas pelas máquinas, situação que coloca o trabalhador como um mero vigia ou um ser robotizado que age, sente e troca informações superficialmente. (GUATTARI, 1986).

Porém, pensamos que o trabalhador continua sendo mais complexo do que engrenagens justapostas, pois ele tem a capacidade de refletir, e é refletindo sobre o seu cotidiano e conscientizando-se da magnitude da situação exploratória

que é exposto diariamente, que pode se tornar um ser desalienado, permitindo-se entrar em contato com a sua consciência de classe.

Consciência, a qual tem por especificidade fazer de cada trabalhador um 'estranho único': situação que está na direção oposta às prerrogativas do capital. "A produção, modo capitalista sintetizado nos modelos gerenciais, tenta uniformizar o trabalhador, mas as diferenças entre eles aparecem na própria linha de montagem". (SZNELWAR; MASCIA apud ARBIX; ZILBOVICIUS, 1997, p. 97).

Deste modo, pensamos que a maneira pela qual é possível alcançar sua própria subjetividade (e não aquela vendida – e pervertida – pelo capital) é a conscientização acerca da exploração que o proletariado é sujeitado, uma vez que ele fica expropriado do seu produto de fabricação, do seu saber tácito e também da sua própria consciência: fato que caracteriza um processo de esquizofrenização social.

Acreditamos, portanto, que mesmo havendo questões determinantes no modo de viver de um grupo: como espaço físico, questões financeiras, religião, e, sobretudo um modo de produção (como foi elucidado no presente trabalho), é possível gerar uma forma de singularização, uma ruptura de conduta.

Tal procedimento pode ser realizado através da conscientização da classe operária quanto ao espaço ocupado por ela na sociedade capitalista. E, cremos que essa conscientização é alcançada por meio de discussões através de um partido político comprometido, verdadeiramente, com o social. Partido, o qual, tenha por objetivo promover a igualdade social, rompendo com as especulações e perversões capitalistas.

Apenas quando os trabalhadores estiverem desalienados e este modo de produção, portanto, estiver banido que o trabalho, a arte, as relações sociais serão resgatadas, pois não terão um sentido 'mercadológico', mas sim real. Desta forma, promoverão mudanças na classe proletária, e essa também mudarão todo seu redor, através de sua atividade. E, só então, farão história de forma consciente. Nas palavras de Teixeira Filho (1993):

O que dura não são os modos de existência e objetos, mas sim a própria singularização enquanto repetição diferenciadora, na qual se produzem novos modos de existência (territórios existenciais), objetos (obras de arte, por exemplo), etc. (TEIXEIRA FILHO, F. S., 1993, p.56).

A presente pesquisa, desse modo, coloca como condição para o resgate da subjetividade do trabalhador, o fato do trabalho ser uma atividade transformadora. Ou seja, que transforme o trabalhador e a natureza que é trabalhada por ele.

Todavia, para que isso ocorra faz-se necessário romper com a propriedade privada, pois enquanto relação social, ela tem como pressuposto a exploração e a conseqüente alienação da classe proletária.

O que deve ser combatido, portanto, é o próprio capitalismo, para que a subjetividade do trabalhador não encontre barreiras políticas e econômicas que possam pervertê-la a serviço do capital. Nas palavras de Sève (1989, p. 67): “A sociedade sem classes pode ser mais individual que qualquer outra antes dela”.

A libertação do trabalhador depende do rompimento do capitalismo, uma vez que tal modo de produção define a consciência humana a favor do capital, pois ele, capital, perverte os atos pelos quais o homem deveria fazer história de modo consciente. Assim, o capital determina todo o funcionamento da sociedade, que, por isso, é capitalista. Ora:

Na produção social de suas vidas, os homens entram em relações definidas que são relações de produção indispensáveis e independentes de sua vontade. O resultado total dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, o fundamento real sobre o qual se ergue uma superestrutura legal e política e a qual correspondem formas definidas de consciência social. (Marx, 1959 *Preface*, p. 503 apud Molina, 1980, p. 296).

Essas relações sociais entre as classes capitalista e proletária acabam, no capitalismo, determinando o elo social. Nesse sistema de produção as pessoas entram em contato umas com as outras de acordo com suas necessidades no mercado.

Os indivíduos (capitalistas e proletários) estão determinados socialmente, em decorrência de ‘seu valor econômico’ que os insere em uma classe social. Assim sendo, esses indivíduos são, meramente, personificações de seu quantum econômico, os quais dependem desse quantum para sobreviver nesta sociedade baseada na troca:

Dessa forma, o dinheiro, a mercadoria, os meios de produção e os meios de subsistência defrontam-se com a força de trabalho como se fossem poderes autônomos personificados em seus proprietários. Assim, as condições materiais caracterizam-se “como fetiches dotados de vontade e alma próprias; e, ainda (...) as mercadorias figuram como compradoras de pessoas”.(MARX, 1978, p.34).

Os indivíduos (capitalistas e proletários), então, aparecem apenas como “personagens econômicos” (MARX, 1983, p.147), confrontando-se mutuamente como compradores/ vendedores, capitalistas/ trabalhador assalariado, etc., isto é, de acordo com determinações econômicas definidas, pois pertencem a relações sociais definidas, e expressas em categorias econômicas.

Assim, não é surpreendente conceber que o capitalista é “meramente o capital personificado e funciona no processo de produção unicamente como o agente do capital” (Marx, 1983, p. 819).

Ora, se o processo de produção inclui a produção e a circulação como funções do capital, então esse processo necessita de representantes dessas funções, ou seja, os agentes de produção e circulação. (Molina, 1980). Ou seja, os indivíduos são determinados pelas necessidades do capitalismo.

Desse modo, podemos observar que Marx não prioriza, nem mesmo cuida da categoria indivíduo, pois este é determinado pela sua situação social de classe. Em ‘O Capital’, ele aponta a diferença entre os indivíduos “*apenas na medida em que são personificações de categorias econômicas*”. (MARX, *Capital I*, p. 21; in MOLINA, 1980, p. 298).

Na sua perspectiva, no capitalismo praticamente não há espaços e nem elementos que permitam os seres humanos colocarem-se no mundo como indivíduos, já que a sua subjetividade está comprometida por tal modo de produção. Assim, a dinâmica das relações produtivas no capitalismo implica na extinção da subjetividade, na perda de consciência das classes capitalista e proletária. (MOLINA, 1980).

As relações capitalistas implicam uma *indiferença* específica para com a particularidade e a individualidade “naturais” de seus elementos. Não é apenas a troca de mercadorias que implica isto, mas também o caráter “abstrato” do trabalho, o conceito de dinheiro, e ainda o conceito de capital. (MOLINA, V, 1980, p. 299).

Há, consoante esse ponto, uma controvérsia: um modo de produção, que impõe a liberdade e igualdade entre os homens como condição da vida, age, no entanto, aprisionando esses dois valores através da transmissão de ideologias, uma vez que as idéias que prevalecem nessa sociedade representam, na realidade, interesses da classe dominante: a burguesia. Classe que necessita explorar o proletariado para que seu objetivo, enquanto capital personificado, concretize-se por meio do trabalho vivo.

Portanto, valores como liberdade e igualdade são veiculados apenas no momento em que favorecem a classe burguesa (e assim o capital), ou seja, na esfera do consumo. Assim, a classe proletária assimila esses princípios ideológica e superficialmente, perdendo desse modo a sua capacidade de reflexão e de crítica a respeito da própria vida.

Ou seja, a sociedade capitalista apresenta a vida social de uma maneira irreal, sobretudo, falsa. Ela exprime o mundo, mas de modo ilusório, fazendo com que a consciência que elaboramos a seu respeito seja normalmente falsa.

Assim, os homens apreendem o mundo, mas não tal como ele é, e sim de modo deformado, pervertido, pois se apresenta, no capitalismo, como um valor econômico. E esse fato transforma todo o sentido da compreensão humana.

A consciência de classe da burguesa, mesmo que possa refletir o mais claramente possível todos os problemas da organização desta dominação, da revolução capitalista e da sua penetração no conjunto da produção, tem necessariamente que se obscurecer a partir do momento em que, mesmo no interior da experiência da burguesia, surjam problemas cuja solução esta para além da sociedade burguesa. (LUKÁCS, G., 1974, p. 68).

É por isso que Marx salienta a importância da desalienação social, pois sem ela não é possível obter uma compreensão totalizadora e crítica acerca do funcionamento da sociedade. E essa ausência da percepção acerca do mundo impede o questionamento da realidade que se apresenta como natural, impedindo, deste modo, as modificações na sua estrutura.

Porém, o capitalismo agrava a situação de alienação dos proletários, visto que a alienação do trabalho é um pressuposto do capital, pois caso tais

trabalhadores estivessem conscientes acerca das particularidades da esfera da produção, poderiam não se submeter a tal modo de produção.

A alienação age, dessa forma, corrompendo a subjetividade tanto dos capitalistas quanto dos proletários ao longo da vida, e segundo Guattari; Rolnik (1986 p.16): “o que há é simplesmente uma produção de subjetividade”.

Porém, apesar da classe capitalista e da classe proletária sofrerem as mesmas conseqüências devido ao contexto sócio-histórico que estão inseridas, reconhecemos a existência de diferentes condutas perante a sociedade, ou seja, os indivíduos apesar de alienados, não são completamente iguais.

Essas diferenças quanto ao caráter individual, vão sendo formadas ao longo da existência de cada um, tendo como um primeiro organizador grupal a família. (LEFEBVRE, 1971).

Não só a família, mas também a mídia influencia e determina o pensar e o atuar do sujeito, pois segundo Guattari; Rolnik (1986, p. 39) “a imprensa amassa os processos de vida social, em sua riqueza e diferenciação e, com isso, produz a cada fornada, indivíduos iguais e processos empobrecidos”.

Tudo que é diferente, incluindo formas de pensar, de vestir e de se relacionar é mal visto na sociedade capitalista, pois o objetivo desta é produzir determinadas formas dos proletários colocarem-se no mundo em decorrência do seu dinheiro, com a finalidade de engajá-los no processo para que possibilitem a valorização do capital. Comprometendo, desta forma, a apreensão real acerca da própria vida.

E é devido aos momentos que o homem apreende no mundo que irá colocar-se nele, primeiramente pela forma de trabalho, a qual influencia todas as suas outras relações sociais.

Enfim, é importante salientar que mesmo havendo questões determinantes do modo de viver de um grupo: como espaço geográfico, questões financeiras, religião, é possível gerar uma forma de singularização, uma ruptura de uma conduta, através da conscientização da classe operária quanto ao espaço ocupado por ela na sociedade.

Pensamos que tal conscientização somente é possível por meio da criação de espaços de discussão promovidos pelo partido político. Pois, acreditamos que, somente com o questionamento do modo de produção atual, é que poderão ser criadas as bases para sua ruptura.

Nesse sentido, Freud, em *O Mal Estar na Civilização* (1996), afirma que 'cada sujeito é também núcleo de verdade histórica' e que 'o modo de produção também é produtor do aparelho psíquico'. E essa segunda afirmação tem um forte impacto na atuação social do sujeito, pois o aliena: prende-o às amarras do capitalismo.

Portanto, concluímos que somente com a ruptura do modo de produção capitalista, viabilizada por uma revolução da classe operária, seria possível resgatar a função específica da categoria trabalho, e assim, os homens trabalhariam de modo consciente: transformando-se e atuando sob a natureza trabalhada por ele.

Sua subjetividade, agora corrompida por um sistema de produção encontraria, no novo modo de produção que emergiria, vias de diferenciação, pois tal subjetividade seria necessária à práxis do trabalhador, já que o trabalho seria movido por um ato consciente.

Emergiria, assim, um homem consciente da sua própria vida e das questões sociais que a envolvem, o qual faria, conscientemente, história através de suas relações sociais com a produção e com os outros homens.

Acreditamos que a classe que lutará para essa desalienação será a classe que não encontrou no capitalismo sua satisfação, sua elevação enquanto classe social; ao contrário: fora expropriada de sua sabedoria e particularidades por meio desse modo de produção, ou seja, a classe operária. Nas palavras de Marx (1978):

Aqui, operário está, em princípio, em plano superior ao do capitalista, porquanto este último deitou raízes no processo de alienação, e nele encontra satisfação absoluta, ao passo que, pelo contrário, o operário, em sua condição de vítima do processo, coloca-se numa situação de rebeldia, e sente-o como processo de servidão. (MARX, K., 1978, p.21).

REFERÊNCIAS

ADORNO, T, H. Televisão, Consciência e Indústria Cultural. In: Cohn, G. (Org.) **Comunicação e Indústria Cultural**. 4.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. p. 346 – 354.

ARANTES, A. Neoliberalismo e liberdade do capital (parte II). **Revista Teórica, Política e de Informação**, São Paulo, v.10, n.61. 01 maio 2001. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=61&cod_not=93>. Acesso em: 03 fev. 2006.

ARBIX, G. ZILBOVICIUS, M. O consórcio modular da vw: um novo modelo de produção? In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M. (Orgs.) **De JK a FHC, A Reinvenção dos Carros**. São Paulo: Stritta, 1997, p. 449-470.

BEDESCHI, G. **Alienacion y Fetichismo en el Pensamento di Marx**. Baris, Laterza: Alberto Corazon Editor, 1972.

BELUZZO, L. G. de M. **Valor e Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BERTERO, J. F. . Nem tudo se fragmentou: notas sobre um discurso de F. H. Cardoso. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 2, 1997.

BEYNON, H. **Trabalhando para Ford**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1997.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX**. 3ª ed., Rio de Janeiro: LTC, 1983.

BRIGHTON LABOUR GROUP. O processo de trabalho capitalista. In: SILVA, T. T. DA (Org.) **Trabalho, Educação e Prática Social**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1991. p.15-43.

CARDOSO, A. M. A Nova Face da Indústria Automobilística Brasileira: A tese da convergência revistada. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v.5, no. 61, p. 109-129.nov. 2001.

CASTRO, N. A., DE. Modernização e trabalho no complexo automotivo brasileiro. In: CASTRO, N. A. DE (Org.) **A Máquina e o Equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p.15-52.

CORIAT, B. Autômatos; robôs e a classe operária. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo. V.2, no.2, p.31-38. jul.1983.

_____. O taylorismo e a expropriação do saber operário. In: **Science, Technique et Capital**. Paris: Editions dú Seuil, 1976.

_____. **Pensar pelo avesso**. O modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro: UFRJ/Revan, 1994.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

DEJOURS, C. **A Banalização da Injustiça Social**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

DIAZ, A. Crise e modernização tecnológica na indústria metalmecânica brasileira. In: NEDER, R. T. (Org.). **Automação e Movimento Sindical no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988. p.25-66.

DUARTE, N. **Vigotski e o “aprender a aprender”**. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.

FALABELLA, G. Uma discussão teórico-comparativa: análise de experiências internacionais. In: NEDER, R. T. (Org.). **Automação e Movimento Sindical no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988. p.13-24.

FLEURY, M. T. L. ; FISCHER, R. M. **Processo e Relações de Trabalho no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1987.

FORACCHI, M. M. ; MARTINS, J de S. **Sociologia e Sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

FREUD, S. **O Mal Estar na Civilização**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996. p.77-150.

FRIEDMANN, G. **O trabalho em Migalhas: Especialização e Lazeres**. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

FROMM, E. **Conceito Marxista do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1967.

GALVAN, C. G. **Moeda e Ciência**: Ensaio Sobre a Teoria de Sohn-Rathel. Centro Josué de Castro: Recife, 1985.

GORZ, A. (org.) **Crítica da Divisão do Trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

GUATTARI, F; ROLNIK, S. **Micropolítica**: Cartografias do Desejo. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.

HELOANI, R. **Organização do Trabalho e Administração**: uma visão multidisciplinar. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

HUMPHREY, J; O impacto das técnicas “japonesas” de administração sobre o trabalho industrial no Brasil. In: CASTRO, N. A. de, (Org.) **A Máquina e o Equilibrista**: Inovações na Indústria Automobilística Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p.113-144.

IBGE, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicios**, 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 23 nov. 2005.

JORNAL ESTADO DE MINAS. **Montadora só contrata com 2º grau**: novas montadoras afinam o recrutamento, 15 de julho de 1997.

KOSTAS, A. **Alienation, Praxis and Techne in the Thought of Karl Marx**. University of Texas Press: Austin & London, 1976.

LANE, S. T. M. e Codo, W. (orgs.) **Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LEITE, M. DE P.. Inovação tecnológica e relações de trabalho: a experiência brasileira a luz do quadro internacional. In: CASTRO, N. A. DE (Org.) **A Máquina e o Equilibrista**: inovações na indústria automobilística brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p.335-360.

LEFEBVRE, H. Espaço e Política. In: BASTIDE, R. **Subjetividades e Sentidos do Termo “Estrutura”**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

LINHART, R. **Lênin, os Camponeses e Taylor**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1976.

LIPIETZ, A. **Miragens e Milagres: Problemas da Industrialização no Terceiro Mundo**. São Paulo: Nobel, 1988

LOJKINE, J. **A Classe Operária em Mutação**. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990.

LUKÀCS, G. A Consciência de Classe. In: **História e Consciência de Classe**: Lisboa: Escorpião, 1974, p.59-96.

MANNRICH, N. **A modernização do Contrato de Trabalho**. São Paulo: Editora LTr, 1988.

MARCUSE, H., **Razão e Revolução: Hegel e o Advento da Teoria Social**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra Editora, 1978.

MARX, K., **O Capital: livro I Capítulo VI (Inédito)**. 1ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciência Humanas, 1978. p.5-149.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, R., A indústria automobilística brasileira. In: CASTRO, N. A. de, (Org.) **A Máquina e o Equilibrista: Inovações na Indústria Automobilística Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p.181-198.

_____. Trabalho em grupo, polivalência e controle. In: ARBIX, G. ; ZILBOVICIUS, M. (Orgs.). **De JK a FHC, A Reinvenção dos Carros**. São Paulo: Scritta, 1997. p.183-204.

MOLINA, V., Notas Sobre Marx e o Problema da Individualidade. In: CENTRE FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES. Universidade de Birmingham (Org.). **Da Subjetividade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

NAPOLEONI, C., **Lições sobre o capítulo VI (inédito) de Marx**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

NETO, B. R. de M. Maquinaria, taylorismo e fordismo: a reinvenção da manufatura. **Revista Novos Rumos**. Ano 1, v.2, p.223-233. abril, maio, junho, 1996.

_____. **Marx, Taylor, Ford**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

PELIANO, J. C. (org.) et al. **Automação e Trabalho na Indústria Automobilística Brasileira**. Editora Universidade de Brasília, 1987.

PEREIRA, L., et al., **Educação e Sociedade**. São Paulo: C. E. N., 1969.

ROMÃO, F. L. **A globalização e seus reflexos sobre os trabalhadores estáveis: Petroleiros da Fafen/Petrobrás**. Sociologias, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 200-220, 2001.

ROSENFELD, C. L. . **Autonomia outorgada e apropriação do trabalho**. Sociologias, Porto Alegre, v. 12, p. 202-227, 2004.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2001.

ROTHSCHILD, E. Capitalismo, tecnologia, produtividade e divisão do trabalho na general motors. **New York Review**. No. 314-315, set, out. 1972.

RUIEENBECK, H. (org.). **O Dilema da Sociedade Tecnológica**. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.

SADER; GENTILI P. (Orgs.). **Pós – Neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

SALERNO, M. S. A indústria automobilística na virada do século. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M. (Org.). **De JK a FHC: a reinvenção dos carros**. São Paulo: Scritta, 1997, v., p. 503-522.

_____. A Trajetória Histórica e As Perspectivas de Desenvolvimento da Autolatina No Brasil. In: CASTRO, N. A. (Org.). **A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 1995, v., p. 199-275.

SANTOS, L. G. dos, **Alienação e Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SENNETT, R., **A Corrosão do Caráter: As Conseqüências Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEVE, L., A personalidade em gestação. In: SILVEIRA, P; DORAY, B. (orgs.). **Elementos Para uma Teoria Marxista da Subjetividade**. São Paulo: Vértice, 1989.

SILVA, F.L.G. e. **Gestão da Força de Trabalho e Capital: Do Paradigma Taylorista – Fordista de Produção em Massa ao Sistema de Produção em Massa Flexível**, 2001 Tese (Doutorado em Sociologia) – FCL, Unesp, Araraquara.

_____. A Fábrica como Agência Educativa: A Gestão da Força de Trabalho no Sistema Toyota de Produção. **Revista Temas**, Araraquara, v. 5, n. 4 , p.163-193. 1988.

_____. Ideologia da Empresa Flexível e a Apropriação da Subjetividade da Classe Operaria. **XVII Encontro de Psicologia e IV Encontro de Pós Graduação em Psicologia**. Universidade Estadual Paulista. Assis, p. 1-20, 10 a 13 de set. 2002.

_____. O Discurso Eficientista na Teoria Organizacional: Uma análise crítica. **Revista Spei**. Curitiba. Vol. 3, no. 1, p.29-57. jan, jun. 2002.

SILVEIRA, P.; DORAY, B. (orgs.). **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo, 1989.

SNELWAR, L. I.; MASCIA, F. L. A inteligência (não reconhecida) do trabalho. In: ARBIX, G. ZILBOVICIUS, M. (Orgs.). **De JK a FHC, A Reinvenção dos Carros**. São Paulo: Scritta, 1997. p.205-236.

TAUILE, J. R.; FARIA, L. A. E. . As Transformações do Capitalismo Contemporâneo e sua Natureza na Análise de Marx. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 19, p. 158-181, 1999.

_____. **Para (Re) construir o Brasil Contemporâneo: Trabalho, Tecnologia e Acumulação**. São Paulo: Contraponto, 1995.

TEIXEIRA FILHO, F. S. **Subjetividade Estética: O Gesto da Sensação**. 1993. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – PUC, Instituto de Psicologia. São Paulo.

VALLE, R. Automação e Racionalidade Técnica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Belo Horizonte. Ano 6, no.17. p. 53-67. out. 1991.

VIGEVANI, T.; VEIGA, J. P. C. A integração regional no Mercosul. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M. (Orgs.). **De JK a FHC, A Reinvenção dos Carros**. São Paulo: Scritta, 1997. p.329-356.

WEIL, R. D. Novas formas de organização do trabalho na indústria automóvel europeia. In: PIMENTEL, D. et al (ed.). **Sociologia do Trabalho Organizacional do Trabalho Industrial. Antologia**. A Regra do Jogo: Lisboa, 1985. 143-147.

WOOD, S. O Modelo Japonês em Debate: pós fordismo ou japonização do fordismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Belo Horizonte. Ano 6, v.17. p. 28-43. out. 1991.

WOMACK, J.P. et alli. **A Máquina que Mudou o Mundo**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

WOLFF, S. **O Espectro da Reificação em uma Empresa do Setor de Telecomunicações**: o processo de trabalho sob os novos parâmetros gerenciais e tecnológicos. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.